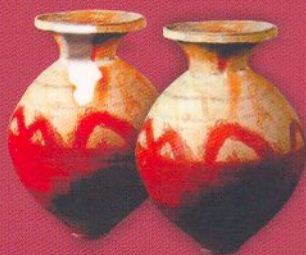


Jörn Rüsen

RECONSTRUÇÃO DO PASSADO



Teoria da História II:
os princípios da pesquisa histórica

EDITORA

UnB



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Timothy Martin Mulholland

Vice-Reitor

Edgar Nobuo Mamiya



Diretor

Henryk Siewierski

Diretor-Executivo

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Beatriz de Freitas Salles

Dione Oliveira Moura

Henryk Siewierski

Jader Soares Marinho Filho

Lia Zanotta Machado

Maria José Moreira Serra da Silva

Paulo César Coelho Abrantes

Ricardo Silveira Bernardes

Suzete Venturelli



Jörn Rüsen

Reconstrução do passado

Teoria da História II:
os princípios da pesquisa histórica

Tradução

Asta-Rose Alcaide

Revisão técnica

Estevão de Rezende Martins



Equipe editorial
Rejane de Meneses · *Supervisão editorial*
Sonja Cavalcanti · *Acompanhamento editorial*
Teresa Cristina Brandão · *Preparação de originais e revisão*
Fernando M. das Neves · Ivanise Oliveira de Brito · *Editoração eletrônica*
Ivanise Oliveira de Brito · *Capa*
Ivanise Oliveira de Brito, Rejane de Meneses e Sonja Cavalcanti · *Índice*
Elmano Rodrigues Pinheiro · *Acompanhamento gráfico*

Copyright © 1986 by Vandenhoeck & Ruprecht
Copyright © 2007 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução
Título original: *Rekonstruktion der Vergangenheit:
Grundzüge einer Historik II. Die Prinzipien der historischen Forschung*

Impresso no Brasil

Coleção Teoria da história, de Jörn Rüsen:
Volume I – Razão histórica (publicado em 2001)
Volume II – Reconstrução do passado
Volume III – História viva
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Quadra 2, Bloco C, nº 78, Ed. OK, 1º andar
70302-907 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3035 4211
Fax: (61) 3035 4223
www.editora.unb.br
direcao@editora.unb.br
www.livrariauniversidade.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio
sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R951 Rüsen, Jörn
Reconstrução do passado / Jörn Rüsen; tradução de Asta-Rose
Alcaide. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.
188 p. (Teoria da História, 2)
ISBN: 978-85-230-0942-7

1. Historiografia. 2. Pesquisa histórica. I. Alcaide, Asta-Rose. II.
Título. III. Série.

CDU 930.1

Para
Jan-Eicke,
Peer Achim,
Tom-Arne

Sumário

PREFÁCIO, 9

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA DA HISTÓRIA NA PESQUISA HISTÓRICA, 11

CAPÍTULO 1

SISTEMÁTICA – ESTRUTURAS E FUNÇÕES DAS TEORIAS HISTÓRICAS, 23

Explicações e o uso de teorias na ciência da história, **26**

A explicação nomológica e o problema das leis históricas, **28**

A explicação intencional e o problema das articulações
hermenêuticas de sentido, **35**

A explicação narrativa e o problema dos construtos
narrativos teóricos, **43**

A passagem para o todo: da teoria “da” história, **55**

Funções das teorias históricas, **75**

Conceitos históricos, **91**

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA – AS REGRAS DA PESQUISA HISTÓRICA, 101

A unidade do método histórico, **104**

As operações processuais, **118**

Heurística, **118**

Crítica, **123**

Interpretação, **127**

As operações substanciais, **133**

Hermenêutica, 136

Analítica, 145

Dialética, 154

HORIZONTES

A PLENITUDE DA PESQUISA NA HISTORIOGRAFIA, 169

BIBLIOGRAFIA, 173

ÍNDICE, 183

Prefácio

A segunda parte de *Teoria da História* vem a lume mais tarde do que originalmente previsto, e não esgota tudo o que pertence ao âmbito de uma teoria sistemática da história. Para não incorrer no risco de um atraso ainda maior, preferi publicar a parte que se refere à pesquisa histórica em um volume separado. Os problemas específicos da historiografia e a função prática do saber histórico científico serão tratados em um terceiro volume.

Razão histórica, na maioria dos casos, foi comentado por colegas cuja opinião me encorajou a continuar o trabalho e cuja crítica me enriqueceu. Agradeço, sobretudo, a Karl Acham, Ulrich Herrmann, Gangolf Hübinger, Karl Ernst Jeismann e Thomas Kornbichler, a Georg Iggers, F. A. van Jaarveld, Jürgen Kocka, Wolfgang Küttler, Estevão de Rezende Martins, Maria Beatriz Nizza da Silva e Irmgard Wagner, cujas questões e objeções muito me instigaram. Minha gratidão vai também a meus colaboradores de Bochum, Horst Walter Blanke e Friedrich Jaeger, pelo interesse crítico que mostraram, pelo desafio de suas expectativas quanto ao andamento do meu trabalho e por seus bons conselhos na revisão do manuscrito.

Devo um agradecimento muito especial a Ursula Jansen e Christel Schmidt pelo trabalho rápido, responsável e incansável em transformar pensamentos desordenados em textos legíveis (pelo menos, assim o espero).

Não teria sido possível produzir este pequeno volume sem a boa vontade de minha esposa, que manteve disponível para mim o espaço necessário, no cotidiano familiar, para o trabalho de conceber e escrever.

Dedico este livro aos meus filhos, como legítimos representantes do futuro, para quem o passado deve ser reconstruído historicamente; com sua autonomia, eles são boas testemunhas de que o futuro vai trazer mais oportunidades do que se poderia esperar historicamente.

Introdução

A construção da ciência da história na pesquisa histórica

*Certa res est, neminem posse
historiam recte scribere, qui
non sit bonus Logicus*¹
Bartholomäus Keckermann²

O primeiro volume da trilogia *Teoria da História* tratou das pretensões de racionalidade formuladas pela história como ciência. Nele, foi meu objetivo realçar o caráter fundamental dessas pretensões, seu significado na vida humana prática. Quis apresentar os fundamentos da ciência histórica na perspectiva das operações concretas da consciência histórica. Fundamentos só têm valor efetivo quando se pode construir sobre eles algo de consistente. Esta construção será analisada, nos dois capítulos que seguem, como produto da pesquisa histórica.

Conforme demonstrei no primeiro volume, *Razão histórica*,* o objeto de uma teoria da história é a matriz disciplinar da ciência da história. Essa matriz se constitui das carências de orientação, das

* N. do E.: As referências à obra *Razão histórica* (1º volume da trilogia *Teoria da História*) são feitas só em algarismo romano, seguido do número arábico para página (ver, por exemplo, a nota 8 desta Introdução (I, 32 ss., que significa: *Razão histórica*, página 32 e seguintes)).

¹ “Uma coisa é certa: ninguém pode escrever a história corretamente se não for um bom lógico” (Nota do revisor técnico).

² B. Keckermann, *Opera omnia*, Genebra 1614, v. 2, p. 1314, citado por Menke-Glückert, *Die Geschichtsschreibung der Reformation und Gegenreformation. Borodin and die Begründung der Geschichtsmethodologie durch Bartholomäus Keckermann*. Osterwick (Harz), 1912, p. 126.

perspectivas orientadoras da experiência do passado, dos procedimentos metódicos da pesquisa empírica, das formas de apresentação e das funções de orientação existencial. Minhas reflexões sobre a “razão histórica” concentraram-se basicamente nas carências de orientação. Com isso, quis demonstrar em que consistem, quando constituem o pensamento histórico como fator importante para a vida prática, e como elas são apresentadas e realizadas mediante um pensamento histórico científico. Os demais fatores ainda serão analisados em separado.

Essa análise será feita, a seguir, com dois deles: as perspectivas orientadoras com relação ao passado e os procedimentos metódicos da pesquisa empírica. Antes de começar, no entanto, quero expor como se apresenta o vínculo próprio desses dois fatores com os demais.

O pensamento histórico torna-se especificamente científico quando segue os princípios da metodização, quando submete a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade se baseiam nos argumentos das narrativas, nas quais tais fundamentos são ampliados sistematicamente. A *razão*, tal como reivindicada pela história como ciência, fundamenta-se nesse princípio da metodização. É com base nos princípios que tornam o pensamento histórico *racional*, isto é, que definem seu caráter argumentativo-fundante, que a história se constrói como especialidade. Como conceber essa construção? Se é o princípio da metodização que transforma o pensamento histórico em ciência, cabe perguntar apenas como se faz valer esse princípio nos diversos fatores da matriz disciplinar. Obtém-se, assim, uma idéia da construção da história como ciência especializada.

É precisamente isso que tenciono mostrar a seguir. Não é nada simples reconstituir, em pormenor, como o princípio da metodização se insere na matriz disciplinar, porque os fatores que compõem a matriz não aparecem apenas na ciência da história, mas são determinantes de todo o pensamento histórico. De resto, há quem conclua, a partir disso, ser desnecessário falar em *paradigma ou matriz disciplinar* da ciência da história, já que não se conseguiria alcançar qualquer conhecimento inequívoco acerca da construção da ciência

da história e de seu desenvolvimento histórico.³ Prefiro argumentar em sentido exatamente oposto, perguntando: como se dá a formação desses fatores determinantes do pensamento histórico, se são eles mesmos que determinam uma forma precisa do pensamento histórico – a científica? Como se constituem, de forma especificamente científica, esses fatores da matriz disciplinar? Com tal pergunta é possível lançar um olhar mais aguçado sobre a especificidade da ciência da história do que quando se parte de qualquer padrão fixo de cientificidade (como, por exemplo, do princípio metódico da crítica das fontes), deixando com isso de levar em consideração a relação complexa que a ciência da história, como construto intelectual peculiar (mais precisamente: como um processo intelectual específico), mantém com a vida humana prática.

Minha questão está, portanto, na investigação do modo pelo qual se constituem os fatores da matriz disciplinar, quando a história é tratada como ciência. Essa constituição se dá quando os vários fatores se orientam pelo princípio da metodização do pensamento histórico e da ampliação sistemática do caráter argumentativo de sua fundamentação. Em outras palavras: a construção da ciência da história compreende-se como a impregnação de sua matriz pelo princípio da metodização. Não é no *porquê* da definição do pensamento histórico por interesses, idéias, métodos e formas que está o ponto de partida de sua interpretação especificamente científica, mas sim no *como* isso acontece.

Metodização significa sistematização e ampliação dos fundamentos que garantem a verdade. Somente quando esse ponto de vista é adotado para os diversos fatores da matriz disciplinar é que estes se transformam em estrutura de uma matriz disciplinar. Pode-se recorrer também

³ Recentemente, K. Reppen, *Kann man von einem Paradigmawechsel in der Geschichtswissenschaft sprechen?* In: Leidinger (Ed.), *Theoriendebatte und Geschichtsunterricht* (8), p. 29-77.*

* N. do E.: A exemplo desta nota, os títulos que aparecem neste ou no primeiro volume são citados com o nome do editor, título abreviado e o número, entre parênteses, da parte numerada da bibliografia.

à conhecida definição⁴ de Th. S. Kuhn: a metodização do pensamento histórico em geral significa dar forma de *paradigma* aos fundamentos da ciência da história. Afirmo assim que os fatores essenciais de todo pensamento histórico se transformam em matriz disciplinar e assumem, tanto para si quanto para seu contexto sistemático, novas formas.

Como referido antes, todo pensamento histórico possui perspectivas orientadoras implícitas, nas quais estão incorporadas carências de orientação no tempo. Encontram-se também implícitos em todo pensamento histórico procedimentos para garantir empiricamente as asserções históricas. Naturalmente, todo pensamento histórico enuncia-se por expressões orais, literárias, metafóricas ou de outras formas. Afinal, todo pensamento histórico exerce, por certo, funções de orientação no tempo. Esses momentos nem sempre se apresentam, contudo, como fatores diversificados da narração histórica, e na realidade nem sempre são pensados como fatores em si ou em seu conjunto. Quando a história se constitui como ciência, porém, é diferente. Os diversos fatores diferenciam-se e articulam-se em contextos sistemáticos. Ao mesmo tempo, sua diferenciação e seus contextos sistemáticos tornam-se pensáveis e discutíveis em novas bases. Temos então a teoria da história como atividade de fundamentação científica específica do pensamento histórico.

“Dar forma de paradigma” significa, pois, construir uma matriz disciplinar que é refletida e explicada mediante uma teoria da história. É por esse processo que, nos fundamentos da ciência histórica, o princípio da metodização se diferencia. “Dar forma de paradigma” pode ser descrito como o procedimento pelo qual o método se insere, como princípio de cientificidade, na gramática do pensamento histórico. As regras de argumentação que fundamentam a cientificidade do pensamento histórico cristalizam-se nos diversos princípios essenciais especializados, nas funções do pensamento histórico e em seu contexto sistemático, formando assim uma matriz disciplinar. Esse processo de formação pode ser descrito como a *racionalização* do pensamento histórico com vistas à constituição específica da história como ciência.

⁴ Th. S. Kuhn, *Die Struktur wissenschaftlicher Revolutionen*, Frankfurt, 1967.

Ao esboçar esse processo de forma abreviada e esquematizada, no que segue, não tenho a intenção de tratar da história científica concreta, mas de construir uma estrutura abstrata da constituição da história como ciência e como forma de racionalização. Para mim, trata-se da “lógica” do pensamento histórico que define a construção da história como especialidade. Resta a pergunta se e como o processo histórico, do qual resultou a história como ciência, pode ser interpretado teoricamente à luz de uma lógica que utilize essa descrição estrutural.⁵ O que significa transformar em ciência o pensamento histórico como forma de racionalização dos seus princípios?

1. É possível falar de um *processo de racionalização* em sentido mais restrito, tendo em vista a carência de orientação prática da vida humana, mediante o pensamento histórico: *as carências de orientação passam a ser racionalizadas pelos interesses cognitivos*. As carências humanas de se orientar em meio às modificações temporais de si e de seu mundo, nas quais tem de se afirmar e marcar posição, dirigem-se à razão. Elas se referem à capacidade dos indivíduos em interação de regular sua comunicação segundo as regras de uma argumentação metódica, discursiva e orientada para o consenso.
2. Pode-se falar de um *processo de teorização* com respeito às experiências do passado, no qual estas aparecem como história significativa: *as idéias, como perspectivas orientadoras das experiências do passado, são teorizadas como quadro de referência da interpretação histórica*. Os pontos de vista – que decidem o

⁵ Dados das fontes e primeiras avaliações encontram-se na documentação de H. W. Blanke/D. Fleischer/J. Rüsen, *Historik als akademische Praxis: Eine Dokumentation der geschichtstheoretischen Vorlesung an deutschsprachigen Universitäten von 1750-1900*. In: *Dilthey-Jahrbuch für Philosophie und Geschichte der Geisteswissenschaften* 1, 1983, p. 182-255. No percurso evolutivo do pensamento histórico do Iluminismo até o Historicismo, tentei demonstrar empiricamente o processo de paradigmização: J. Rüsen, *Von der Aufklärung zum Historismus. Idealtypische Perspektiven eines Strukturwandels*, In: H. W. Blanke/J. Rüsen (Ed.), *Von der Aufklärung zum Historismus. Zum Strukturwandel des historischen Denkens*. Paderborn, 1984, p. 15-57.

que das modificações do homem e de seu mundo vai ser apropriado cognitivamente como história – não continuam imanentes ao processo de tornar presentes pela narrativa os acontecimentos históricos do passado, mas são explicitados e, por isso, passíveis de discussão, controle e aplicação metódica.

3. É possível, tendo em vista as regras que o pensamento histórico segue quando incorpora as experiências do passado nos propósitos que o orientam, falar de *um processo de metodização*. As garantias de validade de histórias são metodizadas como um sistema de regras da pesquisa empírica. Não se trata da metodização como princípio de cientificidade, que diz respeito aos fundamentos do pensamento histórico e aos fatores determinantes da formação de sentido, mas do sistema especial de regras que vale para a averiguação e interpretação do conteúdo de histórias, isto é, do “método histórico” em sentido estrito: o cânon de regras de pesquisa que a ciência histórica reconhece como determinante para si e com o qual fundamenta sua especialização.
4. É difícil encontrar um conceito característico para o que acontece com as formas da apresentação do conhecimento histórico, quando este conhecimento se transforma em ciência. De início, a apresentação ganha novas formas discursivas, especificamente científicas, e perde com isso as possibilidades de expressão literária, já que essa expressão não é compatível com as garantias científicas de validade das sentenças históricas. Assim, por exemplo, Ranke se posicionou contra as “fórmulas poéticas” da historiografia de Guicciardini.⁶ Poder-se-ia falar de um *processo de anti-retórica*, se por *retórica* se entender uma estratégia de apresentação cuja plausibilidade aos olhos de seus destinatários está não no discurso racional de uma argumentação científica, mas no intento de conferir à apresentação uma forma (apenas) literariamente atrativa. *As formas de apresentação são transformadas em veículos de uma argumentação histórica discursiva*. Não se quer dizer com isso, todavia, que a cientificidade da

⁶ L. v. Ranke, *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber* (Obras completas, 33), Leipzig, 1874, p. 19 ss.

historiografia perca seu encanto literário, embora a ocorrência de um estilo algo seco e de alguns barbarismos técnicos pareça indicar o contrário. É preciso realizar um processo de reestruturação de outro tipo. A historiografia não produz mais o brilho (às vezes ofuscante) da efetivação do processo histórico por meio do ato da fala; ela não apresenta mais a história na forma de uma mimesis reprodutora de um fato concreto, renunciando aos recursos lingüísticos de imaginações fictícias de efeito empático. Ela desfaz a aparência agradável da história, que se apresenta como um quadro alegórico objetivo, e faz aparecer dentro desse quadro alegórico os traços de um trabalho metódico de reconhecimento. Ela renuncia aos meios retóricos, que só servem para persuadir seus destinatários, e se contenta com os meios de argumentação para convencer os outros. Em resumo: a historiografia dá forma ao conhecimento histórico para que este possa apelar à capacidade de raciocinar daqueles a quem se destina ou por quem é utilizado. Isso não quer dizer que a história como ciência passe a ser sem graça e aborrecida, ou que não possua mais valor literário. Ao contrário: a evidência não cria restrições à arte de um discurso oral sensato. A narrativa histórica realiza à sua maneira a separação entre a verdade e a beleza, que desde o *fim da arte* se tornou seu tema.⁷ Ela tem assim a oportunidade de trazer à luz uma verdade livre da magia da arte, mas com uma beleza própria (intelectual e compreensível).

5. Pode-se falar, em relação às funções da orientação existencial na vida humana prática, de uma *humanização ideológico-crítica*. A fixação coercitiva da orientação do tempo e a formação da identidade mediante a lembrança histórica são diluídas pela ideologia e pela crítica. A identidade histórica é, ademais, remetida ao critério de humanidade que abrange o reconhecimento mútuo. A definição das funções da *crítica da ideologia* leva a equívocos por causa das implicações políticas dessa expressão, e com razão a categoria *humanidade*, como critério para a identidade histórica,

⁷ Cf. J. Rüsen, *Ästhetik und Geschichte. Geschichtstheoretische Untersuchungen zum Begründungszusammenhang von Kunst, Gesellschaft und Wissenschaft*, Stuttgart, 1976, p. 30 ss.

gera a desconfiança de que se trataria de uma evocação vazia de conteúdo. Essa desconfiança desaparece, porém, ao se pensar no efeito libertador que é produzido quando se introduz o princípio da argumentação discursiva orientada pelo consenso nas narrativas próprias ou de terceiros. Essas narrativas são identificadas historicamente e ocorrem (ou ocorreram) – forçosamente – na vida prática dos homens. *Humanidade*, aqui, quer dizer o pressuposto regulativo de uma faculdade racional própria ao gênero humano nos processos de formação da identidade histórica. Essa qualidade da espécie possibilita a regulação pacífica e consensual das relações conflituosas entre identidades históricas particulares. Na medida em que se trata da função de formação de identidade dos agentes, pode-se qualificar o processo de racionalização do pensamento histórico também de *humanização*. No cerne da argumentação especificamente científica está a convicção de todos, cuja identidade histórica está em causa, que uma mesma razão lhes é comum, tornando-os assim aptos a reconhecer a alteridade do outro na singularidade de si mesmo.

6. As considerações a seguir tratam em pormenor de dois desses cinco processos de racionalização na construção da história como ciência: a teorização e a metodização. São eles que constituem a pesquisa histórica como a forma de conhecer, especificamente científica, do pensamento histórico. Gostaria de mostrar, ao mesmo tempo, a interdependência desses dois fatores, e desmontar com isso o preconceito de que a pesquisa em si já está suficientemente constituída por suas regras metódicas – como se o quadro teórico de referências do trabalho empírico com as fontes desempenhasse um papel apenas subordinado ou mesmo nenhum.

Resta ainda a questão de saber como a teoria da história deve tratar o processo que, na pesquisa histórica, constrói a ciência especializada. Um compêndio que reunisse todos os pontos de vista que têm vez na pesquisa histórica seria enorme, e sua utilidade duvidosa, a menos que se reduzisse a uma espécie de relatório do que foi ou é usual na pesquisa. Dadas as controvérsias constantes acerca daquilo de que se nutre o conhecimento histórico prático, a tentativa de

ordená-lo sistematicamente recorreu à estratégia de restringir-se ao mínimo denominador comum aos especialistas, como a única solução (meta-)teórica satisfatória. Na falta de competência profissional em todos os diversos campos da ciência especializada, restou aos teóricos apenas resignar-se a escrever só sobre o que, afinal, não é objeto de controvérsia no discurso dos especialistas. Com isso, a teoria da história só poderia, no melhor dos casos, assumir uma função científico-propedêutica, desistindo das outras funções para quais também é acionada: a função de fundamentação teórica da pesquisa, a função de racionalização pragmática do texto da narrativa histórica e a função de orientar didaticamente a formação da história.⁸ Com essa perda de funções, a teoria da história, que se considera o cânon para qualquer trabalho especializado das estratégias de pesquisa da ciência histórica, obstruiria o progresso do conhecimento. Como, por falta de competência direta quanto aos fatos sobre os quais reflete, ela teria de se limitar ao comprovado, consagrado e habitual, inevitavelmente desviaria seu olhar para o desenvolvimento promissor da ciência especializada, cuja necessidade e oportunidade proclama, sempre que insiste na viabilidade racional do pensamento histórico.

Por outro lado, seria igualmente precário se a teoria da história ficasse confinada à averiguação dos fundamentos gerais e abstratos da ciência, e deixasse para os especialistas sua conversão profissional em ciência histórica. Porém, como a competência profissional está inevitavelmente ligada à especialização, a visão dos especialistas da construção de sua própria especialidade não é *eo ipso* a mais aguçada. A consciência da interdependência entre o geral e o singular, da conexão entre a reflexão metateórica e o conhecimento prático se perderia demasiado facilmente se, no trabalho de pesquisa, fosse traçada uma linha divisória rígida entre os teóricos como especialistas do geral e os práticos como especialistas do particular. É, acima de tudo, essa interação que dá sentido à divisão do trabalho e mostra serem teoria e prática os dois lados da mesma atividade racional do pensamento histórico.

⁸ Cf. I, p. 38 ss. [ed. bras.].

Uma teoria da história que busque analisar a construção da ciência da história baseada em princípios gerais que definam a natureza científica do pensamento histórico, terá de singrar o mar do pensamento histórico ao longo de um percurso que não deixa de ser perigoso: entre a Cila da generalidade abstrata de princípios de um lado e o Caribde de determinações detalhadas do processo do conhecimento histórico de outro.

O que significa isso na prática para a teoria da história? Ela não pode elaborar o viés especializado da matriz disciplinar, de seus diversos fatores e de sua articulação sistemática até o nível em que o conhecimento histórico é imediatamente produzido, ou seja: não pode voltar, a cada passo, a todos os pormenores do universo da especialização. Ela teria de permanecer *em um nível médio de abstração*, entre os princípios abrangentes que se referem à matriz disciplinar em geral e sua realização no nível das soluções específicas dos problemas históricos. A teoria da história teria de se limitar a abordar preferentemente as determinações formais da prática de pesquisa e deixar a especificação do conteúdo para os especialistas. Dessa forma, não poderá desenvolver sistemas completos de referência para a interpretação histórica (por exemplo, uma teoria refinada sobre a modernização ou uma periodização praticamente completa), mas sim descrever os elementos formais, a estrutura, o alcance e os limites de tais teorias. As formulações concretas dessas teorias só podem funcionar como exemplos, sem ser o fim, mas apenas o meio da reflexão teórica. Uma teoria da história sistematicamente ordenada, quando disserta sobre o que é o método histórico, tampouco pode apresentar uma tecnologia de pesquisa aprimorada que elenca todas as áreas da pesquisa histórica. Em vez disso, ela se contenta com a discussão do método histórico, a exemplo da pergunta se e como se diferenciam as várias operações da pesquisa histórica que aparecem em todos os processos de pesquisa, etc.

A teoria da história certamente também se relaciona, desde o nível médio de abstração em que opera, com o estágio presente da ciência da história. De que maneira? Mediante uma mescla costuma-se apreensão empírica do fato e de abordagem normativa do potencial racional. Não se trata, conforme já foi dito, de apresentar

ou prescrever fatores dominantes atuais da ciência da história da forma o mais completa possível. Pelo contrário, tendo em vista a pretensão fundamental de racionalidade do pensamento histórico no processo de sua transformação em ciência, importa-lhe dar a conhecer os padrões assim alcançados. Pode-se afirmar igualmente que a teoria da história se esforça por “fixar” tais padrões, ao caracterizá-los como tão fundamentais, que a questão de se saber se há “algo por trás deles” significaria abandonar as pretensões de racionalidade com que se apresentam.

Ao mesmo tempo, impõe-se acentuar que a formação científica do pensamento histórico, nos padrões racionais da matriz disciplinar, não pode nem deve ser cristalizada ou fixada em um cânon de regras dogmáticas. Justamente por causa da distância relativa que a teoria da história mantém, desde o seu nível médio de abstração, com respeito ao debate atual na ciência da história, surge a possibilidade de assinalar tendências abrangentes que afetam o futuro de seu desenvolvimento científico. O perigo de errar não é agravado pelo fato de não se tratar de preceitos (aos quais, em caso de dúvida, ninguém se ataria), mas sim, de preservar a dinâmica do processo de transformação da história em ciência como um meio de evitar que ocorram fixações falsas na consciência de seus sujeitos.

Capítulo 1

Sistemática - estruturas e funções das teorias históricas

*Mal encontrara a minha verdade,
logo tornei a perdê-la.
Ao encontrar meus princípios, porém,
adveio-me tudo o que procurava.*
Montesquieu¹

Pode parecer paradoxal, à primeira vista, que uma teoria da história, ao esquematizar a construção da ciência da história de acordo com os fundamentos da metodização do pensamento histórico, comece não com uma metodologia, mas com uma sistemática. Indubitavelmente, a história como ciência se constitui e desfaz em função da pesquisa histórica, e esta, em função de seus métodos. “Teorias” que não se relacionem (metateoricamente) com a própria ciência da história, mas sim (objetiva e teoricamente) com o campo da experiência histórica, só exercem um papel na ciência da história na medida em que se relacionarem de forma produtiva com a prática da pesquisa. Seu papel e sua relevância dependem da regulação metódica da pesquisa empírica. Por isso, na matriz disciplinar desenvolvida de forma especificamente científica, o fator método é também um elemento decisivo para o fator teoria. Cabe a este último a responsabilidade de fornecer o significado constitutivo da organização científica do processo de conhecimento histórico, preparando-o para a pesquisa. Não seria melhor, então, estabelecer primeiro as regras da pesquisa e depois discutir o papel da teoria?

Um tal procedimento corresponderia aos avanços tradicionais da teoria da história² e, assim, ao que os historiadores tanto defenderam,

¹ Montesquieu, *Vom Geist der Gesetze*. Ed. v. K. Weigand, Stuttgart, 1965, p. 91.

² Assim, por exemplo, a de Droysen, que faz seguir a “Metodologia” à “Sistemática”, ou mais precisamente o *Lehrbuch der historischen Methode* de Bernheim, que não tem nenhum capítulo dedicado à sistemática.

outro como hoje, como evidente: o passo em direção às fontes, que a ciência da história dá na forma de uma pesquisa regulada metodicamente e organizada em termos de divisão de trabalho, transformando assim o pensamento histórico em ciência. Naturalmente, são relevantes para essa evidência tradicional as perguntas e suposições com que os historiadores abordam o material colhido nas fontes, para dele extrair conhecimentos históricos garantidos pela metodologia. A essa operação intelectual, que antecede o trabalho com o material das fontes, é atribuído um valor provisório, “meramente” propedêutico ou “meramente” heurístico. O domínio da ciência está onde o acervo das fontes é apreendido sistematicamente. Nesse caso, “teorias” só desempenhariam um papel, quando muito, acessório. Se e até que ponto existem construtos teóricos na pesquisa histórica, depende dos métodos que os historiadores empregam para extrair das fontes as informações sobre o passado. Assim, para citar um exemplo extremo, as teorias físicas sobre os valores médios de tempo na decomposição de determinados átomos de oxigênio são um meio que ajuda a datar achados pré-históricos ou dos primórdios da história, mas certamente não são fatores construtivos do conhecimento da pré-história ou dos primórdios da história.

Essa evidência tradicional da ciência da história se justifica tanto mais por ficar a cargo dos fundamentos da metodização do pensamento histórico. A questão é apenas saber se isto acontece de forma satisfatória. Esta questão recebe uma resposta negativa, se houver obrigação de entender a teorização do pensamento histórico como um modo determinado de sua metodização. É isso que tentei tornar plausível nas reflexões sobre os fundamentos da ciência da história.³ Por essa razão já não interessa mais se ou quando elementos do pensamento histórico, em forma de teoria, são importantes ou não, mas apenas identificar, descrever e analisar a natureza e a peculiaridade desses elementos, nos quais a estrutura científica específica dos processos cognitivos da ciência da história se manifestam.

Sem dúvida, essa estrutura é manifesta na regulação metódica da pesquisa histórica. Olhando-se mais atentamente, contudo, o fator “método” da matriz disciplinar da formação da ciência especializada,

como acontece na autocompreensão tradicional de muitos pesquisadores, não é possível ignorar o fato de que a regulação metódica da pesquisa histórica depende das determinações prévias sobre o que deve ser elaborado como “história” a partir do material das fontes. Os pontos de vista do pensamento histórico, que põem questões e servem de suposições na abordagem das fontes, não são extrínsecos a ele mas alcançam-lhe o cerne da regulação metódica: que métodos vêm a ser empregados na pesquisa depende de que conhecimentos se quer obter com ela, e isso é decidido pelos pontos de vista que o pesquisador aplica à matéria. O conhecimento histórico não é construído apenas com informações das fontes, mas as informações das fontes só são incorporadas nas conexões que dão o sentido à história com a ajuda do modelo de interpretação, que por sua vez não é encontrado nas fontes.

Gostaria de dar conta dessa dependência do desenvolvimento metodológico dos modelos de interpretação da experiência histórica, em que a “metodologia” é precedida por uma “sistemática”. Por esse meio, deve ser enfatizado o princípio da metodização do pensamento histórico na medida em que ele, por assim dizer, encontra o caminho da pesquisa. Os modelos de interpretação, que o historiador aplica às fontes para fazê-las fluir e para revelar o conteúdo dos fatos, devem ser discutidos à base da configuração de suas teorias, a forma pela qual correspondem aos princípios da metodização do pensamento histórico.

O que significa a teorização dos modelos de interpretação na construção da estrutura especializada da ciência da história? Para poder responder a essa pergunta são indispensáveis reflexões que se refiram à especificidade dos construtos teóricos no processo de conhecimento histórico. Trata-se das perguntas, amiúde discutidas, se e como se pode entender teorias históricas como um conhecimento legítimo quanto ao fluxo da história. A pergunta sobre a teoria coloca-se, à luz da nova teoria analítica da ciência, também como pergunta quanto ao potencial explicativo de uma ciência que, tendo em vista o modelo das ciências naturais exatas, é identificado pela sua capacidade de produzir conhecimentos legítimos. Por isso, quero tratar em seguida, detalhadamente, do problema da “explicação e

³ Cf. I, p.118 ss. [ed. bras.]

da teoria na ciência da história". De mais a mais, dirigiremos nosso olhar para a função reguladora e organizadora dos elementos teóricos no processo do conhecimento histórico. No que segue, esses elementos serão caracterizados em três passos, do geral (teorias que se referem ao âmbito do conhecimento histórico como um todo) para o particular (teorias históricas parciais ou "teorias de alcance médio") e para o singular (conceitos históricos).

Explicações e o uso de teorias na ciência da história

O *status* e a função das teorias históricas são até hoje controversos. Uma das razões mais importantes da controvérsia é que se qualificam os construtos teóricos do conhecimento científico, com o modelo de algumas ciências naturais, como conhecimentos legítimos (nomológicos), e que se atribui a esses conhecimentos – de acordo com tal modelo – uma função esclarecedora que não é bem vista em termos de ditar a medida para a racionalidade científica. Fala-se de explicação "racional" ou "científica" quando se refere ao papel e ao significado das leis na explicação de fatos⁴ e se supõe com isso, no próprio enunciado, que só é racional e científica a explicação que recorra a leis. Para a ciência da história isso significa que sua racionalidade e, com ela, sua qualidade de ciência estão em jogo na seguinte questão: se e até que ponto estaria ela em condições de fornecer uma explicação racional, ou seja, se ou até que ponto trabalha com o conhecimento de leis.

Aqui está um problema fundamental da teoria da história: pode a ciência da história corresponder a essa exigência de racionalização ou não? Existem leis para a história ou não? Tem a ciência da história capacidade de reconhecer essas leis ou não? A ciência da história dificilmente pode evitar essas questões. É indiscutível que a capacidade de algumas ciências para conhecer leis seja uma das razões para o sucesso e o prestígio do pensamento científico em si mesmo, até porque seu saber nomológico pode ser tecnicamente útil.

⁴ Assim, por exemplo, em W. Stegmüller, *Probleme und Resultate des Wissenschaftstheorie und analytischen Philosophie*, v. 1: *Wissenschaftliche Erklärung und Begründung*, Berlin/Heidelberg, 1969, p. 72 ss.

Nunca faltaram, assim, na ciência da história, tentativas de elevá-la ao "padrão de ciência", atribuindo-lhe e cobrando-lhe a capacidade de reconhecer as conexões legaliformes das modificações temporais passadas do homem e de seu mundo. Um padrão dessa ordem vinha então a ser vinculado à esperança de controlar, com a ajuda da ciência da história, as modificações temporais atuais do mundo dos homens, da mesma forma que a natureza é controlada pelo conhecimento nomológico das ciências.

O positivismo e o marxismo são exemplos conhecidos de doutrinas que atribuem ao conhecimento histórico uma estrutura nomológica – isto é, a descoberta ou a utilização explicativa de leis históricas.

A ciência da história nunca ficou muito satisfeita com esse modo de alcançar o padrão científico, porque seus trabalhos de pesquisa estão obviamente estruturados de forma bem diferente das pesquisas daquelas ciências que produzem conhecimentos nomológicos e sua aplicação técnica. Ela não conseguiu harmonizar a teoria que identifica a qualidade científica à capacidade de produzir conhecimento nomológico, com sua prática própria de conhecimento, na qual as leis têm um papel meramente secundário.

Em seguida, tendo em vista a ciência da história, gostaria de criticar o monopólio do processo de explicação nomológica com base em uma racionalidade científica calcada nas ciências naturais. Gostaria de mostrar que, embora a ciência da história não contrarie o critério de racionalização de que se trata aqui, este não é suficientemente adequado para tornar reconhecível a racionalidade própria do pensamento histórico em sua expressão especificamente científica (*Seção a*). Gostaria de debater, em seguida, um outro modo de explicação, referente às ações das pessoas humanas e que, por isso, é considerado freqüentemente como um modo adequado à ciência da história: ou seja, aquele que explica as ações por meio da indicação das razões em que se fundamentam. Nesse modo de explicação, as leis não têm um papel constitutivo; com ele, a ciência da história fica livre da pressão de se adaptar às ciências que usam o processo nomológico (*Seção b*). Mas também esse processo de explicação não representa suficientemente o modo próprio de explicação do

pensamento histórico, tampouco servindo para demonstrar o *status* e a função das teorias históricas. Em um terceiro momento da minha argumentação, qualificarei de forma específica o modo de explicar caracteristicamente histórico, que analisa um possível papel das teorias e ao mesmo tempo debate o que se entende por “leis históricas” de maneira que isso faça sentido (*Seção c*).

A explicação nomológica e o problema das leis históricas

O esquema de explicação que eu gostaria de analisar em seguida, em vista de seu significado para a ciência da história, é mencionado, na bibliografia especializada em teoria da ciência, como esquema de explicação racional ou científica.⁵ Considero essa definição como problemática, porque sugere que as demais formas de explicação não são racionais nem científicas. A racionalidade especificamente científica é identificada, sem hesitação, à maneira de proceder de certas ciências, em especial aquela que trabalha com teorias em forma de leis universais. Pode ser que a representação da “cientificidade” como equivalente ao modelo das ciências naturais seja uma idéia preconcebida muito difundida. Assim como a idéia de que as assim chamadas “ciências do espírito” devessem proceder, afinal, da mesma forma que as rigorosas ciências naturais (vale dizer: sendo tecnicamente tão aplicáveis quanto estas). Nem por isso deixa de ser uma pretensão inadequada, que não faz justiça às particularidades de certas ciências.⁶ Prefiro optar pela definição mais cautelosa e (sobretudo) mais pluralista, de “explicação nomológica”: ela admite basicamente outros modelos de interpretação e não atrela a racionalidade especificamente científica a um modelo único.

⁵ A literatura sobre a lógica da explicação nomológica é imensa. G. Patzig fez um breve e instrutivo resumo: *Erklärung*, in: E. Braun/H. Rademacher (Ed.), *Wissenschaftstheoretisches Lexikon*. Graz, 1978, p. 162-169.

⁶ É sintomático que Patzig (nota 5) não dedique nenhuma palavra às outras formas de explicação e, quanto a encontrar modos de explicar próprios às ciências sociais, afirmar que isso só se “explica” pela ignorância epistemológica (“já que muitos cientistas sociais não compreenderam direito o que é realmente uma explicação científica”, p. 168).

Explicações dessa natureza se deixam caracterizar pelo seguinte esquema.⁷ Deverá ser esclarecido o fato E (*explanandum*). O que ele esclarece (*explanans*), consiste de duas partes: de um ou vários fatos A ($A^1, A^2, \dots A^n$) – estes fatos explicativos são chamados de dados antecedentes, condições genéricas ou condições iniciais; coloquialmente fala-se de “causas” ou de uma ou mais leis G ($G^1, G^2, \dots G^n$) demonstrando que, cada vez que se trata de fatos da categoria A, dão-se os fatos da categoria E. Desse *explanans* segue sem dúvida (no caso das leis de validade geral, necessariamente, e, no caso de uma regularidade estatística, com certa verossimilhança) o *explanandum*.

Por esse esquema fica claro que o conhecimento nomológico não é apenas utilizado para a explicação que procura um fato para encontrar outro, que possa explicar um encadeamento peculiar de uma articulação legítima. Com esse mesmo esquema também se pode caracterizar a estrutura de um prognóstico baseado no conhecimento nomológico. Basta partir dos dados antecedentes e das leis; o *explanandum* revela-se então como algo que é possível prever. No caso da explicação, o *explanandum* é conhecido e os dados antecedentes explicativos são encontrados com ajuda do conhecimento nomológico. No caso de uma prognose, os dados antecedentes são conhecidos e deve-se procurar com ajuda dos mesmos conhecimentos nomológicos os fatos que necessária ou provavelmente resultem deles.

Esquema de uma explicação nomológica (segundo Hempel)	
(1) A é o fato.	<i>Explanans</i>
(2) Sempre que se trata de A, também acontece B.	
(3) B acontece.	<i>Explanandum</i>

(1) = Condição inicial ou marginal (“causa”)

(2) = Lei

(3) = (“Efeito”)

⁷ Cf. C. G. Hempel, *Explanation in science and in history* (9); do mesmo autor *The function of general laws in history* (9).

Um exemplo clássico desse esquema é o do modelo que afirma romper-se um cabo quando nele se pendurar um peso. No caso da explicação, trata-se de um encadeamento legítimo do fato do cabo rompido (*explanandum*), com os dados antecedentes que explicam por que tal cabo se rompeu. Nesse caso, o *explanans* consiste dos dados antecedentes: do fato de que se pendurou no cabo um peso de 2 kg, e da lei que afirma que cabos daquele tipo se rompem sempre que têm de suportar um peso superior a 1 kg. (No caso de um prognóstico, trata-se de encontrar o encadeamento legítimo do fato, de que o cabo foi sobrecarregado com um peso de 2 kg, com o *explanandum*, que neste caso se deveria chamar de *praedicendum*, e que leva ao prognóstico de que o cabo vai mesmo se romper. Este encadeamento que, em vez de *explanans* agora se deve chamar de *praedicens*, consiste no fato de ter sido pendurado no cabo um peso de 2 kg, e da lei segundo a qual um cabo nessas condições sempre se rompe quando tem de suportar um peso maior do que 1 kg.)

Não resta dúvida de que tais explicações também têm um papel na ciência da história. Tomemos um exemplo (naturalmente muito simplificado) que mostra o esforço de usar uma lei para esclarecer um fato e que os historiadores utilizam muitas vezes: a saber, o fato de que o poder aquisitivo das moedas sofre queda. Ao se deparar com um fato semelhante, em que constata que o poder aquisitivo de uma determinada moeda está caindo, o historiador pode explicar o fato pelos dados antecedentes de uma deterioração da moeda (antes da queda do poder aquisitivo aconteceu depreciação da moeda) e da lei de Gresham. Esta lei afirma que, quando se dá depreciação da moeda, as moedas depreciadas não saem de circulação, e por isso o poder aquisitivo da moeda corrente cai.⁸ O fato a ser esclarecido quanto ao poder aquisitivo depreciado é como se fosse a conclusão dessas duas premissas. Os historiadores que usam esse tipo de argumento aplicam o conhecimento nomológico para a explicação de fatos históricos.

⁸ Tomada estritamente, a lei de Gresham diz apenas que com a deterioração de moedas, as moedas não-deterioradas ("boas") desaparecem de circulação. Ela poderia ser complementada com uma segunda lei, que diria que o poder de compra das moedas deterioradas é inferior ao das moedas "boas".

Em geral, as explicações que são apresentadas na história como ciência, com ajuda do conhecimento nomológico, são muito mais complexas do que o exemplo citado acima. Basta deitar um olhar na bibliografia de história econômica, para ficar convencido de que a ciência da história trabalha inteiramente com um conhecimento complexo e baseado em leis que, por seu grau de universalidade, merecem a denominação de "teoria". Assim, são estabelecidas conexões legítimas entre as situações dos fatos da vida prática humana (por exemplo, entre colheitas desastrosas e uma queda na renda dos trabalhadores urbanos na Idade Média) que servem para esclarecer o acontecimento documentado, a cada vez, tanto pela fonte como em termos de tempo e espaço. A pergunta é apenas quanto ao *status* que tais teorias têm em relação à ciência da história: trata-se de uma formulação que recorre a leis especificamente históricas?

A pergunta quanto ao *status* depende da correlação entre as teorias utilizadas nomologicamente na ciência da história e os fatos que devem ser conhecidos historicamente como "história". Essa correspondência é caracterizada por uma tensão particular: as teorias empregadas nomologicamente pelos historiadores orientam-se pelas modificações temporais no passado do homem e de seu mundo, mas não de forma a explicar singularmente cada caso de mudança examinado. Não servem para deduzir este caso dos antecedentes, mas sim para, por meio destes, explicar determinados elementos do caso ao articulá-los com outros.

Olhando-se mais de perto as teorias nomológicas utilizadas, é possível verificar que, por elas, não se explicam justamente aqueles fenômenos que contam como especificamente históricos. Os fenômenos do passado humano são especificamente históricos quando se trata de sua qualidade temporal, de seu valor no decorrer de um tempo considerado importante em termos de sentido e de significado. É exatamente dessa qualidade temporal, que os fatos do passado ganham a luz de uma representação abrangente da continuidade, que as teorias nomológicas prescindem. Na lei de Gresham, por exemplo, trata-se das mudanças na circulação dos valores em geral. Ela encobre o valor que tem o papel, no tempo, desempenhado pelas modificações da moeda e, portanto, não serve como explicação

daquilo que interessa prioritariamente aos historiadores. Estes não se ocupam primeiro da conexão estabelecida pelas leis da depreciação da moeda com as mudanças na circulação do dinheiro e com o fato de o poder aquisitivo da moeda cair, para então usar do processo científico de pesquisa histórica para chegar a alguma conclusão mediante a investigação dessa conexão e da formulação e fundamentação das leis aplicáveis. Antes, os historiadores utilizam tais leis para a explicação nomológica de fatos econômicos concretos dentro de um processo histórico (por exemplo: para uma inflação causada pela desvalorização da moeda em um período determinado de tempo), mas não para a explicação do próprio processo. O *status* de tais leis, dentro do conhecimento histórico, é considerado secundário, quando se leva em conta que nele se trata da qualidade temporal de fatos, da qual o modo de explicação nomológica prescinde.

O mesmo acontece com as teorias mais complexas, que se referem a períodos de tempo determinados, e que seriam eventualmente as mais aptas a valer como enunciados de leis históricas. A teoria das crises agrárias, por exemplo, no fim da Idade Média e no começo da Idade Moderna,⁹ refere-se a fatos econômicos específicos de uma época, sem contudo explicar essa especificidade epocal, pois a pressupõe como já explicada (não-nomologicamente).

Isto, naturalmente, não quer dizer que o conhecimento nomológico e a explicação nomológica não desempenhem papel algum na ciência da história. Pelo contrário: no processo da cientificação do pensamento histórico, a utilização de teorias nomológicas aumenta. A interpretação histórica da industrialização pode servir de exemplo para ambos, tanto para o *status* secundário quanto para a necessidade de tais teorias. Nenhum historiador teria a idéia de declarar esse processo como nomológico, isto é, derivar a industrialização, como processo histórico, dos dados antecedentes específicos de certa época, ou de uma ou mais leis universais e abrangentes do desenvolvimento econômico, temporalmente inespecíficas. Por

outro lado, tampouco teria a idéia de renunciar, no âmbito de uma explicação histórica da industrialização, ao conhecimento nomológico da economia.

O conhecimento nomológico não é, portanto, a forma a que a teorização do referencial das idéias conduz para garantir a validade do pensamento histórico. Se assim não fosse, o trabalho de pesquisa dos historiadores se concentraria na investigação desse saber, e ele seria (como acontece com todas as ciências que procedem nomologicamente) tanto mais coroado de êxito quanto mais universais fossem as leis descobertas. Poder-se-ia então também inverter o conhecimento histórico pela prognose: quanto mais precisa e generalizada a formulação de leis da história, tanto mais se poderia prever com precisão o futuro e controlar a mudança atual do homem e de seu mundo, no tempo, mediante planejamento.

Decididamente não é o que ocorre, conforme se aprende com um mero olhar sobre a práxis da pesquisa histórica e da utilização prática dos seus resultados. É verdade que a idéia de uma fórmula histórica universal para o mundo, de uma lei do desenvolvimento histórico da humanidade em seu todo, possui um grande atrativo como cosmovisão e com isso também grande utilidade ideológica. Essa idéia, no entanto, é não apenas logicamente inconsistente,¹⁰ mas também de pouca utilidade para a prática da pesquisa: uma fórmula universal desse tipo não decifra a experiência histórica, mas antes deturpa sua visão. A possibilidade de prognósticos históricos não é apenas contestada pelo modo com que se leva em conta, na análise da estrutura da explicação histórica, a prática cognitiva da ciência da história, mas também pela lógica do pensamento histórico, cujos processos de constituição de sentido deixam patente que a narrativa histórica não se regula pela formas do pensamento nomológico. Afinal, nessa narrativa importam, em última análise, as interpretações das experiências do tempo constituidoras de identidade e essas interpretações dependem das representações de continuidade que não se exprimem em fórmulas de lei.

⁹ P. Kriedte: Spätmittelalterliche Agrarkrise oder Krise des Feudalismus?, *Geschichte und Gesellschaft*, 7, 1981, p. 42-68, esp. p. 42-45.

¹⁰ Cf. H. M. Baumgartner, Narrative Struktur und Objektivität. Wahrheitskriterien im historischen Wissen. In: Rüsen (Ed.), *Historische Objektivität* (7), p. 48-67, esp. p. 54 s.

O fato de não se poder caracterizar a forma teórica típica da ciência da história mediante o esquema da explicação nomológica transparece, afinal, nas próprias análises epistemológicas da explicação histórica, quando se servem desse esquema. Convergiu-se assim para a conclusão de que o conhecimento nomológico aplicado pela ciência da história nas explicações históricas aparece, na maioria dos casos, de forma reduzida (trivial, incompleta, implícita) e, em suas formas mais sofisticadas, muitas vezes é importado das ciências não-históricas. Identificando-se cientificidade e conhecimento nomológico, fica claro desde logo, no caso da ciência da história, que o emprego de tal concepção causa prejuízo nos resultados. Costuma-se falar de meros esboços de explicação ou de explicações elípticas.¹¹ O fato de a ciência da história lograr reconhecimento, como ciência, por também empregar explicações nomológicas em seu âmbito, é percebido por ela como um possível fator de obscurecimento que diminui a validade de seus resultados.

Dependendo de até que ponto os historiadores assumam a concepção epistemológica de o conhecimento nomológico ser o indicador da qualidade de ciência, têm eles de se haver com os complexos de inferioridade: seja por meio de recalque ou de compensação, subentendendo regularidades legais do processo histórico que só se tornam objeto da pesquisa histórica de forma parcial (ou de forma nenhuma). Nesta última hipótese, há uma variante positivista e outra marxista: na positivista (estou empregando o conceito do "positivismo" no sentido coloquial), a ciência da história ou bem é incentivada a ajustar seu procedimento de pesquisa à obtenção do conhecimento nomológico, e por esse meio finalmente guindar-se à categoria de ciência, o que nas presentes circunstâncias se lhe aplica de forma muito limitada ou de forma nenhuma, ou então ela é imediatamente rebaixada à categoria subordinada de mera fornecedora de dados para as ciências que recorrem ao modo nomológico. Na variante marxista (ortodoxa) são-lhe prescritas normas legais externas a sua especialidade, com a tarefa de sustentá-las empiricamente,

¹¹ Por exemplo, B. Hempel, *Explanation in science and in history*, edição em alemão, p. 244 ss. (nota 7).

sendo proibido modificar normas legais fundamentais,¹² ou então se fala da formação de uma teoria especializada, cujos resultados são chamados de "leis históricas".

As questões relativas a seu caráter nomológico e a sua função de previsão são cuidadosamente contornadas (a afirmação de que a história se pode "fazer" baseada em um conhecimento histórico capaz de previsões, é considerada pela cosmovisão marxista como um ideologema, sem que se tente enunciar qualquer prognose testável).

A explicação intencional e o problema das articulações hermenêuticas de sentido

A especificidade das explicações históricas orientadas pela teoria pode ser caracterizada pelo esquema da explicação nomológica como uma variante não positiva, mas meramente negativa do modo explicativo das ciências não-históricas. Dá a vontade de procurar outros esquemas de explicação para fazer justiça ao procedimento do pensamento histórico. Um desses esquemas oferece a alternativa de procurar a explicação de atos praticados pela indicação de razões (intenções) que possam ter orientado esses atos. Parece adequar-se ao pensamento histórico por três razões: para este, leis no sentido de uma explicação nomológica não têm nenhuma importância; não foram construídas como prognóstico mediante simetria lógica; e,

¹² Assim, por exemplo, escreve G. Brendler: "As categorias básicas do materialismo histórico estão consolidadas e não podem mais ser questionadas". (Sobre o princípio de parcialidade da ciência da história marxista-leninista, *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, 20, 1972, p. 277-301, cit. p. 290.) Na bibliografia marxista mais recente encontram-se análises e argumentações muito diferenciadas, como, por exemplo, na coletânea: Küttler (Ed.), *Gesellschaftstheorie und geschichtswissenschaftliche Erklärung* (9). Nessa obra, W. Wächter apresenta, em análises muito precisas e diferenciadas, procedimentos de explicação importantes para a ciência da história e seu complexo conjunto, tanto de forma abstrato-metodológica como em exemplos práticos. Infelizmente, ele não aborda o complexo integral da explicação narrativa (W. Wächter, *Historische Erklärung*, op. cit., p. 151-126).

não estão interessadas em explicar os atos dos homens que já são “história” no plano do conhecimento.

Esse esquema tem a seguinte estrutura:¹³ O *explanandum* é o fato de que o agente S (um homem, um grupo de homens, um governo, uma nação, uma camada social, etc.) realizou a ação ou um complexo de ações *x*. Esse fato é explicado mediante uma argumentação em três etapas. Primeiramente, constata-se que S estava resolvido a alcançar um determinado objetivo Z. Constata-se, em seguida, que S estava convencido de se encontrar numa situação do tipo C. Por fim, constata-se que S estava seguro de que só poderia alcançar o objetivo Z se realizasse a ação *x*. Em conjunto essas três constatações formam o *explanans* (ver p. 29).

Tomemos o assassinato de César por Brutus para dar um exemplo da aplicação desse esquema. Por que Brutus assassinou César (*explanandum*)? A resposta é (*explanans*): 1) Brutus queria salvar a República. 2) Brutus estava convencido de que a República estava sendo ameaçada de morte por César e que ele o poderia matar. 3) Brutus estava convencido de que a República só poderia ser salva se ele liquidasse César. Com essas três asserções fica clara a razão de Brutus ter assassinado César.

Esquema da explicação intencional (segundo Donagan)	
(1) S quer Z. (2) S avalia a sua situação como C. (3) S está convencido que, em C, só é possível conseguir Z por meio de <i>x</i> .	<i>Explanans</i>
(4) S executa <i>x</i> .	<i>Explanandum</i>

S = sujeito da ação

Z = objetivo da ação

C = natureza de uma situação (um conjunto de possibilidades de agir)

x = ação

¹³ Adoto, de forma modificada, a versão que A. Donagan desenvolveu, mediante distinção crítica com respeito ao esquema da explicação nomológica, acerca da especificidade da explicação histórica (novas considerações sobre a teoria de Popper-Hempel (9); cf. esp. p. 203).

Nesse esquema de explicação, o fato a ser esclarecido não é posto em um contexto objetivo e regrado de outros fatos (condições antecedentes) – tal como acontece no esquema da explicação nomológica –, mas sim em correlação de sentido com intenções. Salta à vista que tais explicações só podem funcionar em relação a ações, e mesmo assim só quando não se vê nas ações meros fatos no sentido de ocorrências empiricamente observáveis (portanto, mais do que apenas comportamento), mas acontecimentos cujo significado é determinado por intenções (conscientes ou inconscientes) daqueles que as executam. As ações são vistas, por assim dizer, “de dentro para fora”, da perspectiva da intencionalidade da vida humana concreta. Explicá-las significa reconstruir as razões motivadoras. Elas são explicadas mediante a “compreensão”, por recurso ao conhecimento das intenções que levaram à ação. Esse conhecimento não está construído nomologicamente.

Com o esquema da explicação intencional consegue-se quebrar o monopólio da racionalidade e a exclusividade da qualidade científica da explicação nomológica. Uma explicação de ações mediante indicação das razões determinantes respectivas é uma resposta plausível e satisfatória à pergunta por quê? e, portanto, uma explicação esclarecedora, fundamentadora e, nessa medida, “racional”. Nesse procedimento, o decisivo é que o recurso a uma legalidade universal não é necessário.

É claro que isso só vale enquanto se pretende explicar a ação, e não prevê-la pelo mesmo esquema. Porque, em se tratando de um prognóstico, o passo que vai da intenção de uma ação até sua execução teria de ser expressamente tematizado; e é sabido que as intenções em forma de *explanans* de uma explicação intencional não levam necessariamente à ação. É preciso introduzir, portanto, um elemento de argumentação a mais, quando se trata de prever uma ação. Esse elemento tem um papel importante na correlação legítima entre as intenções que levam à ação e sua efetiva execução. Um tal elemento, no entanto, não é necessário quando se trata apenas da explicação de uma ação já executada. As ações não acontecem necessariamente por causa de um motivo, elas também não são derivadas (necessariamente) de motivos: elas apenas podem ser explicadas à

base de motivos. Assim se pode demonstrar, mediante o esquema de uma explicação intencional, que explicações plausíveis e completas são possíveis, sem serem interpretadas ao mesmo tempo como prognose. Pertence à racionalização da explicação intencional ser assimétrica em relação à estrutura da prognose.

O esquema da explicação intencional parece muito mais apropriado para caracterizar a maneira de pensar da ciência da história do que o da explicação nomológica. Justamente por tratar da intencionalidade da ação do homem, o pensamento histórico fica desobrigado das exigências do conhecimento nomológico e da possibilidade de uma prognose. Como essa intencionalidade constitui a concepção temporal do passado da humanidade, que faz valer como "história" a busca do conhecimento histórico, fica claro, por meio do esquema da explicação intencional, por que, no conhecimento histórico, não se dá preferência ao conhecimento nomológico. Chama-se a atenção, ao mesmo tempo, para uma particularidade do pensamento histórico que se refere à sua incapacidade de prognosticar: seu caráter reconstrutivo interfere na ótica com que quer justificar o caráter histórico das mudanças temporais da humanidade. Ao pensamento histórico não interessa obter conhecimento quanto à conexão legítima entre a intenção e a execução de uma ação. Prefere muito mais tornar compreensíveis as ações no passado, cujos resultados têm importância para as ações no presente à luz de suas intenções. Só então a ação no presente pode ser relacionada intencionalmente com a ação no passado.

Em virtude da sua função de formar uma identidade, o pensamento histórico é referido à intencionalidade da ação do homem. Relaciona experiências e sofrimentos passados do homem (exclusivamente com suas pressuposições, condições e conseqüências) com intenções de ações do presente (e sofrimentos), e o que estiver ainda mais próximo, de escolher a intencionalidade da vida humana prática como instrumento de ligação. Ações importantes do passado são ainda compreensíveis no presente (ou se tornam compreensíveis de novo) pelo recurso a suas intenções. Com esse recurso, são elas explicadas e, por isso e ao mesmo tempo, apresentadas em forma de pensamento no mesmo nível das intenções dominantes. Dessa

forma, tornam-se também evidentes àqueles que necessitam capacitar-se para conservar na memória o pensamento histórico (ou ao menos parte dele), para tomarem posição no presente e se sentirem de posse do futuro. Com o esquema da explicação intencional, que é expresso por essa forma hermenêutica de pensar, é possível definir o caráter da ciência da história como reconstrutivo e hermenêutico em sentido positivo.

O fato de que a explicação intencional siga um esquema no qual as leis (no sentido de uma afirmação geral baseada na seqüência lógica do se/então) não têm nenhum papel constitutivo, não significa que as explicações intencionais e as nomológicas excluam-se reciprocamente. Antes, elas se completam, sobretudo quando se trata de ações complexas, que exigem explicações nas quais os motivos e as circunstâncias têm a mesma importância (e onde isto não é o caso?).

Será que o esquema da explicação intencional também é adequado para caracterizar formas teóricas do pensamento histórico específicas da ciência da história? Para poder responder a esta pergunta, é antes de mais nada necessário esclarecer a pergunta antecedente, se e como aparece na explicação intencional o conhecimento em forma de teoria. Um conhecimento dessa natureza é sempre conveniente quando a conexão entre a ação e a intenção não está ao alcance imediato, mas quando as ações precisam ser explicadas pelas intenções que não eram conhecidas – de todo ou só em parte – pelos agentes, e que eles se moveram instigados pelas intenções de outros ou deles próprios. Um exemplo flagrante desse conhecimento em forma de teoria é a psicanálise. A ela pertencem todas as pressuposições profundamente hermenêuticas sobre a estrutura de motivos das ações dos homens. As teorias articulam, mediante explicações intencionais, o significado de conexões gerais e complexas de ações que revelam os motivos de ações determinadas. Com isso se define um conhecimento em forma de teoria, que pode ser aplicado perfeitamente na interpretação de encadeamentos temporais das ações dos homens.

Nada obsta, pois, que se relacione esse esquema, no qual se contempla um procedimento elementar da explicação plausível das ações mediante motivos e cuja racionalidade própria pode ser evidenciada,

com a autodefinição hermenêutica tradicional das ciências históricas. O primeiro a fixar a oposição entre explicar e compreender¹⁴ foi Droysen, que tanto a fundamentou em termos de teoria da história e do conhecimento como a definiu metodologicamente. Essa oposição pode ser entendida, por recurso à teoria analítica contemporânea da ciência, em sua antiga significação, como oposição entre tipos diversos de ciência (ciências naturais e ciências humanas). Há, contudo, não poucas objeções: (1) a que se qualifique a especificidade da ciência história como “hermenêutica” por meio do esquema da explicação intencional, (2) a que se veja sua forma específica de elaborar teorias no processo de construir, pela pesquisa, um saber hermenêutico profundo quanto às estruturas intencionais do agir humano e (3) a que se empregue esse saber como recurso explicativo.

É certo que a ciência da história tem de empregar explicações intencionais quando pesquisa as ações dos homens. Ela tampouco pode renunciar a essas explicações quando se afasta da história meramente factual e se volta para a história estrutural. Afinal, na ótica dos historiadores, estruturas nada mais são do que o modo de designar o ordenamento sistemático das condições sob as quais o agir se deu. Referem-se basicamente, por conseguinte, a ações (pelo menos em potência). Isso não quer dizer, todavia, que esse processo de explicação determine a especificidade científica própria à ciência da história, e a diferencie das demais ciências. A ciência da história procede de forma semelhante, explicando por intenções, assim como se serve também da explicação nomológica: ela emprega esse procedimento para suas próprias finalidades, sem que estas finalidades sejam alcançadas só por um dos dois procedimentos ou pelos dois em conjunto. Por essa razão, seu uso do saber teórico da hermenêutica profunda é apenas coadjuvante. Teorias que enunciam estruturas motivadoras da ação humana não são genuinamente históricas.

Qual é a razão de isso ocorrer dessa forma? Porque as correlações entre a intenção da ação e a própria ação, que constituem o objeto da explicação intencional, não representam a qualidade própria à ação do homem que o pensamento histórico investiga. Explicações

intencionais não são suficientes (por princípio) para explicar as mudanças temporais que são tematizadas como “história”, porque essas mudanças não são buscadas ou efetuadas como históricas. Resumindo, pode-se dizer que: “histórico”, em termos de ações do passado, é o que não se pode explicar intencionalmente, ou seja, uma conjunção de acontecimentos que não são compreensíveis como resultado de uma intenção que buscasse justamente o que aconteceu. Embora seja sempre tentador subordinar acontecimentos históricos (por exemplo, a industrialização da Inglaterra, a Revolução Francesa, a fundação do Império Alemão) a um sujeito (uma classe de capitalistas exploradores, um grupo de revolucionários conspiradores, Bismarck) e declarar depois que os fatos decorreram da intenção dos sujeitos. É tentador porque explicações intencionais parecem bem evidentes, quando se trata de ações humanas, e permitem articular a experiência histórica com as intenções para o futuro de forma que não suscita dúvidas nem provoca rupturas – apesar de que tudo isso nem sempre convença. Acontecimentos históricos oriundos da ação do homem não se deixam compreender satisfatoriamente como resultado de intenções. É uma experiência trivial, mas nem por isso menos importante e constitutiva para o pensamento histórico, a de que a maior parte das mudanças temporais que os homens provocam, em si próprios e em seu mundo, não correspondem às intenções que pudessem ter orientado as ações. Em geral, tudo acaba por ser bem diferente do que se tinha planejado a princípio. Wilhelm Busch resumiu essa experiência constitutiva do pensamento histórico em uma frase clássica: *Primeiro as coisas acontecem de outro jeito e, em segundo lugar, diferentes do que se pensou.*

É justamente essa experiência que torna necessária a atividade constituidora de identidade do pensamento histórico. Se o processo histórico da vida humana não passa de uma sucessão temporal de intenções que se concretizam, então não se teria a experiência ameaçadora do tempo (e da natureza), que torna necessária a produção de sentido mediante a narrativa histórica.¹⁵ Só assim os agentes,

¹⁴ Droysen, *Historik* (4), p. 403.

¹⁵ Cf. I, p. 56 ss. [ed. bras.]. Mais desenvolvido: J. Rüsen, Die vier Typen des historischen Erzählens, In: Koselleck et alii (Ed.): *Formen der Geschichtsschreibung* (3), p. 514-606, esp. p. 520-536.

buscando realizar suas intenções, estariam conscientes da duração de sua subjetividade própria no movimentado fluxo temporal do agir. O que acontece é, porém, o contrário: como as intenções levadas a cabo nas ações, em virtude das circunstâncias destas, produzem resultados que não correspondem às intenções, a experiência da mobilidade temporal das ações humanas deve passar sempre por novas interpretações (justamente históricas) próprias, de modo que ainda possam ser entendidas com sentido a partir de suas intenções.

Temos aqui um dos enredamentos metateóricos tão frequentes na ciência da história: o pensamento histórico requer a conexão constitutiva entre experiências do tempo e intenções no tempo, na qual se insinua a constante tentação de dissolver pela hermenêutica o desafio posto pela experiência temporal, que torna necessário o pensamento histórico. A consciência histórica bem que gostaria de superar a assimetria entre a intenção e o resultado da ação (a lógica do processo histórico, de que as coisas acontecem bem diferentes daquilo que se pensava), assimilando-a no esquema da explicação intencional e de encontrar, nos abismos da intencionalidade humana, os motivos por que a mudança do homem e de seu mundo no tempo ocorrem sempre, em suas ações concretas, de maneira tal que tem de se constituir em objeto de interpretação histórica. O desejo de encontrar tais explicações reside no fato de que estas naturalmente livrariam a experiência histórica do incômodo causado pela desfasagem entre intenção e execução de ações. Se se pudesse explicar intencionalmente os acontecimentos históricos de modo que isso bastasse para os entender como sendo realizações concretas das intenções orientadoras do agir, então poder-se-ia compreender a subjetividade dos homens como fundamento de toda a realidade histórica – que, sempre preocupada com a questão da identidade, justamente voltaria a perder-se na realidade temporal evolutiva da vida prática. Isso decorre do fato de que as ações humanas, que promovem mudanças no tempo, se dão sob circunstâncias cujos efeitos não conseguem ser adequadamente estimados e cujas intenções tampouco vêm a ser plenamente levadas em conta. Tem-se aqui o lado negativo do superávit de intencionalidade do

agir humano, que constitui a historicidade da vida humana prática:¹⁶ tal como todo homem por princípio supera, com suas intenções (esperanças, aspirações), as circunstâncias dadas de sua vida prática, assim também as circunstâncias vão além do peso que vêm a ter nas intenções de agir que influenciam e em seus resultados concretos.

As explicações intencionais e o saber teórico, hermenêutico, que delas resulta têm na ciência da história um papel semelhante às explicações nomológicas e do saber legaliforme que lhes corresponde: são empregadas, mas não fornecem à ciência da história as formas de explicação e de teoria que lhe são próprias.

A explicação narrativa e o problema dos construtos narrativos teóricos

Como determinar as formas de explicação e de teoria específicas à ciência da história? Um olhar sobre a constituição prática do pensamento histórico, que define sua natureza e a delimita com relação às outras formas de pensamento, dá-nos a entender que seria apropriado perguntar se já não existiria na narrativa histórica um potencial explicativo que poderia ser utilizado pela ciência da história de forma especificamente científica. A argumentação empregada até agora leva a essa pergunta. Ela mostrou que a ciência da história serve-se de explicações nomológicas e intencionais, e das teorias aplicadas por elas, sem que qualquer dos esquemas de explicações utilizados devesse ser reconhecido como genuinamente histórico. Ao se analisar mais de perto o processo, vê-se que a ciência da história procede mediante explicações narrativas.

O que se pretende afirmar com isso? As explicações nomológicas e intencionais aparecem na ciência da história sempre no contexto de histórias. Elas são parte de um conjunto de sentenças. Expressos em termos narrativos, os efeitos temporais das ocorrências do mundo humano tornam-se mudanças (com sentido e significado).

¹⁶ Cf. I, p. 98 ss. [ed. bras.].

Pode-se dizer também que as sentenças históricas referem-se a uma seqüência temporal de situações: elas afirmam que alguma coisa num determinado momento (t^1) era assim e num momento mais tarde (t^2) era diferente, e num momento ainda mais tarde (t^3) ainda mais diferente. Esta “alguma coisa” (representada simbolicamente com um “S” como o sujeito [de referência] de uma história) pode ser um indivíduo (por exemplo, Brutus), um grupo de pessoas (por exemplo, os trabalhadores), um conceito (por exemplo, a humanidade), um alimento (por exemplo, arroz), um preço (por exemplo, o preço do trigo), um sistema econômico (por exemplo, o artesanato), enfim: tudo o que possa existir no horizonte das experiências da vida humana prática e a que se possa atribuir algum significado para a orientação dessa práxis no tempo. As histórias asseveram que, com este “S”, se passam coisas no decorrer de um período de tempo (cronologicamente determinado): Brutus mata César para salvar a República romana; na segunda metade do século XIX, os trabalhadores constroem, na Alemanha, organizações políticas próprias; o conceito de humanidade adquire, na segunda metade do século XVIII, no discurso da sociedade do Iluminismo alemão, uma acepção emancipatória, crítica e coletiva;¹⁷ o arroz é introduzido por volta de 2000 ou 2150 a.C. no sul da China, onde se expandiu até a extensão que conhecemos hoje, tendo modificado “decisivamente a vida na China”;¹⁸ o preço do trigo na Europa Central decresceu de 1817 a 1825, voltando em seguida a subir.¹⁹

Esquemáticamente, esses processos podem ser apresentados como simples seqüências temporais das várias situações de S:

$$S_1 \rightarrow S_2 \rightarrow \dots \rightarrow S_n$$

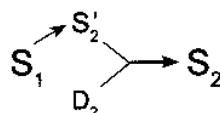
¹⁷ H. E. Bödecker, *Menschheit, Humanität, Humanismus, Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, v. 3, Stuttgart, 1982, p. 1063-1128.

¹⁸ F. Braudel, *Die Geschichte der Zivilisation, 15. bis 18. Jahrhundert*. München, 1971, p. 152.

¹⁹ W. Abel, *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur. Eine Geschichte der Land- und Ernährungswirtschaft Mitteleuropas seit dem hohen Mittelalter*. Hamburg, 2. ed., 1966, p. 210.

A ciência da história costuma, pois, não apenas “narrar” essas modificações temporais de algo como seqüência de situações, mas também explicá-las. Ela expõe como se chegou de S_1 e S_2 , passando por uma série de situações intermediárias, a S_n . Conforme o que deve ser explicado ela se vale de diferentes modos de explicação e dos conhecimentos teóricos que lhes correspondem. Ela pode prece-der assim, sem objeções de ordem lógica, na medida em que as explicações nomológicas e as intencionais não se contradizem; antes, servem umas às outras como complementares. Considerando mais de perto esses passos argumentativos da explicação histórica, constata-se que a explicação que leva de S_1 a S_2 nunca está completa no sentido dos esquemas das explicações nomológicas e intencionais. Ela nunca está inteiramente garantida por um conhecimento formulado em termos teóricos e empregado para explicar (de forma que o procedimento não aparece, pois, como caso particular de uma regra universal, como aplicação de uma lei ou como execução de uma intenção do agir).

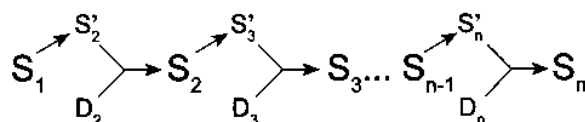
Invés disso, os passos de S_1 a S_2 e ... até S_n são efetuados pela narrativa. As explicações estão inseridas nela, mas não explicitam integralmente cada passo. O que significa isso? Tomando-se em consideração (por razões de simplificação) apenas as explicações nomológicas, pode-se caracterizar epistemologicamente esses passos como segue: S_2 só é explicado parcialmente, apenas como S_2' de S_1 , enquanto dado antecedente no âmbito de uma regra universal (por exemplo, determinada crise econômica é explicada, por recurso à lei de Gresham, a partir do dado antecedente que consiste na depreciação da moeda; não é a crise econômica que é explicada, mas a inflação que, no caso tomado, está necessariamente ligada a ela). Para poder explicar suficientemente S_2 como consequência temporal de S_1 , são captadas informações adicionais (D_2) sem relação nomológica formal com S_2 , para que S_2 de S_2' e D_2 se torne assim plausível (por exemplo, a crise econômica como resultante da inflação e de outros fatores como danos de guerras precedentes, desemprego, etc.). Um procedimento explicativo “histórico” tomaria a seguinte forma:



O mesmo esquema vale também para as explicações intencionais: na ciência da história trata-se de situações (S_2) mais complexas do que se poderia explicar pelas ações que se originaram de intenções (assim como, por exemplo, uma situação da República romana, decididamente marcada pela morte de César, mas para cuja explicação o mero assassinato por Brutus não basta, pois outras explicações, por exemplo de cunho histórico-constitucional, são relevantes). Explica-se intencionalmente uma ação (S'_2), determinante da situação S_2 , mas não a situação em sua totalidade. É preciso procurar para além do *explanans* (motivação do agir) outros dados explicativos D_2 (circunstâncias ou condições do agir, que não aparecem ou o fazem de forma distinta nos juízos sobre a situação que estão presentes na motivação do agir).

A cadeia narrativa de sentenças históricas explicativas pode ser representada no seguinte esquema:²⁰

*Esquema da argumentação histórica
(de acordo com Hempel e Stegmüller)*



Esses curiosos passos explicativos, incompletos à luz dos esquemas das explicações nomológicas e intencionais, não se baseiam numa subcapacidade intelectual da disciplina “história”, que ainda não teria conseguido encontrar as leis que conduzem, de forma necessária, de S_1 , pelas várias fases intermediárias, até S_n . Tampouco se trata de pontos fracos na explicação, situados na imensa complexidade do domínio de conhecimento da “história” e que ainda

²⁰ Stegmüller (nota 4), p. 352-358 (também em: Baumgartner/Rüsen (3), p. 165-172).

não teriam sido suficientemente explorados pelo saber nomológico ou teórico de qualquer outro tipo. Essa incompletude, porém, esse déficit de procedimentos explicativos necessários à argumentação histórica, revela apenas a inadequação dos modelos de explicação utilizados. Ela decorre da natureza do pensamento histórico, de seus interesses cognitivos constitutivos, com os quais a “história” é tematizada como objeto e cujo formato não se adequa ao esquema da explicação nomológica e ou intencional. Como nesses esquemas entram dados que dão informações adicionais, eles se abrem ao mesmo tempo para a singularidade da realidade da “história”. Esse complemento explicativo (D_1 , D_2 , D_n) é objetivamente necessário. Com ele, o pensamento histórico leva em conta as carências de orientação às quais se deve. Essas carências de orientação vão, por princípio, além do esquema de pensamento das explicações nomológica e intencional. Pois trata-se, no pensamento histórico,²¹ de mediar, pela rememoração, entre o superávit de intencionalidade do agir humano, que vai além das condições e requisitos que lhe são dados, e a experiência do tempo passado, de modo tal que a vida humana prática atual (nos processos vividos, atualmente, de mudanças no mundo dos homens) possa ser orientada. Nesse processo, o pensamento histórico não tem como apresentar as experiências temporais do passado, nem pelo esquema de explicação nomológica nem pelo hermenêutico. Gostaria de fundamentar esse ponto, a seguir, um pouco mais.

No caso de uma explicação nomológica, o pensamento histórico isolaria a experiência temporal do passado do superávit de intencionalidade da vida prática atual, ao qual, no entanto, deveria ser referido. Pelo argumento nomológico poder-se-ia constatar, mediante recurso às experiências do passado, os processos temporais do agir e do sofrer presente que têm as mesmas circunstâncias e características do agir e do sofrer passado (que, pelo tempo transcorrido, pode ser investigado). Saber disso é imprescindível por causa de seu significado para a competência técnica do agir, que se insere nas circunstâncias e nas condições que lhe são dadas (e com que agir isso não seria assim?). Só que não poderá servir de orientação da vida

²¹ Cf. I, p. 57 ss. [ed. bras.].

humana prática se as intenções concretizadas conduzirem para além das respectivas circunstâncias e condições. O pensamento histórico recorre, por força dessa sua função orientadora, a experiências temporais, das quais o esquema das explicações nomológicas abstrai: experiências de mudanças que não correspondem à regularidade interna daquele que passa pela mudança. Trata-se de experiências temporais que, comparadas com as que são apreendidas nomologicamente, possuem o *status de contingência*. Com as informações adicionais ($D_2, D_3, \dots, D_n$), o esquema da argumentação histórica explica justamente o que, em $S_2, S_3, \dots, S_n$, é contingente com relação às propriedades $S_2, S_3, \dots, S_n$ nomologicamente explicáveis.

Com toda razão, o debate contemporâneo sobre teoria, na ciência da história, assumiu a função de superar a contingência, atribuindo-lhe assim um *status* especial ao lado das ciências nomológicas.²² Só que essa atribuição de *status* é problemática por duas razões: primeiro, porque o pensamento nomológico é ele próprio um meio de superação da contingência; ele supera essa experiência ao revelar regularidades até então desconhecidas, à luz das quais a experiência apreendida como contingente passa a ser explicada nomologicamente. Em segundo lugar, porque só restaria ao pensamento histórico uma única função compensadora: ser responsável apenas pelas experiências temporais que não pertencem à esfera das ciências nomológicas; ficaria dependente, portanto, da competência reivindicada por estas (remetida, por assim dizer, aos resíduos de contingência que sobrassem das ciências sociais que procedem nomologicamente). Na verdade, nunca faltará, no âmbito da vida humana prática, a experiência da contingência a ser dominada historicamente; a questão está em saber como avaliar esse domínio mediante a história em relação a sua superação (sempre parcial) pelo pensamento nomológico. Deve-se explicar “apenas” de forma histórica (considerando a superação nomológica da contingência como a melhor possível) ou deve-se esclarecer “exclusivamente” de modo histórico, no sentido de “único” (considerando necessário controlar

²² H. Lübbe, *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse*. Basel, 1977; do mesmo autor: *Was heisst: "Das kann man nicht historisch erklären?"* (9).

a contingência de outra maneira do que por sua superação, ou seja, por reconhecê-la)? Se se pensar na interrelação constitutiva com as carências de orientação da vida humana prática, na qual o pensamento histórico se encontra também como ciência, a resposta está então a nosso alcance imediato: o pensamento histórico abre o olhar para a contingência das mudanças temporais do homem e de seu mundo (e ultrapassa com isso o esquema de sua explicação nomológica, desvelando as possibilidades de realização do superávit de intencionalidade).

Pode-se chamar de liberdade aquilo que faz com que os homens vão além, intencionalmente, das circunstâncias e condições dadas em sua vida prática, e afirmem-se nessas mudanças de si mesmos e de seu mundo, de que são agentes e pacientes por seu próprio agir. É essa liberdade que, antes de mais nada, torna possíveis as experiências da contingência. É com respeito a elas que o pensamento histórico rememora os processos temporais do passado humano, cuja contingência é interpretada como possibilidade de liberdade. A contingência é, assim, a sombra empírica projetada pela liberdade do homem.

O pensamento histórico domina a experiência da contingência (do presente) na medida em que não é superado mediante conhecimento nomológico na forma de experiências generalizadas do passado, mas sim por manter-se aberto à possibilidade da liberdade. E isso acontece porque os processos temporais contingentes das mudanças do homem e de seu mundo no passado são enunciados como a história dessas possibilidades, de sua abertura, de seu aproveitamento, desperdício, fracasso, expectativa, enfim: rememoram-se todas as formas pelas quais o homem dá testemunho de sua liberdade.

No caso de uma explicação intencional, a experiência temporal do passado preservaria o traço das intenções orientadoras do agir que permaneceriam presentes nele, mas também nesse caso se perderia a contingência, cujo controle o pensamento histórico busca. A contingência na concretização de ações resultantes de intenções consiste no fato de que as ações dependem de circunstâncias e condições, que as intenções orientadoras do agir não têm como avaliar adequadamente em sua totalidade e em todos os seus

aspectos. O pensamento histórico mantém aberto o espaço da contingência no qual as ações se efetuam na relação com suas intenções orientadoras e no qual intenções se realizam. Com isso, ele traz para o âmbito de orientação da vida prática um superávit experiencial quanto à intencionalidade do agir humano, ao qual esta tem de conformar-se, se não quiser que sua liberdade seja uma mera aparência. O pensamento histórico também se preocupa com isso, quer dizer, basicamente com relação à liberdade do homem: ela é remetida ao âmbito dos condicionamentos, o único onde tem possibilidades de se realizar. A evidência histórica da sua limitação funciona como estímulo para motivar a sua ação.

Se, à luz dos esquemas das explicações nomológicas e intencionais, a argumentação explicativa de uma história aparece como incompleta, como déficit desses esquemas, põe-se então a pergunta se, em contraste com esses esquemas, seria possível elaborar um esquema que represente a natureza especificamente histórica da explicação. Se a ciência da história só utiliza as explicações nomológicas e hermenêuticas de modo subsidiário, quais seriam então seus processos próprios de explicação?

Para se poder responder a esta pergunta, tem de ficar muito claro, antes de mais nada, que a pergunta sobre o “por que” é especificamente histórica e que, dessarte, requer uma resposta especificamente histórica ou seja, uma explicação histórica. Um *explanandum* histórico é a modificação temporal de alguma coisa. Um exemplo epistemológico clássico é o fato de o duque de Buckingham ter seguido, até 1623, o plano de casar o príncipe Carlos com a infanta espanhola Dona Maria, mas depois de 1623 ter desistido desse plano.²³ O *explanans* é o fato de que ele, em 1623, numa viagem com o herdeiro do trono à Espanha, mudou sua avaliação quanto à uma possível ligação entre as casas reais inglesa e espanhola. A relação lógica entre o *explanandum* e o *explanans* é a de uma história: seu começo e seu fim são a mudança que é preciso explicar, o meio é o acontecimento que explica a mudança. *O próprio narrar a história já é por si um*

²³ Detalhes em F. C. Dahlmann, *Geschichte der Englischen Revolution*, Leipzig, 1844, p. 159-167.

procedimento explicativo.²⁴ Explicações especificamente históricas são explicações narrativas. Seu esquema tem a seguinte forma:

<i>Esquema de uma explicação narrativa (segundo Danto)</i>
(1) S é F em t_1 (2) G ocorre com S em t_2 (3) S é H em t_3
<i>explanandum</i> : (1), (3) <i>explanans</i> : (2)

S = “sujeito” de uma história;
F = situação inicial;
H = situação final;
G = acontecimento

Os exemplos, com que a bibliografia especializada elucida a natureza e a estrutura da explicação histórica, correm todos o risco de mal-entendidos no caso da história mencionada da mudança de opinião do duque de Buckingham. Como se trata de histórias no âmbito de acontecimentos singulares (mudança de idéia, amolgaduras em carros), tem-se irremediavelmente a impressão de que uma explicação narrativa se refere ao nível da história factual, mas não àquela que trata de uma ligação estrutural entre fatos e onde não existem pessoas atuantes em primeiro plano. Essa impressão é enganosa, porque S pode muito bem ser um sistema sócio-econômico complexo (como, por exemplo, o da Inglaterra) ou um duque, e F, H podem ser sistemas complicados de propriedades (como, por exemplo, o de uma sociedade agrária de um determinado tipo ou o de uma sociedade industrial nos primórdios da industrialização), e também podem ser diferentes os acontecimentos G, que ocorrem com S, que se pode transformar em H por meio de F. A história correspondente seria a da industrialização na Inglaterra.

O esquema de uma explicação narrativa diz respeito, portanto, também ao pensamento histórico em seu todo. Esse esquema é tão

²⁴ Adoto a argumentação de A. C. Danto, *Analytische Philosophie der Geschichte* (9).

típico para a explicação da ciência da história, como a narração histórica é constitutiva para o conhecimento histórico. Por ele é possível tornar plausível que e por que os prognósticos não representam papel algum no pensamento histórico sem que, com isso, a dimensão do futuro esteja-lhe vedada. As explicações históricas são dessarte, por princípio, reconstrutivas e não podem, também por princípio e pela mesma razão, tornar-se prognóstico mediante uma transposição temporal do *explanandum* para o futuro, porque o *explanandum* histórico já contém em si a diferença de tempo que poderia ser utilizada em um prognóstico: a diferença de tempo entre t_1 e t_2 não se dá – como no esquema de uma explicação nomológica (se se dotar os antecedentes e o *explanandum* com coeficientes de tempo) – entre *explanans* e *explanandum*, mas no próprio *explanandum*.

Naturalmente, é possível imaginar t_3 como se encontrando no futuro, mas isso não é um prognóstico, apenas um processo histórico fictício: demonstra-se o que deveria ocorrer com S, que (ainda) possui agora a qualidade G, se deixa de ser G para ser H. Esta apresentação de um processo histórico fictício não é rara, faz parte de cada consciência histórica em forma de uma perspectiva ou expectativa de futuro que se refere às lembranças do passado e é determinada por intenções normativas. A simetria entre explicação e prognóstico no esquema do pensamento nomológico corresponde à simetria entre lembrança e expectativa no esquema do pensamento narrativo, e a legalidade abrangente naquele caso corresponde, neste caso, à representação abrangente de continuidade. “Expectativa” não significa previsão no sentido de profecia. Antes, trata-se de uma esperança fundamentada.

Com o esquema da explicação narrativa é possível estabelecer com precisão do que se trata, quando se fala das tão debatidas *teorias históricas*. Em primeiro lugar, as teorias não surgem de imediato (como as leis no esquema da explicação nomológica) como parte constitutiva das explicações históricas no esquema narrativo. Será que a ciência da história não é por esta razão carente de teorias?²⁵

²⁵ H. Lübke, Wieso es keine Theorie der Geschichte gibt. In: Kocka/Nipperdey (Ed.), *Theorie und Erzählung in der Geschichte* (3), p. 65-84.

O esquema da explicação narrativa apresentado especifica a explicação histórica, de tal forma que sua realização propriamente científica não seja mais visível (assim como as teorias especificamente científicas da intencionalidade tampouco aparecem no esquema da explicação hermenêutica e, no esquema da explicação nomológica, a forma da lei ainda não é específica para teorias nomológicas científicas. Meras sentenças se/então ainda não são leis e muito menos teorias). Isso não quer dizer que alguma coisa como “teorias históricas” não possa acrescer-se àquilo que o esquema da explicação narrativa apresenta como suas características constitutivas ou essenciais, sejam introduzidas artificialmente em nome da ciência.

Pelo contrário: a existência, especificidade e função das teorias históricas devem provir dos fatores constitutivos de uma explicação histórica, deixando-se enunciar de forma plausível pelo esquema da explicação narrativa.

Um olhar sobre os demais esquemas pode focalizar aquilo que está em causa como “teoria”. No esquema nomológico tem-se uma formulação genérica das conexões entre os dados próprios aos antecedentes e ao *explanandum*. Essa formulação, com seu grau de generalidade, “cobre” ao mesmo tempo a conexão específica entre as condições iniciais dadas e o *explanandum* dado (*covering law*). Esta “cobertura” genérica encerra igualmente o saber hermenêutico profundo com o qual são formuladas, na explicação intencional, as conexões entre motivação e ação, de modo a remeter determinadas ações a determinadas motivações. Esse saber genérico também é utilizado na explicação histórica; todo historiador que explica mudanças da estrutura social, ao “narrar” o processo de transformação de uma situação em outra, trabalha com conhecimentos em forma de teoria sobre a dinâmica da transformação (Jacob Burckhardt diria: sobre as “potências”) das estruturas sociais; desta forma, a especificidade temporal das estruturas é levada em conta, por definição, nesse saber. As teorias históricas “cobrem” também o espaço de tempo entre t_1 e t_3 e tornam visíveis, nele, os fatos a que se tem de recorrer quando se quer saber de que maneira se passou de F a H. Por recurso a essas teorias pode-se especificar e concretizar o transcurso do tempo $S(F) t_1 \rightarrow S(G) t_2 \rightarrow S(H) t_3$. Assim, por exemplo, uma teoria do

imperialismo “cobre” o espaço de tempo do final do século XIX e do começo do século XX, caracterizando-o com base nos fatores de política externa nele presentes (em sua relação de dependência para com seu desenvolvimento interno).

A estrutura e a função dessas teorias e de seus elementos, os conceitos históricos, serão ainda tratadas com mais pormenor. Por enquanto trata-se apenas de seu esboço esquemático, de seu *status* e de sua função na explicação histórica. É possível, de maneira semelhante à que aparece no esquema da explicação narrativa, descrever a forma teórica de que o saber histórico se reveste nas explicações históricas especificamente científicas? O esquema de uma explicação narrativa é, ao mesmo tempo, o esquema elementar de uma história (começo, meio, fim da conexão temporal de uma mudança, de alguma coisa ou de algum acontecimento). A “forma teórica” de uma história correspondente a esse esquema elementar é o seu enredo: ele define o começo e o fim e enuncia que etapas narrativas (argumentativas) conduzem do início ao término.²⁶ Ele “cobre” a história como uma lei cobre a conexão entre os antecedentes e o *explanandum* ou como a compreensão hermenêutica profunda cobre a conexão entre uma motivação e uma ação. Ele fixa também, por assim dizer, o fluxo do discurso, da mesma forma que o conhecimento em forma de teoria (nomológico ou hermenêutico) estipula a que fatos o *explanandum* deve ser relacionado pela explicação. Para tanto, a necessidade de lançar mão de uma argumentação teórica própria e complexa, pelo menos em parte, quando os contextos não são mais tão triviais como no caso do duque de Buckingham e de seus planos de casamento, tem de estar bem clara para a ciência da história, ao se pensar, por exemplo, em explicações que digam respeito ao crescimento da população ou à industrialização da Europa.

Com a analogia literária do enredo, a especificidade e a função das teorias históricas estão indicadas apenas provisoriamente. Elas são construtos de histórias, construtos narrativos, projetos (ou como mais se queira designá-las metaforicamente) e servem para

²⁶ Para o significado estrutural e constitutivo do enredo de uma narração, cf. o artigo de P. Ricoeur, “Narrative time”. *Critical Inquiry*, 7, 1981, p. 169-190.

tornar transparentes as explicações históricas que recorrem ao saber nomológico ou hermenêutico com seus elementos teóricos. Nelas, todavia, a apresentação narrativa de um processo temporal possui, por si mesma, função explicativa.

As formas que essas teorias tomam e as funções que exercem (ou poderiam exercer) serão tratadas em pormenor nas seções seguintes. Com isso, pretende-se mostrar que as teorias históricas são construtos de pensamento em direção aos quais a razão narrativa se desenvolve, quando a história se conforma como ciência.

A passagem para o todo: da teoria “da” história

Para abordar os elementos teóricos do saber histórico pertencentes à argumentação histórica especificamente científica, gostaria de relacioná-los com a forma de teoria que desde há muito desempenha um papel controverso na ciência da história. Refiro-me às teorias que enunciam as histórias como um todo, como um espaço de tempo que engloba a evolução temporal do homem e de seu mundo, teorias que aparecem como filosofias da história materiais, determinadas em seu conteúdo.

Tais teorias da história como um todo são precárias do ponto de vista tanto histórico como sistemático.

Do ponto de vista da história da ciência (sobretudo no espaço de língua alemã), a ciência da história afirmou-se como disciplina independente no contexto do historicismo do século XIX, por oposição à filosofia da história desse tipo (primeiro à idealista, sobretudo à de Hegel, mais tarde, à materialista). Tais teorias eram consideradas (e ainda o são, para muitos) como não-científicas, até inimigas da ciência, porque se desviam da importância da pesquisa histórica empírica. Na filosofia materialista da história, o precário não é tanto seu papel de referência negativa para a pretensão de competência dos historiadores profissionais, mas o fato de ela ter desempenhado, apesar dessa crítica, um papel de forma alguma insignificante para o trabalho empírico da história especializada. Ela ensejou, como quadro de referências das interpretações históricas, a interpretação dos

dados das fontes.²⁷ Tal filosofia, contudo, não aparece explicitamente na pesquisa como um instrumento do conhecimento histórico operado e controlado metodicamente, mas sim como um fator velado, por vezes até reprimido (e por isso não menos eficaz, apenas mais incontrolado), que atua sobre a interpretação histórica do passado do homem e sobre a função de orientação prática dos resultados obtidos pela interpretação e apresentados historiograficamente.

A mesma ambivalência mostra-se também no plano da análise sistemática da matriz disciplinar da ciência da história. Assim como não resta dúvida acerca da existência do fator “idéias” nos fundamentos da ciência da história e de que esse fator se articula em “teorias” especificamente científicas, tampouco se deve dar por garantido que a “história”, como supra-sumo do cognoscível historicamente, como o todo do conhecimento histórico, pode ou não ser formulada teoricamente, e que essa formulação pode ou não ser utilizada como fator do trabalho histórico científico especializado. Falar de “história” é tão banal e natural no dia-a-dia do historiador, quanto é difícil e mesmo quase impossível evidenciar em seu discurso a presença do elemento teórico correspondente ao conhecimento histórico.

Por isso é muito importante esclarecer, no âmbito de uma teoria da história que queira manter-se em um nível médio de abstração entre o princípio fundamental e geral da metodização, por um lado, e a formação de teorias históricas explícitas, por outro, o que realmente quer dizer teoria “da” história. A esse respeito, quero, antes de mais nada, levantar a questão se “a” história é algo que existe, para que a ciência da história possa pesquisá-la empiricamente e apresentá-la historiograficamente. Como existem argumentos fortes que visam negar essa questão, quero então examinar se um conhecimento histórico em forma de teoria, que verse sobre a totalidade da história, ainda possui algum sentido e pode (ou até deve) ter função, nos processos cognitivos da ciência da história.

A pergunta se existe “a” história, como estado de coisas suscetível de ser investigado e apresentado na historiografia, não é uma

pergunta empírica, mas (meta-) teórica. É verdade que à primeira vista a idéia de que se poderia elaborar uma “história geral”, como a suma e unidade global de todas as histórias especiais, não parece tão esdrúxula. Afinal de contas, há suficiente evidência de histórias mundiais ou universais mais ou menos bem sucedidas. Tais empreendimentos parecem somente problemáticos do ponto de vista prático e empírico. Do ponto de vista prático, são problemáticos por causa da difícil tarefa de comprometer os especialistas de campos específicos do desenvolvimento histórico com uma concepção abrangente da totalidade, de maneira tal que, nele, possam fazer valer sua perícia. Do ponto de vista empírico, são problemáticos diante da imensidão da experiência do passado revelada pela pesquisa histórica.

Muitos historiadores, contudo, não consideram abusiva a idéia de uma história abrangente, na qual se efetivariam os esforços empreendidos até agora pela pesquisa histórica e pela historiografia, poderia ser uma espécie de assíntota do desenvolvimento da ciência (aproxima-se constantemente, mas nunca se alcança). Essa idéia é amiúde apenas uma idéia regulativa, abscôndita, indireta, meio consciente ou inconsciente, da atividade cognitiva da história. Qual é o pesquisador ou historiador que não acredita encontrar-se no caminho da história “definitiva”, na qual desembocariam, em última análise, todos os esforços cognitivos e historiográficos? Já existe uma idéia dessas, de forma mais elaborada e com forte pretensão vinculante, no marxismo-leninismo, como idéia de uma regularidade geral do desenvolvimento histórico, que reúne passado, presente e futuro na unidade de um processo histórico único.

À vista da abundância inestimável do saber histórico e de sua constante expansão, fruto do afincamento da pesquisa histórica, a idéia de um todo da história, que possa ordenar essa riqueza, que insira a pesquisa especializada no contexto abrangente das representações históricas e que as encadeie com todas as demais em uma totalidade que faça sentido, só não é atraente para os amantes do caos. (E como poderia surgir uma preferência por resultados caóticos do pensamento histórico, tendo em vista a pressão, na profissionalização na ciência da história, para se produzir clareza metódica nesse pensamento?) A questão está apenas em saber se a ordem, à qual

²⁷ Isto se pode constatar bem no exemplo de Droysen. Cf. J. Rüsen, *Begriffene Geschichte. Genesis und Begründung der Geschichtstheorie*. In: J. G. Droysen. Paderborn, 1969.

conduz a disciplina metódica especificamente científica do pensamento histórico, requer necessariamente a idéia “da” história como representação de um processo temporal abrangente, de conteúdo definido que, em última análise, determinasse a consciência histórica.

Por princípio, a resposta a essa pergunta é um não, ainda antes de quaisquer ponderações pragmáticas e empíricas. Por que isso? Porque não é possível pensar de modo logicamente consistente uma tal idéia da totalidade da história, que encerrasse em si todas as demais histórias.²⁸ Pois uma história é, como construto mental e como experiência temporal interpretada, inevitavelmente particular. Ela tem sempre um começo e um fim, para além dos quais se podem imaginar começos e fins de outras histórias. Por isso, a idéia de uma história de todas as histórias, uma história das histórias, é contraditória. Uma tal história já teria diante de si, a seu lado ou fora de si, por força de sua própria estrutura narrativa, outras histórias (no mínimo pensáveis). Por conseguinte, ela não poderia, dotada de começo e fim, conter, abranger e ordenar todas as histórias e as conexões entre elas pela mera referência a si mesma.

Como experiência temporal interpretada mediante a atribuição de sentido pela narrativa histórica, a história é sempre particular. Ela não pode ser concebida como universal sem deixar de ser história, isto é, estruturada narrativamente.

Não gostaria de me contentar com essa argumentação formal, mas recorrer ainda a um argumento material, que se aparenta a uma fundamentação da concepção de uma história universal, abrangente, integral. Em sua evolução temporal, a espécie humana não constitui justamente uma história, na qual se integrariam todas as histórias particulares dos homens, grupos, estados, sociedades, povos, culturas? E não seria então essa história o estado de coisas empírico, cuja possibilidade é logicamente contestada? Contra esse argumento, pode-se objetar que a referência à espécie biológica “homem” como critério de determinação de uma história total da humanidade põe

²⁸ Principalmente H. M. Baumgartner chamou a atenção para esse fato: *Narrative Struktur und Objektivität. Wahrheitskriterien im historischen Wissen*. In: Rüsen (Ed.), *Historische Objektivität*, 7, p. 48-67, em especial p. 54-57. Apenas resumi sua argumentação.

justamente a particularidade (uma espécie distinta das demais e dependente delas na cadeia evolucionária), que se quer suprimir. Essa história, como história de uma espécie, é particular. A universalidade de que ela deveria estar revestida, em relação ao conhecimento histórico acumulado, falta-lhe porque ela se baseia em características biológicas, invariáveis ao longo do tempo. Com isso, essa história não pode ser obtida a partir de tais características nem apreendida interpretativamente. A história biológica da espécie humana exclui – não inclui – a história da humanidade, tal como a ciência da história tematiza. Dessarte ela não pode ser a história integral e universal em questão, cuja concepção é sempre buscada na interpretação ordenadora da experiência humana do tempo.

É outra coisa falar “da” história como determinação da espécie humana, falar da “humanidade” não como algo biológico, mas como algo histórico. Pois trata-se da especificidade da vida humana prática, que se pode descrever mais adequadamente como historicidade²⁹ e que só se pode apreender empiricamente no campo da experiência histórica. Essa determinação histórica da espécie é universal e engloba todas as experiências históricas. Se ela for definida, todavia, como *uma* história, então ela mesma define as características que qualificam a vida humana como humana em uma única vertente temporal. As demais vertentes possíveis seriam assim privadas da qualificação de humanas e só poderiam ser julgadas como desumanas.

Como pode uma definição da espécie histórica evitar esta autocontradição – já que se trata de uma qualificação de humanidade universal e abrangente? Isto é possível, se se conceber a humanidade não como o estado de coisas empírico de uma evolução histórica, mas como o princípio para todos as possíveis evoluções, cuja universalidade vai além de todas as experiências, mesmo quando se entende as experiências temporais como históricas, como manifestação da qualidade humana do homem no processo de mudanças temporais de si mesmo e de seu mundo.

Também a idéia da conformidade a uma lei geral da evolução histórica pode ser contestada como paradoxal, não só formalmente,

²⁹ Cf. I, p. 56 ss. [ed. bras.].

mas também por meio de argumentos materiais. Formalmente, valem também para essa idéia as objeções, suscitadas acima,³⁰ contra a caracterização do conhecimento histórico mediante o esquema de uma explanação nomológica. Se levarmos em conta essas objeções, ao declarar a conformidade a leis gerais como enredo, como construto que sustenta uma história universal, a pretensa universalidade da conformidade a leis está então em contradição com a particularidade de todo construto teórico que sustente a interpretação narrativa da experiência temporal. Em termos de conteúdo, a idéia de uma fórmula histórica universal (a lei “da” história), que – por princípio – dá a entender o futuro como previsível e o processo histórico, por via de consequência, como controlável, pode ser refutada pela remissão de Popper à evolução do conhecimento humano.³¹ Como o decorrer da evolução histórica depende da expansão do conhecimento humano e como esta expansão não pode ser prevista por meio de métodos científicos, assim também não é possível prever o decurso futuro da história.³²

Com essa crítica é possível evitar uma falsa objetivação da história quando se trata de abordar, pela interpretação, o campo do historicamente cognoscível, no qual o pensamento enceta seu caminho para a história. No caso “da” história não se trata de um estado de coisas objetivo que pudesse ser medido e determinado pelo conhecimento em sua totalidade. Pensar a história dessa maneira pressupõe considerá-la desde um ponto de vista absoluto, cuja adoção não é possível

³⁰ Cf. p. 28 ss.

³¹ Refiro-me a K. Popper, *A miséria do historicismo*, Tübingen, 1965, p. XI.

³² Embora a argumentação de Popper seja dirigida unicamente contra um dos principais princípios do materialismo histórico na sua expressão ortodoxa, marxista-leninista, não se chegou – até onde sei – a tentar justificar a idéia de uma legalidade histórica geral e da pretensão de atribuir ao conhecimento histórico a faculdade de prever, mas tampouco a propor uma nova formulação clara do “teorema da legalidade” diante dessa objeção. É de notar que N. Iribadschakov (*Zur Kritik der bürgerlichen Geschichtsphilosophie*, Frankfurt, 1975) discute detalhadamente o problema das leis históricas e critica os teóricos “burgueses” (inclusive Popper), mas não trata da argumentação de Popper aqui referida. Esse argumento foi discutido também por M. Cornforth, que se ocupa exclusivamente da polêmica de Popper contra Marx e o marxismo (*Marxistische Wissenschaft und antimarxistisches Dogma*, Frankfurt, 1973).

demonstrar se se negligenciar a dinâmica temporal interna da vida humana prática, de cuja apropriação cognitiva afinal se trata. Ao partir desse ponto de vista, dever-se-ia pensá-la, a história, como completa, como terminada, sem precisar pensar também em um recomeço, tal como resultaria dos efeitos do agir humano que modificam o mundo e cuja intencionalidade sempre vai além das circunstâncias em que se originaram. Isso, porém, nada significa além do fato de que o sujeito deve situar os interesses e as carências presentes em seu ponto de vista no contexto da história a conhecer, cuja constituição é a fonte mesma do conhecimento histórico. Buscar adotar esse ponto de vista significaria negar, junto com a pluralidade de muitos possíveis pontos de vista, negar a objetividade por consenso dos conhecimentos históricos, que se baseia em um tal pluralismo.³³ A objetividade por consenso seria transposta para objetividade por fundamentação, com o que se obteria o contrário do que se pretendia com a concepção de história como um todo, como um estado de coisas cognoscível (“objetivo” no sentido de dado prévia e independentemente do sujeito) e com a adoção do respectivo ponto de vista “absoluto” (no sentido de despojado do pluralismo das diferentes carências e interesses). Ao invés de um conhecimento dinamizado e movido pela multiplicidade dos pontos de vista (à busca de consenso) dever-se-ia encontrar uma verdade independente de pontos de vista (“objetiva”) e por isso não-relativa, clara (para não dizer: absoluta). Entretanto, como esta só poderia existir se baseada na verificação de estado de coisas empiricamente dado, tem-se a transferência dos critérios de sentido e significado do estado de coisas, relevantes para a verdade, para o arbítrio das decisões. Por detrás do objetivismo (teórico) “da” história esconde-se a ideologia de um decisionismo prático.

Estará, com isso, o esforço teórico por uma totalidade da história limitado a uma crítica (metateórica) de uma falsa coisificação da história? Por mais que essa crítica contribua para salvar a contingência da experiência histórica de ser posta de lado no pensamento da história como um todo, para devolver ao tempo sua força geradora

³³ Cf. I, p. 138 ss. [ed. bras.].

de história e para defender e descerrar o espaço da liberdade humana contra a ambição cega de poder sobre a história, não fica resolvido *o problema de uma apreensão teórica da história como um todo como um espaço da experiência histórica*. Esse problema se põe com força ainda maior depois da crítica à falsa filosofia da história. Se se admitir (metateoricamente) que todo conhecimento histórico de conteúdo empírico e que todas as histórias são necessariamente particulares, não se abandonaria então a unidade da experiência histórica, e se contentaria com uma multiplicidade de histórias que, em última análise, estariam conectadas por meras decisões arbitrárias? Será que, em lugar de um falso objetivismo, não se teria um subjetivismo problemático que, afinal, precipitaria no caos a experiência histórica em seu conjunto? Que sentido tem o apelo à liberdade humana, que critica a unificação forçada da história, se esta crítica acaba por levar só a uma representação da contingência, na qual a indisponibilidade das ocorrências históricas transforma-se na impossibilidade de conhecer suas inter-relações?

A condenação do conhecimento histórico como um todo ao caos é inevitável, se se pensar no “todo”, com respeito à experiência histórica, apenas como o conteúdo de uma história única, como tempo petrificado em objeto histórico. Esta alternativa: ou “a” história como história universal abrangente, no sentido de uma filosofia materialista da história ou o caos desordenado da experiência histórica, não só não é obrigatória, como simplesmente exclui outras possibilidades de se conceber teoricamente a história como totalidade e, com isso, ordenar em pensamento o domínio da experiência histórica.

O erro de raciocínio embutido em tais dicotomias³⁴ consiste em que “a” história é procurada como algo universal ao mesmo tempo para além e para fora das histórias particulares. Se se procura “a” história nas histórias, então se encontram possibilidades para pensar na história como totalidade, sem incorrer em contradições fatais. Nem é preciso procurar, demorada e penosamente, teorias alternativas a filosofias da história insustentáveis, para poder dizer algo com sentido sobre a suposição de uma totalidade em relação

³⁴ Essa objeção vale também para a distinção entre história universal e história multiversal de O. Marquard. (*Universalgeschichte und Multiversalgeschichte* (8).)

à experiência histórica. Na linguagem da historiografia, em que o conhecimento histórico se manifesta nos construtos narrativos, nas “histórias”, essas suposições já estão presentes conceitualmente, embora nem sempre na forma de teorias elaboradas da história como um todo, mas sim de modo pré-teórico e banal. Esse modo é o de conceitos elementares, que indicam a estruturação geral e elementar da experiência histórica ou que, em outras palavras, sinalizam a apreensão interpretativa da história como um todo. Os conceitos elementares (como, por exemplo, desenvolvimento, processo, época, etc.) abrangem, metaforicamente, o domínio total do que é historicamente cognoscível, “a” história como espaço da experiência. Neles, esse domínio é igualmente preparado para a apropriação narrativa nas histórias particulares.³⁵

A história é apreendida, pela linguagem e pela metáfora, como campo de experiência, como o supra-sumo do que é interpretável historicamente (na narrativa). Essa apreensão se dá no domínio global da experiência do tempo, antes de serem elaborados, em forma de teorias, conceitos elementares ou categorias. Essa apreensão não depende da conceituação de uma teoria específica. Tirar daí a conclusão que o conhecimento histórico possui caráter fundamentalmente poético, “literário” ou “retórico”, não convence, se esses termos tiverem a conotação de “não-científico” ou “incapaz de ser científico”.³⁶ Nesse caso, ter-se-ia simplesmente ignorado o potencial de racionalização, que o pensamento histórico sempre possui, ao apreender, pela linguagem, o campo da experiência do que é historicamente cognoscível. *É pelo alcance teórico de seus conceitos elementares que a ciência da história decide a justificação e a abrangência de sua pretensão de cientificidade.*

De que teoria da história como um todo se trata? Trata-se de uma discussão explícita dos princípios, por referência aos quais a experiência do tempo se torna experimentável, cognoscível, pesquisável e narrável como história. Esses princípios têm origem no

³⁵ H. White refere expressamente esses dados lingüísticos: *Meta-History. The historical imagination of the Nineteenth-Century Europe*. Baltimore/London, 1973; do mesmo autor: *The tropics of discourse. Essays in cultural criticism*. Baltimore/London, 1978.

³⁶ Assim H. White (nota 35).

processo de orientação existencial e são expressamente aplicados (e com isso, especificados) às experiências da mudança temporal do homem e de seu mundo. Eles apreendem – de modo especificamente científico – as experiências temporais de maneira tal que o passado, ao longo do processo de progresso do conhecimento e da ampliação das perspectivas, se torna presente, reforçando assim a identidade dos envolvidos na experiência temporal tematizada. Trata-se de uma abordagem explícita da idéia de continuidade. Essa idéia é determinante para a função de atribuição de sentido da narrativa histórica e abrange as três dimensões do tempo, com o que transforma as experiências temporais em fatores da formação da identidade humana.³⁷ Tais princípios da atribuição histórica de sentido abrangem o âmbito total do conhecimento histórico especificamente científico e recobrem, nesse sentido, “a história”. Mas, para focalizar isoladamente o plano no qual tais suposições de totalidade da significação histórica estão localizadas, e da mesma forma filtrar o universal dos processos do pensamento histórico que levam à particularidade de uma história (ou “das histórias”) é necessário perguntar com precisão quais os elementos teóricos, que dizem respeito à história como um todo e que agem nos processos de formação da identidade pelo conhecimento histórico.

Trata-se dos elementos de orientação da existência humana, que delimitam a “história” como um domínio próprio, específico de pensamento no campo geral dos fatores que orientam a vida humana prática e os “predispõem” ao conhecimento especificamente científico. Esses elementos constituem um sistema de conceitos elementares com os quais a experiência do tempo pode ser transformada em conhecimento histórico. Esse sistema remete a experiência temporal ao domínio do que é historicamente cognoscível. Ele “define” (no sentido de delimitar) a história como um campo de experiência e constrói ao mesmo tempo, para esse domínio, o modelo de interpretação adequado. Pode-se falar também de um *sistema de universais históricos*, que distingue previamente o campo da experiência histórica do domínio mais abrangente da experiência do tempo em geral e o remete a “interpretações históricas” (históricas no sentido

³⁷ Cf. I, p. 64-66, 89-91 [ed. bras.].

da atribuição narrativa de sentido às experiências do tempo, com auxílio das representações de continuidade com o fito da formação de indenidade).³⁸

Tais sistemas se apresentam absolutamente capazes de teorizar: como teorias do caráter histórico do homem e do seu mundo. Também se poderia falar de uma (em contraste com disciplinas empíricas) *antropologia histórica teórica*. Do ponto de vista formal, ela explicita os conceitos elementares ou as categorias do conhecimento histórico, as mudanças temporais do homem e de seu mundo como processos contínuos, que tornam a mudança temporal experimentada cognoscível como processo histórico. Do ponto de vista material, tais sistemas explicitam, do ponto de vista sincrônico e diacrônico, os fatores que são determinantes nesses processos.

Uma tal antropologia histórica teórica não é considerada pelos historiadores profissionais como pertencendo ao campo de sua especialidade. Os que se dedicaram a essa questão foram, antes, alguns poucos isolados³⁹ (e ainda o são).⁴⁰ A razão para tanto pode estar na circunstância de essa teoria lidar com pressupostos fundamentais e contextos abrangentes da pesquisa histórica, o que deixa indefinida a competência de tal ou qual especialidade e chama a participação direta da filosofia e das ciências sociais. Por outro lado, essa teoria é o local onde, no âmbito da busca do conhecimento referente ao homem, são igualmente postos os trilhos que levam à ciência da história e à sua pesquisa empírica. Pode-se esclarecer aqui, metaforicamente, no que consistem a unidade da experiência histórica e o contexto interno de todas as histórias (possíveis): a assinatura do homem “paciente, esforçado e ativo, tal como ele é, sempre foi e sempre será” (Jacob Burckhardt).⁴¹ Uma elaboração teórica desse tipo do todo “da história” já mereceria ser refletida também no seio da ciência da história, ou seja, a atenção do historiador.

³⁸ Mais pormenores em I, p. 58 ss.

³⁹ Penso, por exemplo, em K. Lamprecht e em K. Breysig.

⁴⁰ Assim, por exemplo, A. Nitschke, *Historische Verhaltensforschung* (8).

⁴¹ J. Burckhardt, *Weltgeschichtliche Betrachtungen, Obras completas*, Berlin, 1929-1934, v. 7, p. 3; na edição crítica a cargo de P. Gans: J. Burckhardt, *Über das Studium der Geschichte*, München, 1982, p. 226.

Em seguida gostaria de mencionar alguns pontos de vista importantes para uma antropologia histórica teórica dessa natureza, sem ter a pretensão de um trabalho completo ou de tentar um esboço sistemático. Apenas em indicações esporádicas posso chamar a atenção para a questão de se e como tais pontos de vista já foram levados em conta nessa elaboração.

Formalmente, o abarcamento teórico da totalidade do histórico se apresenta como sistema de categorias históricas. Elas caracterizam a historicidade da mudança temporal do homem e de seu mundo na forma de conceitos históricos elementares. Por exemplo: do legado do Iluminismo – progresso e seu contraconceito, regresso; do legado do historicismo – desenvolvimento e individualidade; do legado da pós-história – processo, mudança estrutural, transformação (dos sistemas sociais). Com essas categorias, o tempo é tematizado como história. “Em si”, como pura ocorrência, os processos temporais ainda não representam história possível de ser conhecida; só quando aparecem como “tendências”, como “épocas” ou “evoluções” (para dar outros exemplos de conceitos históricos elementares), à luz portanto de categorias desse tipo, podem ser considerados como história e apreendidos pela pesquisa.

Tais categorias são “antropológicas”, na medida em que representam produtos do trabalho interpretativo do homem, nos quais o tempo da natureza é transcendido em tempo humano. Essas categorias expressam o tempo como tempo humano, como tempo social; com elas, o tempo interior da subjetividade humana, que se exprime continuamente na prática da vida, torna-se visível no espelho das condições reais da vida. Como síntese lingüística manifesta da capacidade transcendente do agir humano, as categorias tornam decifráveis os traços do espírito humano no processo de mudança na vida humana prática. Essas categorias podem ser trabalhadas sistematicamente e se apresentam em forma de teorias explícitas. Não existem muitos exemplos delas e o mais destacado seriam os “Conceitos sociológicos elementares”, de Max Weber.⁴²

⁴² M. Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*, ed. por J. Winckelmann, Köln, 1964, p. 1-42.

Materialmente, o abarcamento teórico da totalidade do histórico apresenta-se como um sistema de suposições quanto às razões da mudança temporal do homem e de seu mundo. Elas caracterizam a historicidade dessa mudança temporal na forma de fatores de mudança elementares e universais que o homem e seu mundo, no decorrer do tempo, produzem e experimentam na prática. Determinações dessa natureza ordenam as experiências históricas sincrônica e diacronicamente. Elas segmentam os campos de experiências para chamar a atenção para a interdependência entre diversos fatores fundamentais da mudança histórica e tornam contextos diacrônicos compreensíveis mediante recurso às forças geradoras da mudança. Pode-se exemplificar o primeiro caso com a distinção conhecida entre trabalho, dominação e cultura; o segundo, com a tese insegurança instintiva do homem e com seu reverso, o modo de agir humano, intencional e superabundante, para a autopreservação e para o domínio do mundo.

Temos, com essas suposições básicas, *universais históricos*. Servem como um guia geral, com o qual os processos temporais, que são considerados história pelo enquadramento categorial, podem ser materialmente determinados e diferenciados. Esses universais constituem um sistema de coordenadas com o qual se constrói o quadro de referências da interpretação histórica. Para essas suposições fundamentais de toda interpretação histórica existem muitos exemplos de explicação teórica, na maioria dos casos como antropologias, ao menos chamadas e interpretadas assim. Um dos exemplos mais conhecidos é o capítulo sobre Feuerbach em *Ideologia Alemã* de Marx e Engels.⁴³ O fato de também os historiadores, incluindo os que não são adeptos de uma teorização sistemática e são mesmo referidos como seus opositores, não desdenharem tal trabalho teórico, mas considerarem-no importante como “introdução à pesquisa e à reflexão históricas”, é exemplificado pela teoria das três potências e seis condicionalidades de Jacob Burckhardt.⁴⁴

⁴³ Edição crítica em: *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, 14, 1966, p. 1199-1254.

⁴⁴ J. Burckhardt, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, Obras completas (nota 41), v. 7, p. 20-121; edição crítica: *Über das Studium der Geschichte* (nota 41), p. 122-153, 173-204, 254-341. Um exemplo instrutivo de como se pode desenvolver, a

Naturalmente, em teorias que – por princípio – interpretam historicamente as experiências temporais, surge a referência normativa constitutiva do pensamento histórico.⁴⁵ Os universais históricos não só delimitam o campo da experiência histórica no âmbito da experiência temporal, mas definem também a medida e a direção para a ampliação das perspectivas, que devem ser alcançadas pelo processo cognitivo da ciência da história (processo orientado pela teoria, o que significa aqui ter como fundamento a apreensão teórica da história como um todo). Esses universais fixam os parâmetros da generalização, que as normas do pensamento histórico sofrem, no processo de ampliação das perspectivas, ao atribuírem sentido.

Na forma teórica de uma antropologia histórica, a referência normativa do pensamento histórico já está sintetizado com seu referencial de experiencial. As atribuições normativas de sentido às referências do pensamento histórico a seu objeto transpõem-se sempre também para o quadro interpretativo que ordena a experiência histórica. A denominação “antropologia” já indica como isso é possível. A “humanidade” é ao mesmo tempo o regulador do referencial de experiências e do referencial de normas no pensamento histórico.⁴⁶ A experiência histórica é estabelecida no âmbito de todas as possíveis experiências temporais do homem e por ele demarcado como um campo especial, no qual as experiências do passado são empregadas significativamente para a interpretação do presente e a expectativa do futuro. Essa demarcação seria vã e “história” como (possível) conteúdo da consciência histórica, como substância da experiência histórica, seria vaga e pensável arbitrariamente, se não se tratasse de *experiências determinadas*,

partir da concepção teórica de uma antropologia histórica, um grande empreendimento está na *Geschichte des Altertums* [História da Antiguidade], de E. Meyer. O primeiro volume: *Geschichte des Orients bis zur Begründung des Perserreiches* (Stuttgart, 1884) começa com uma introdução, na qual Meyer, partindo de *Elementen der Anthropologie*, caracteriza as estruturas da evolução histórica e define assim o locus de sua “História da Antiguidade”.

⁴⁵ Cf. I, p. 108 ss. [ed. bras.].

⁴⁶ Cf. os resultados esclarecedores na apresentação histórica de H. Bödecker (nota 17).

quer dizer daquelas que foram filtradas com a ajuda das normas, que lhe dão um sentido, do campo total de todas as possíveis experiências temporais.

É possível confirmar isto tanto formal quanto materialmente. Formalmente, as categorias ou conceitos elementares (experimentáveis) ordenam os processos temporais nas mudanças do homem e do seu mundo de forma tal que elas aparecem em um contexto que (tendencialmente) chega até ao presente e faz antecipar o futuro, de conformidade com as experiências. Antropologicamente, a experiência temporal fixa-se como histórica quando se relaciona em linha direta com os pontos de vista que os autores e os destinatários do conhecimento histórico consideram como decisivos para sua identidade. Por meio dessa referência histórica acontece algo com os pontos de vista dos sujeitos do conhecimento histórico: eles passam a ser tratados de forma comunicativa. Certificam-se sobre as histórias os que comunicam entre si a solidez temporal de seus pontos de vista na vida presente. Esta certificação é científica na medida em que for determinada pelas regras de uma argumentação orientada pelo consenso. Consenso, na comunicação sobre pontos de vista historicamente confirmados, quer dizer o reconhecimento recíproco da diversidade, e com isto o reconhecimento mútuo das identidades, respectivamente atribuídas a partir de pontos de vista diversos. A antropologia histórica teórica deve assim categorizar a experiência temporal como histórica, de modo que ela possa funcionar como meio da formação do consenso na luta social atual pelo reconhecimento. “Humanidade”, como critério normativo da categorização da experiência histórica, sintetiza esse princípio do reconhecimento.

Quais as conseqüências desse ponto de vista para o sistema de categorias dos universais históricos não posso desenvolver aqui em detalhe, porque extrapolaria o âmbito de uma teoria da história. Podem ser indicadas, todavia, algumas das condições que uma antropologia histórica teórica deveria preencher, se quiser corresponder aos princípios determinantes do pensamento histórico que a teoria da história elabora, pela reflexão, e que exprimem sua pretensão de ser racional.

A qualificação histórica da humanidade, mencionada acima,⁴⁷ que elabora a determinação da espécie humana à base da experiência histórica e não da biológica, precisaria desenvolver-se dentro de um sistema de universais. “Humanidade”, como determinação de espécie, não surge na forma de uma história objetiva, que (desumanamente) desperdiçaria sua particularidade na universalidade da espécie. Ela é situada, como fator constitutivo da ação e do sofrimento humanos, onde sua mobilidade temporal por si própria engendra sentido. É por esse sentido que o pensamento histórico tem que se empenhar, se não quiser inserir a experiência do tempo passado em um contexto de sentido com o presente (de modo orientador, apontando para o futuro) de maneira objetiva e não arbitrária. (Aqui está incluído o traço hermenêutico fundamental de todo pensamento histórico.) O que isto quer dizer materialmente? O pensamento histórico só pode assumir sua função nos processos sociais de formação da identidade humana se interpretar a experiência do tempo passado categorialmente, de maneira que essa experiência possa ser inserida no horizonte de referência dos entendimentos mútuos que geram a identidade dos homens. Os critérios de sentido determinantes desses horizontes devem se transformar em categorias da experiência histórica. “Humanidade” é por si própria um critério diretor desse tipo. Na sua versão constitutiva de ciência, ela delimita empiricamente o âmbito da experiência histórica no campo de toda articulação possível da vida humana prática, seus pressupostos, suas condições, circunstâncias e conseqüências. Como critério normativo da ampliação de perspectivas, ela regula a formação do consenso acerca do significado das mudanças temporais no passado do homem e de seu mundo para o uso prático na vida presente e para a projeção de perspectivas de futuro. Por fim, enquanto supra-sumo da qualidade racional da vida humana prática, fornece ela também o ponto de vista determinante para que os processos temporais da vida humana prática tenham sentido.⁴⁸

Como critério de sentido desse tipo, “humanidade” deve ser ainda elaborada, no âmbito de uma antropologia histórica, para

⁴⁷ Cf. p. 55.

⁴⁸ Cf. I, p. 142 ss. [ed. bras.].

funcionar como construto categorial dos pontos de vista determinantes da experiência temporal do passado. À determinação racional da humanidade – como capacidade humana de comunicação argumentativa, dirigida ao consenso –, decisiva para a constituição da história como ciência, adviria a função de *idéia regulativa*. Nas mudanças temporais do homem e do seu mundo, os processos de entendimento comunicativo devem ser identificados e ponderados como chances racionais da vida humana prática. Isto não quer dizer que as determinantes racionais do conhecimento histórico na realidade histórica seriam apenas copiadas, como se a experiência histórica meramente ecoasse a pretensão de racionalidade do conhecimento histórico (como em Hegel, em que a história aparece racional àquele que a vê como racional).⁴⁹ Pelo contrário, a experiência histórica deveria ser categorizada de tal maneira que nela apareçam os traços daquela qualidade humana, que o pensamento histórico, na sua versão especificamente científica, reclama para si com suas pretensões de verdade.

Assim, só para citar um exemplo: na análise da ordem sincrônica da experiência histórica, as relações categoriais entre trabalho, dominação e cultura não podem ser ordenadas arbitrariamente, mas têm de ser articuladas de tal maneira que a socialização humana possa ser interpretada como a luta dos sujeitos pelo reconhecimento mútuo. O potencial racional ativo na socialização humana deveria ser legível na autoprodução cultural do homem (ao menos como possibilidade). “Dominação”, por exemplo, apareceria, então, sempre à luz de sua legitimação, ou seja, como dependência do homem de homens, para os quais o elemento “consenso” seria constitutivo (ao menos como possibilidade).⁵⁰ Isto naturalmente não quer dizer que experimentar a dominação deva ser tornado legítimo por si e que a história sempre legitime o *status quo*. Pelo contrário: diz-se que essa experiência, à luz da carência de legitimação fundada no critério

⁴⁹ Cf. G. F. W. Hegel, *Die Vernunft der Geschichte*, ed. por J. Hoffmeister, Hamburg, 1955, p. 31.

⁵⁰ Maiores desenvolvimentos em J. Rüsen, *Geschichte als Aufklärung? Oder: Das Dilemma des historischen Denkens zwischen Herrschaft und Emanzipation, Geschichte und Gesellschaft*, 7, 1981, p. 189-218.

do consenso, deva ser posta em evidência e, com isso, também e sempre, sujeita a crítica. Conseqüentemente, as mudanças temporais, sob as condições da vida humana prática, como viabilizadoras de chances (positivas ou negativas) de reconhecimento, precisam ser cognoscíveis diacronicamente como processos nos quais a busca por reconhecimento é tida como o impulso elementar e geral do agir humano em quaisquer circunstâncias.

Com base em tais categorizações, a experiência histórica aparece então como manifestação de como o homem realiza sua historicidade no agir e no sofrer, e de como essas realizações podem ser tomadas como manifestações de humanidade com as quais pode ser relacionada sua concepção normativa (reconhecimento comunicativo pleno) tanto positiva quanto negativamente, afirmativa como criticamente. Na relação positiva, a ciência da história colocaria as esperanças e as expectativas do seu presente no plano da experiência. A experiência lhe concederia uma especificação temporal e materialmente definida, uma direção temporal concreta. Ela poderia, por exemplo, pela rememoração dos processos que asseguraram institucionalmente as chances de reconhecimento, fazer conhecer riscos de regressão e defender o que foi conquistado. Na relação negativa, poderia potenciar esperanças e expectativas, indicar as restrições à institucionalização praticada, até agora, das chances de reconhecimento, identificar as tendências para a superação de tais restrições e estimar as chances de futuro à vista dessas restrições e de seus motivos. É nessa forma que o pensamento histórico, com suas pretensões de ampliar e realizar as chances racionais nos processos de formação da identidade por meio da consciência histórica, se justificaria por meio da experiência histórica. Nessa forma, o pensamento histórico não se submete cega e afirmativamente às marcas do vencedor nem catapulta a razão (como forma da vida prática), cega e criticamente, para além das manifestações históricas.

Ficam assim indicadas as possibilidades e os limites de uma antropologia histórica teórica como abarcamento da história como um todo. Inevitavelmente surge a pergunta acerca de como se passa da possibilidade à realidade, da apreensão teórica da totalidade do histórico à reconstrução de contextos históricos reais nas histórias

particulares, e acerca de se e como se procede teoricamente nesse caso. Esta pergunta pode ser formulada assim: Se as teorias históricas – como construtos narrativos – têm um papel importante no conhecimento histórico, que se aplica a experiências temporais reais e leva a histórias particulares, como é que se passa de uma antropologia histórica geral à estrutura teórica de tais construtos? Se a teoria geral da história não desempenha papel algum na construção (orientada pela teoria) de histórias, então teria apenas funções marginais no âmbito de uma teoria da história? Dessa forma não valeria a pena o esforço de uma apreensão teórica e poder-se-ia deixar tranquilamente o conhecimento histórico, seus conceitos elementares e seus pressupostos fundamentais por conta da intuição pré-teórica dos pesquisadores.

O que acontece, porém, é justamente o contrário. Nos construtos teóricos das histórias baseadas na experiência, os universais históricos têm um papel muito importante (por exemplo, o conceito de progresso na historiografia do Iluminismo ou as representações das forças econômicas elementares da mudança social na ciência contemporânea da história). Como é que isto acontece? A passagem do esboço da suma de todas as histórias possíveis para as determinações conformadoras das histórias reais está sempre presente já na apreensão teórica do todo da história. O que torna tais apreensões plausíveis, que critério funciona em caso de dúvida quando é necessário escolher entre apreensões concorrentes? É a *experiência temporal do mundo*, isto é, a *experiência do presente*, que torna plausíveis sistematizações categoriais gerais da experiência histórica, e é também ela que conduz, da apreensão da história como um todo de histórias possíveis, narráveis com sentido, às interpretações teóricas de histórias reais.

A experiência do presente conduz da história possível à história real. Ela introduz o tempo real na rede dos universais históricos, tecida sistematicamente. É com ela que essa rede produz também representações dos processos temporais reais. As representações de continuidade, decisivas para as constituições de sentido da narrativa histórica, concretizam-se, a partir dos universais da antropologia histórica, mediante a experiência temporal do presente, predominante.

Constroem-se à luz de universais históricos, por exemplo, periodizações gerais a partir de experiências do presente do tipo “não-mais [ocorrendo]” ou “ainda-não [ocorrendo]”, que tornam processos temporais cognoscíveis como históricos. Os universais históricos tecem, igualmente, com as experiências temporais do presente, uma rede de perspectivas teóricas que capturam as experiências temporais do passado. Com o fito de orientar, estas vêm a ser relacionadas narrativamente ao presente de maneira tal que produzem uma perspectiva de futuro como diretriz do agir. Essas referências da antropologia histórica ao presente (que ainda se encontram em um nível de abstração muito alto) introduzem tempo real, uma cronologia precisa, na rede categorial de interpretações gerais: a partir do agora, um “não-mais” e um “ainda-não”. Isto não se refere apenas, nem mesmo principalmente, à cronologia das determinações temporais externas (da natureza), embora naturalmente represente um momento incontornável de estruturação da relação dos universais históricos à experiência. Vista porém simplesmente em si, uma cronologia de dados físicos não é histórica: as datações feitas por ela não são históricas, porque lhes falta a referência constitutiva à dimensão de sentido em que se forma a identidade humana. Sem o entrançado dos universais históricos, que estrutura temporalmente essas dimensões de sentido (tempo pensável e experimentável como sentido), a cronologia das datas físicas não faz sentido. Só por meio desse entrançado os processos temporais naturais (marcados por dia, mês e ano) transformam-se em tempo histórico. Só nele se constituem as épocas como grandezas ordenadoras dos processos temporais, mediante as quais o próprio presente pode ser caracterizado como processo temporal.

Por recurso ao contexto sistemático dos universais da antropologia histórica consegue-se distinguir, na vida prática presente, a experiência concreta do “nunca-mais” do passado e do “ainda-não” do futuro. É nesse contexto que pode elaborar a representação concreta, material, da continuidade, com a qual se pode elaborar, sistemática e metodicamente a experiência temporal do passado. Tais representações da continuidade abrangem tendencialmente todo o campo das mudanças temporais pensáveis como história. Elas o centram, pois, nas experiências presentes das mudanças temporais, de modo que

estas últimas sejam situadas de forma geral em processos temporais que englobam passado e futuro, com o que é possível representar cursos de ação repletos de experiência e de expectativa.

É essa relação das antropologias históricas às experiências do presente (que por sua vez, naturalmente, já são mediadas teoricamente e determinadas por pontos de vista normativos) que concretiza a apreensão teórica da experiência histórica. O olhar histórico torna-se, com esse procedimento, parcial. Na medida em que, a partir das experiências do presente, são trazidos à baila conteúdos gerais predominantes, que dizem respeito a todos os que vivem numa mesma época (por exemplo, o avanço da tecnologia de guerra por meio de armas nucleares ou as revoluções biológicas na agricultura), produzem-se processos temporais como representações de um processo global articulado, de uma tendência geral, de um desenvolvimento abrangente. Ela ainda não tem a forma de uma história narrável, mas pré-estrutura tais histórias, ao determinar o curso dos processos temporais que devem ser elaborados como histórias, se quiserem ser conforme à experiência (do presente) e eficazes como orientação. Quanto mais se parte dos conteúdos concretos das experiências atuais da vida prática, tanto mais se destaca, sobre o pano-de-fundo das representações gerais dos processos temporais, o arcabouço teórico de histórias parciais – teorias históricas propriamente ditas.

Funções das teorias históricas

As teorias históricas são construções de processos temporais, que servem de fio condutor para as histórias. Elas têm por base representações gerais dos processos temporais, que são obtidas ao se preencher um sistema de universais históricos com experiências do presente altamente generalizadas. As representações dos processos temporais aparecem como uma periodização geral ou como representações do fio condutor do desenvolvimento histórico. Podem ser elaboradas como teorias da evolução social. Exemplos conhecidos são os teoremas do materialismo histórico ou a teoria de Max Weber da desmistificação e da racionalização universal. Tais

teorias adquirem a posição singular de *status* intermediário, entre os universais históricos de uma antropologia histórica teórica por um lado, e o construto teórico de histórias parciais reais, ou seja, teorias históricas em sentido restrito, do outro. Correm sempre, por isso, o risco de serem objetivadas como construções de uma única história universal, abrangendo todas as histórias parciais concretas, ou então de se perderem no tempo nenhum das estruturas abstratas. Nem por isso elas são desnecessárias. Elas são o elo argumentativo necessário entre os universais da antropologia histórica que demarcam (“definem”) o campo da experiência temporal, interpretando as experiências históricas, e os quadros teóricos de referência da interpretação histórica, com os quais determinadas experiências temporais do passado são elaboradas e atualizadas.

Não se analisa aqui seu *status* teórico em separado. O importante é fazer apenas ver que as teorias encaminham a experiência temporal do presente à via da interpretação histórica. Elas canalizam as experiências do presente para o arquivo da lembrança, ao elaborar a experiência atual da mudança do homem e de seu mundo, entre um “nunca-mais” e um “ainda-não”, na representação geral de um processo histórico. Com esta representação, a lembrança da mudança passada pode ser mobilizada e relacionada ao presente.

Teorias históricas são elaborações dessas representações dos processos sob a forma de construções de processos particulares. O tipo, a medida e a dimensão da determinação dessa singularidade dependem de que experiências temporais particulares do passado sejam empregadas e atualizadas narrativamente. Assim, por exemplo, a teoria da modernização dá feição concreta a uma teoria geral do progresso, tendo em vista a experiência presente própria das tensões entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento.⁵¹ Essa teoria tem por base uma representação do processo temporal, na qual determinada experiência do presente é generalizada como diretriz dos processos históricos. De que representação se trata? A de que o pensamento tecnológico da otimização dos meios (racionalidade de fins) se impõe a todas as determinações de

sentido predominantes no agir humano, e a de que seus vínculos com a tradição, assim como a racionalidade de valores nela presente, desaparecem. Estabelecida a relação dessa diretriz com as tensões concretas entre as sociedades altamente industrializadas (sobretudo no Ocidente) e os países em desenvolvimento, então resulta o modelo básico da teoria da modernização, que pode ser elaborado como referência interpretativa da história da Idade Moderna (o que, de fato, já ocorreu inúmeras vezes).

Que nessas concretizações os pontos de vista normativos também têm um papel importante, fica claro já no fato de o direcionamento mencionado (no exemplo da teoria da modernização) ser posto como progresso. Com essa qualificação normativa, a teoria da modernização estabiliza a identidade cultural das sociedades industriais do Ocidente (e lança naturalmente também um desafio às outras culturas, o que torna agudo o problema da objetividade por consenso).⁵²

Como outro exemplo de como se pode obter, a partir de perspectivas gerais de interpretação dos processos temporais de mudança do mundo humano, construtos de evoluções históricas particulares, gostaria de mencionar novamente a interpretação da ética protestante por Max Weber. Ela pressupõe uma antropologia histórica que constitui a história de forma genérica na intencionalidade, vinculada a interesses e formada pela interpretação, da socialização humana. Essa antropologia é aplicada à experiência predominante atual do sistema capitalista da economia e da burocracia, produzindo – como representação geral do processo temporal – a continuidade abrangente da racionalização e da desmistificação. Weber introduz nesta representação a questão (decorrente das normas da subjetividade burguesa tradicional) das chances da liberdade humana, destilando, por meio dela, os contextos genéticos das formas modernas de vida e atribuindo-lhes sentido religioso. Ele elaborou

⁵¹ H.-U. Wehler, *Modernisierungstheorie und Geschichte* (8).

⁵² Para esse problema da objetividade por consenso, cf. J. Rüsen, *Die Kraft der Erinnerung im Wandel der Kultur. Zur Innovations- und Erneuerungsfunktion der Geschichtsschreibung*. In: B. Cerquiglini / H. U. Gumbrecht (Ed.), *Der Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie. Wissenschaftsgeschichte als Innovationsvorgabe*, Frankfurt, 1983, p. 29-45.

dessarte um questionamento histórico, teorizável via sociologia da religião, mediante o qual sua famosa tese poderia ser testada empiricamente.⁵³

Não afirmo que Weber tenha de fato procedido tão “dedutivamente” – esta é uma questão de sua biografia –, mas apenas que sua tese ganha assim um perfil de teoria da história, cujo significado, conferido pelo próprio Weber (e não só por ele), só pode ser tornado plausível à luz de tal construto teórico.

As teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos. Elas fornecem fios condutores de histórias, que são criadas e tecidas por si mesmas, de como que se elabora e apresenta, a partir delas, mediante argumentação fundante, a estrutura de sentido de uma história. Isso pode ser precisado na ótica do esquema de uma explicação narrativa. O contexto explicativo da relação temporal entre t_1 e t_3 – na qual, no tempo t_2 , S passa pela situação G, de modo que S deixa de ser F e passa a ser H – é *esquemático* pela narrativa. De que forma isso se dá? Tal ocorre porque uma teoria histórica qualifica o período estudado de maneira que S, com as suas modificações F, G e H, apareça como caso particular de uma evolução genérica (por exemplo: o imperialismo alemão aparece, à luz de uma teoria histórica do imperialismo, como a realização particular de uma tendência evolutiva dos Estados de determinado nível de desenvolvimento em determinada época).

Para o caráter histórico de uma teoria abrangente desse tipo (“covering”), que explique narrativamente o fenômeno, é decisivo que ela não trate o estado de coisas de uma forma abstrata, olhando o fenômeno a ser explicado apenas no que tenha em comum com fenômenos semelhantes. Com esse procedimento, a teoria o apresentaria apenas como “caso de ...”. Pelo contrário, as caracterizações

⁵³ M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, v. 1, Tübingen, 1922. Acerca da discussão sobre a tese weberiana da relação histórica entre capitalismo e protestantismo, cf. M. Weber, *Die protestantische Ethik*, v. 2: *Kritiken und Antikritiken*, ed. por J. Winkelmann. München/Hamburg, 1968; C. Seyfarth/W. M. Sprondel, *Seminar: Religion und gesellschaftliche Entwicklung. Studien zur Protestantismus-Kapitalismus-These Max Webers*. Frankfurt, 1983.

abstratas da teoria devem ser utilizadas também para revelar a particularidade de cada fenômeno. (Era isso que Max Weber queria dizer ao diferenciar com rigor o tipo ideal, como componente essencial de uma teoria histórica, da noção de gênero).⁵⁴ Os fenômenos aparecem à luz da teoria, que os ordena em processos abrangentes e os torna compreensíveis, a partir desses processos, justamente não apenas como “um” caso, mas “um caso particular”. Assim, por exemplo, o imperialismo alemão pode ser caracterizado com a particularidade do “atraso”, quando se recorre a interpretações teóricas da época e de seu desenvolvimento. A teoria histórica não suprime a contingência dos processos que interpreta, mas a destaca e lhe dá visibilidade, ao indicar com a maior precisão possível a conjunção de circunstâncias, sob as quais as mudanças estudadas ganharam perfil próprio. Seu desempenho específico, seu ganho argumentativo com relação à descrição de senso comum das mudanças, reside no fato de ser ela que elabora os recursos conceituais, com os quais (a) se caracteriza com precisão as respectivas conjunções determinantes, (b) se constata sua natureza no processo temporal abrangente e sua relação com outros fenômenos (semelhantes) do mesmo período, e (c) se identifica os fatores decisivos nelas atuantes.

Como é que isso acontece? O processo em questão, que S entre t_1 e t_3 se modificou de F em H, é projetado para o plano do conhecimento teórico acerca de mudanças de mesmo tipo (ou semelhante) e do mesmo período. Trata-se então não mais deste S particular, mas de um estado de coisas do tipo de S (por exemplo, sociedades com uma determinada estrutura socioeconômica, constituições de um determinado tipo), em função do que F e H aparecem sob o ângulo de características estruturais. Essas determinações não abstraem do tempo de que se está tratando, mas esse próprio tempo passa a ser caracterizado genericamente no âmbito de teorias relativas ao desenvolvimento e à época. Nesse plano teórico, G e t_2 (na forma de um contexto complexo de desenvolvimento), passam a valer como perspectivas aplicáveis ao empírico. Eles esclarecem os dados das fontes de tal forma que a pergunta por que S, entre t_1

⁵⁴ M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 20 ss.

e t_3 , se modifica de F em H, pode ser respondida com precisão, com conceitos construídos teoricamente e comprováveis, em um processo de argumentação, construído para esse fim e controlável.

Essa teorização de uma argumentação histórica pode ser caracterizada ainda da seguinte maneira: analise-se um episódio da realidade histórica, o período entre t_1 e t_3 e a modificação de S, de F em H. Essa realidade é, em primeiro lugar, processada teoricamente ou dissecada analiticamente em sua possibilidade objetiva. Pensa-se, com isso, na formulação de uma perspectiva teórica, com a qual a realidade estudada deve ser focalizada. Trata-se da possibilidade, buscada pelo historiador por força do sistema de universais da antropologia histórica teórica, de especificar e aprofundar o conhecimento disponível sobre a realidade estudada em sua relação com a experiência. Esse conhecimento é tornado “objetivo” por essa relação com a experiência e pela referência ao presente operada pelo emprego dos “universais”.

É com essa perspectiva que são processadas as informações das fontes, naturalmente de maneira hipotética e interrogativa, e não com a pretensão de ter tudo resolvido. Junto com essas informações, os pontos de vista e as interpretações, dissecados teórica e analiticamente, são integrados na unidade consistente, argumentativamente coerente, de uma história. Nessa passagem da possibilidade objetiva para a realidade histórica, a particularidade do complexo G, em t_2 , fica clara – e de forma mais profunda e diferenciada do que ocorreria sem essa lente teórica. Individualidade histórica e uso de teorias não estão em contradição – conforme quer o preconceito de muitos historiadores acerca da teoria da história; pelo contrário, fomentam-se mutuamente.

É possível deixar de lado o passo que o conhecimento histórico dá em direção à dimensão da possibilidade objetiva, indo além da aparência da realidade a ser conhecida, tal como está nas fontes. Exportar-se-ia com isso, contudo, o estatuto e a função das teorias históricas a sérios mal-entendidos. Isso é possibilitado de duas maneiras opostas, nas quais se espelha e aborda o confronto constante entre as concepções da ciência da história “burguesa” e “marxista”: por um lado, ao conceber (como Max Weber) teorias históricas (complexos

de tipos ideais) como meros construtos mentais, rigorosamente distintos da história real, ou então, por outro lado, ao considerar (como no marxismo-leninismo ortodoxo) as teorias históricas como o local do pensamento histórico, no qual se conhece a verdadeira essência das mudanças históricas, de que os dados empíricos das fontes seriam meras “manifestações”.

As duas posições representam posições unilaterais equivocadas acerca de percepções corretas. A primeira vê nas teorias históricas apenas construtos subjetivos, acentua o seu caráter apenas hipotético e a mantém, assim, aberta às experiências, embora tenda a superestimar ou subestimar o caráter “objetivo” do conhecimento histórico teórico, de que está revestido por referir-se à experiência concreta da vida. Há nisso o risco de, por excesso de subjetividade, o pensamento histórico diminuir as chances de apreender a experiência histórica mediante sua elaboração teórica. A segunda vê nas teorias históricas apenas o reflexo de estados de coisas objetivos e acentua esse caráter objetivo de tal forma, que seu caráter hipotético é negligenciado ou subestimado. Por excesso de objetividade em seu arcabouço teórico, ela expõe o pensamento histórico ao risco de fechar às experiências históricas.

Essas posturas unilaterais devem ser superadas pela mediação entre subjetividade e objetividade na formação histórica da teoria histórica. Isso só é possível, quando se leva em conta que a referência das teorias históricas à experiência é *mediada pela vida concreta*. As teorias históricas só se vinculam à experiência pelo “atalho” tomado pelos universais da antropologia histórica teórica para relacionar-se ao presente vivo, à vida prática atual e às experiências e intenções predominantes de quem pensa historicamente. O interessado em investigar as fontes históricas trabalha com base nessa referência original (orientada por normas) à experiência. Nessa referência originária da teoria de toda a história possível à presença viva do historiador e de seu público – na qual a possibilidade da história se torna “objetiva” (e a universalidade da apreensão teórica ao se concretizar, se fragmenta) referência originária à experiência –, a subjetividade e a objetividade do pensamento histórico não se contrapõem. São interdependentes: é a objetividade da vida prática, que

sem sujeito prático (homens que agem e sofrem) não seria nada, e é a subjetividade desse sujeito, sem cuja objetivação na vida prática, ficaria fora do mundo e jamais se poderia individualizar na consciência histórica (desenvolver uma identidade densa).

Não se trata, pois, de o referencial de experiências das teorias históricas consistir exclusivamente do trabalho com as fontes, ou de teorias serem “meras” suposições, que seriam ou confirmadas pelas fontes, e assim consolidadas como saber histórico “sólido”, ou rejeitadas e em seguida abandonadas. Na história da ciência é fato incontroverso que as teorias históricas não são refutadas pela mera referência a fontes que se contradigam; em geral, elas se mantêm, adaptando-se às novas circunstâncias (reinterpretação, mudança de avaliação e até omissão). Isso decorre de sua relação com as informações das fontes ser intermediada pela referência à experiência da vida. *A última instância para a plausibilidade empírica de uma teoria histórica é sua função de orientação da vida prática (empírica) do historiador e dos destinatários e receptores de suas histórias.* As teorias históricas não são recipientes vazios de pensamento, que se vão enchendo com a água das fontes; são antes como esponjas úmidas, que absorvem a água das fontes muito melhor do que se estivessem completamente secas. Falando trivialmente: elas trazem consigo o saber prévio em forma de uma teoria altamente sofisticada, sem que se saiba precisamente o que se quer buscar nas fontes. É isto que J. Kocka enfatizou, ao definir as teorias históricas da seguinte maneira: trata-se de “sistemas explícitos e consistentes de conceitos e categorias, que servem para apreender e explicar determinados fenômenos e fontes históricas, mas que não podem ser derivados inteiramente dessas fontes”.⁵⁵

Quais as funções das teorias históricas no processo cognitivo da ciência da história? Já foi mencionado que o caráter argumentativo da narrativa histórica pode ser reforçado com elas. Essa função básica se efetiva nos diferentes campos do processo cognitivo da ciência da história de diversas maneiras. Gostaria de caracterizar essa diversidade a seguir, de modo resumido, baseando-me nas determinações

⁵⁵ Kocka, *Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte* (8), p. 9.

funcionais de J. Kocka.⁵⁶ Parto do pressuposto de que nem todas as funções listadas são exercidas por toda e qualquer teoria. Prefiro afirmar justamente o oposto: que as diferenças funcionais podem ser utilizadas para a demarcação dos tipos de teorias.

1. As teorias históricas assumem, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função explicativa*. Com elas podem ser enunciados argumentativamente as premissas de cada uma das investigações, o questionamento dominante contido em sua referência ao presente, seu valor relativo e sua função nos contextos abrangentes do conhecimento histórico, assim como as orientações que delas se podem esperar. As teorias históricas têm significado explicativo específico ao fundamentarem os pontos de vista de acordo com os quais se decide o que tem ou não importância no manejo das fontes.

Um bom exemplo para a função explicativa das teorias históricas são as teorias do fascismo (cujo resultado empírico, todavia, suscita vigorosas controvérsias).⁵⁷

No entanto, elas têm a vantagem de pôr em evidência as premissas políticas e os critérios correlatos de valoração implícitos em toda tentativa de interpretação do fascismo. Os opositores à teorização preconizam o minimalismo normativo e, com isso, omitem a discussão de suas premissas normativas.

2. No processo cognitivo da ciência da história, as teorias históricas exercem uma *função heurística*. Com elas, podem ser formuladas as questões que são aplicadas às fontes na forma elaborada de uma grade de hipóteses. Por força de seu caráter construtivo, elas permitem questionamentos particularmente precisos. Com essas teorias logra-se extrair das fontes, de modo analiticamente mais diferenciado, os fatos – melhor do que seria possível –, sem o questionamento orientado por elas, “puramente a partir das fontes”. Isso vale para todos os tipos de fatos históricos, pois

⁵⁶ Ibid., passim.

⁵⁷ Exemplificando: W. Wippermann, *Faschismustheorien. Zum Stand der gegenwärtigen Forschung*. Darmstadt, 1972. In: E. Nolte (Ed.), *Theorien über den Faschismus*. Königstein, 6. ed., 1984.

as informações das fontes só são guindadas à condição de fato histórico quando relacionadas significativamente com outros fatos. Essa relação não se encontra, como tal, nas fontes e resulta somente da apreensão interpretativa a partir do presente. Tal apreensão é tanto mais precisa quanto mais estiver formatada teoricamente. Isso é evidente para todos os assim chamados fatos de ordem superior, ou seja, fatos obtidos artificialmente a partir das informações das fontes mediante agregação de dados dessas fontes sob orientação teórica. De certa maneira esses fatos são assim construídos pelo historiador.

Encontrei um exemplo concreto na discussão crítica que Christian Meier faz da interpretação de M. Gletzer da República romana tardia (esse exemplo tem a vantagem de não pertencer ao campo da história moderna, no qual a discussão teórica está tão adiantada, que às vezes já parece ser tema específico desse campo de pesquisa). Meier mostra como e por que essa interpretação foi feita não com uma “familiaridade com as fontes e ao mesmo tempo com o mundo nelas testemunhado”, mas por meio do construto abstrato de um “quadro de questões, cujos elementos foram, com efeito, obtidos das fontes, mas que por sua vez teria necessariamente de ir bem além do que está testemunhado nas fontes”, com o que se alcança o “distanciamento e o questionamento”, dos quais “se torna possível e aparece como necessária uma investigação abrangente da estrutura político-social”.⁵⁸

3. As teorias históricas exercem, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função descritiva*. Elas reforçam os elementos construtivos, refinando assim o rigor distintivo dos conceitos e o alcance das definições explícitas, das distinções analíticas e das sínteses diferenciadas a estas correspondentes. Assim, por exemplo, com base em periodizações construídas teoricamente, é

⁵⁸ Chr. Meier, A contribuição de Matthias Gelzer para o conhecimento da estrutura da sociedade e da política na república romana tardia. In: J. Bleicken/Chr. Meier/H. Strasburger, *Matthias Gelzer und die Römische Geschichte*, Kallmünz, 1977, p. 29-56, cit. p. 52.

possível definir com precisão a relevância dos fenômenos históricos como etapas de desenvolvimento, vale dizer: a marca histórica dos estados de coisas. No esquema da explicação histórica, isso se expressa assim: as propriedades F, G e H do sistema S podem ser atribuídas descritivamente com maior precisão aos tempos t_1 , t_2 e t_3 . A título de exemplo das vantagens descritivas das teorias históricas, remeto à tipologia da legitimação do poder de Max Weber (que pode ser interpretada e utilizada como teoria histórica). Os fatos complexos da legitimação do poder, no campo de interseção entre poder e cultura, podem ser elucidados com ela, sendo igualmente possível caracterizar sua particularidade histórica melhor do que se conseguiria sem o recurso a uma tipologia explícita. Digo o mesmo de uma tipologia narrativa, com a qual se pode caracterizar, no processo histórico, as diversas formas da historiografia.⁵⁹

4. As teorias históricas exercem, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função de periodização*. Essa função deve ser considerada apenas parcialmente como um tipo próprio da função descritiva. A razão para isso está na circunstância de que toda descrição da especificidade temporal dos fenômenos históricos requer periodizações prévias. Em qualquer periodização, contudo, estão embutidas teorias históricas. A controlabilidade e a aplicação das periodizações estão positivamente correlacionadas com o alcance de sua explicação teórica. Assim, as tipologias dos processos temporais admitem periodizações relativas a conteúdos particulares, e por isso são melhores do que todas as meras diferenciações cronológicas (algo simplistas) de processos temporais. Com as categorias teóricas dos processos evolutivos é possível também constatar e tornar empiricamente plausíveis, em processos complexos, atribuições a contra-tempo (anticronias e diacronias).

⁵⁹ Assim, por exemplo, B. H. White (nota 35) trabalha tipologicamente em suas pesquisas com a historiografia do século XIX; cf. J. Rüsen, Die vier Typen des historischen Erzählens. In: Lutz/Koselleck/Rüsen (Ed.), *Formen der Geschichtsschreibung* (3), p. 514-605; do mesmo autor: *Von der Aufklärung zum Historismus. Idealtypische Perspektiven eines Strukturwandels* (nota 5, Introdução).

5. As teorias históricas exercem, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função explanatória*. Elas organizam (no esquema da explicação narrativa) o passo de t_2 para t_3 , no qual acontece G com S, de modo que S se muda de F em H. Elas “cobrem” essa mudança na medida em que caracterizam seus fatores essenciais e sua relação sincrônica e diacrônica como articulados estruturalmente num tempo próprio. Poder-se-ia falar de uma “lei abrangente” (*covering law*), no sentido da teoria analítica da ciência, e ver, nas teorias históricas, um saber especificamente histórico legaliforme, se falar de “leis” não estivesse tão sujeito a mal-entendidos e, em vista do mundo histórico do homem, tão carregado ideologicamente (com a consequência fatal de ver a história como algo que pode ser produzido por meio do conhecimento de leis históricas). As teorias históricas têm em comum com leis, no sentido do esquema da explicação nomológica, o indicarem os contextos gerais que conduzem de F a H, no período de tempo t_1 até t_3 , passando por G no tempo t_2 . Na linguagem corrente dos historiadores, costuma-se chamar isso uma “tendência evolutiva” ou algo parecido. Sentenças desse tipo designam processos de um modo genérico no qual o estado de coisas histórico, estudado a cada vez, se enquadra (junto com outros possíveis) e passa a ser considerado, assim, uma concretização particular do geral. Nessa medida, pode-se falar, em analogia formal com a explicação nomológica, de teorias históricas como um saber referente a regularidades históricas legaliformes. Tal não se aplica, contudo, quando se tratar de meras indicações vagas, pré-teóricas, de tendências. Aplica-se somente quando se tratar de sentenças complexas e diferenciadas, nas quais tanto se distinguem, sincrônica e anacronicamente, os fatores que formam a tendência quanto se evidenciam suas relações estruturais e funcionais.⁶⁰ A analogia tem, porém, limites estritos, que se encontram no caráter narrativo do saber teórico, na sua função própria de ser o fio condutor explícito ou o construto de constituição narrativa de sentido, uma narração histórica, uma história. Distinguir rigorosamente as regularidades históricas das que são utilizadas nas explicações

⁶⁰ Cf. sobretudo Kocka, *Sozialgeschichte* (13), p. 100.

- nomológicas acarreta duas consequências: não é possível usá-las para fazer prognósticos, e elas servem apenas para tornar cognoscível a singularidade própria ao *explanandum* histórico. Elas subsumem processos concretos (mudanças temporais) a representações gerais (em forma de teoria), com o fito de utilizar tais representações para realçar a singularidade dos processos.
6. As teorias históricas exercem também, pois, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função individualizante*. Refiro-me, com essa expressão, à filosofia da história e à teoria do conhecimento tradicionais, que distinguem com rigor o “procedimento individualizante”, como especificamente histórico (ou próprio às ciências da cultura), do “procedimento generalizante” das ciências naturais.⁶¹ Essa distinção dificilmente permite reconhecer a natureza e a função das teorias históricas, mesmo que elas sejam generalizações destinadas a garantir uma individualização precisa, controlável formal e materialmente. Trata-se do passo do pensamento histórico, que vai da realidade concreta das mudanças temporais a serem explicadas historicamente à sua possibilidade objetiva, de modo a tornar cognoscível essa realidade, diferenciadamente e na dimensão profunda de sua especificidade temporal. Essa função individualizante de uma explicação narrativa orientada pela teoria consiste em que somente com ela se pode esclarecer a especificidade temporal do processo a ser explicado. As teorias históricas não abstraem da singularidade dos processos temporais, de seu marco epocal, para investigar as estruturas desses processos – isso acontece na dimensão da antropologia histórica teórica, aqui pressuposta. Elas tornam esse marco visível ao formularem as determinações gerais por meio das quais um estado de coisas histórico pode ser situado no processo temporal. Para poder “explicar”, por exemplo, a caça às bruxas no século XVI como um fenômeno medieval tardio ou como moderno precoce (ou seja, a partir de uma determinada constelação temporal epocal) são necessárias sentenças gerais acerca do que

⁶¹ Assim, por exemplo, H. Rickert, *Individualisierende Methode und historische Wertbeziehung*. In: Baumgartner/Rüsen (Ed.), *Seminar: Geschichte und Theorie* (3), p. 253-273.

valha como Idade Média tardia ou como Idade Moderna precoce. Tais sentenças ocorrem no âmbito de um saber, em forma de teoria, acerca dos processos temporais da história europeia, que “abrange” ou “cobrem” inúmeros fenômenos históricos e suas diversas interdependências. A grande diversidade dos fenômenos é superada, abstrativamente, pela teoria, mas não escamoteada em mera listagem exemplificadora de um processo geral. Essa diversidade é distinguida analiticamente, com precisão, mediante o saber teórico (por exemplo, com respeito a uma periodização de processos não apenas cronológica, mas materialmente especificada). Torna-se assim patente a diversidade do tempo em seus contextos concretos, sincrônicos e diacrônicos.

7. As teorias históricas exercem, no processo cognitivo da ciência da história uma *função comparativa*. Esta função decorre, por via de consequência, da generalização explicativa da especificidade temporal descrita acima. O saber teórico assim obtido funciona como pano de fundo da comparação histórica. Evidencia-se por seu intermédio o que têm em comum evoluções diversas no contexto de uma tendência epocal (por exemplo, a industrialização inglesa e a alemã). Quanto mais os elementos comuns forem enunciados teoricamente (no sentido de conceitualmente mais diferenciados e complexos) tanto mais se pode indicar com maior clareza e precisão as particularidades e diferenças dos respectivos processos. Um exemplo dessa comparação orientada teoricamente na historiografia contemporânea é o debate sobre o “capitalismo organizado”.⁶² Mas não só comparações dentro da mesma época dão resultados com a ajuda das teorias históricas. Elas são muito proveitosas especialmente às comparações entre épocas distintas, nas quais se destaca a índole de períodos de tempo diversos (por exemplo, a Antiguidade e a Idade Moderna), seja para, por recurso a uma época, compreender melhor fenômenos de outra,⁶³ seja para poder determinar

de todo a característica de grandes épocas. Tais comparações são impossíveis sem os parâmetros de uma teoria abrangente dos diversos processos. O mesmo vale para todas as tentativas de uma periodização intracultural: nelas, a teorização objetiva – indispensável – alcança a dimensão das representações gerais do processo temporal, para ver de que forma elas estão presentes nos fundamentos das teorias históricas.

8. As teorias históricas exercem uma *função diferenciadora* no processo do cognitivo da ciência da história. Por meio da análise sincrônica e diacrônica dos fatores de processos temporais específicos, as teorias históricas delimitam objetos especiais de investigação e dirigem a atenção da pesquisa empírica para a interdependência complexa entre eles. A teoria da modernização, por exemplo, diferencia as diversas dimensões da modernização (econômica, política, cultural) e caracteriza as ocorrências próprias a cada dimensão que podem tornar-se objeto de pesquisas próprias, e a respectiva interdependência. A visão do todo ganha em acuidade quando o conjunto é distinguido dos contextos complexos que o compõem. O desempenho abstrativo da teorização não deve, no processo cognitivo histórico, reduzir a complexidade dos dados empíricos, nem a substituir por representações unilaterais ou monocausais. Pelo contrário, deve deixá-la aparecer, gerá-la mesmo.
9. As teorias históricas exercem, também, no processo cognitivo da ciência da história, uma *função crítica*. Isso quer dizer que, quando a pesquisa empírica se realiza no âmbito de um quadro de referências explicitamente teórico, é possível evidenciar eventuais lacunas na pesquisa, sob dois pontos de vista. Por um lado, o contraponto entre teoria e empiria pode indicar com precisão onde faltam dados das fontes para sustentar ou para concretizar as perspectivas teóricas. Por outro, pode indicar que dados das fontes não estejam suficientemente cobertos pela teoria (explicados). Em ambos os casos tem-se ocasião para novas investigações produtivas.
10. Finalmente, não se deve omitir que as teorias históricas podem exercer uma função didática sempre que conhecimentos históricos,

⁶² Cf. H. A. Winkler (Ed.), *Organisierter Kapitalismus. Voraussetzungen und Anfänge*. Göttingen, 1974.

⁶³ A título de exemplo, ver W. Nippel, *Mischverfassungstheorie und Verfassungsrealität in Antike und früher Neuzeit*, Stuttgart, 1980.

obtidos pela pesquisa, são utilizados para orientação prática. Elas permitem proceder, com pertinência empírica, às simplificações do saber histórico, que em determinadas situações didáticas (por exemplo, nas escolas) são inevitáveis. Elas põem explicitamente à disposição os critérios que definem a relevância de informações históricas particulares para o conhecimento dos respectivos estados de coisas estudados, e permitem que se possa decidir o que seja uma simplificação equivocada ou uma simplificação “essencialista”.

Todas essas funções naturalmente não devem fomentar a impressão ilusória de que as teorias históricas são apenas construtos de narrativas e não sejam elas mesmas narrativas. Elas fornecem a estrutura da argumentação, o esqueleto da constituição narrativa de sentido, mas não apresentam o próprio sentido construído narrativamente, como se não importasse o preenchimento da estrutura, a “musculatura” empírica. Pelo contrário: as teorias históricas apresentam, em sua referência (narrativa) à experiência histórica, apenas pré-esboços de caracterização da especificidade histórica dos estados de coisas estudados. A caracterização propriamente dita só ocorre com o preenchimento empírico e com a concretização das perspectivas teóricas. Com isso, as teorias (quando são construídas corretamente, isto é, abertas à experiência) não são depreciadas, mas apenas modificadas de acordo com a experiência. A narrativa histórica é sempre mais do que a mera fabricação de construtos teóricos. Embora estes sirvam para reforçar e realizar o potencial argumentativo da narrativa histórica como seu potencial racional, o sentido de uma história não se esgota no seu construto narrativo teórico. Este sentido se efetiva sempre que, nas narrativas históricas, os fatos apresentados falam por si próprios, para além de sua posição relativa no construto significativo da teoria, ao tempo em que assumem vida narrativa própria e concretizam o sentido que a teoria lhes atribui. (Assim, por exemplo, quando, numa investigação histórica do holocausto, depois da utilização de todos os recursos teóricos disponíveis com respeito ao sentido histórico que está sendo questionado, afirma-se: “Os mortos estão em poder de

um segredo que nós, os vivos, não somos nem dignos nem capazes de alcançar”.⁶⁴

Esse superávit de sentido dos fatos para além da explicação argumentativo-teórica do seu contexto significativo é, ao mesmo tempo, o aspecto “selvagem” da constituição narrativa de sentido. É uma fonte importante da compreensão histórica, que não deve ser esterilizada pela racionalização científica da constituição histórica de sentido e – numa construção correta – nem o pode ser, tendo em vista o caráter hipotético e abstrato das teorias históricas. A intuição produtiva como fonte do progresso do conhecimento deveria ser possível, no processo da constituição narrativa e científica de sentido, também quando não se elaboram teorias, mas os fatos geram um superávit de questões ou de sentido em relação à teoria. O limite da cientificização na fabricação argumentativa de perspectivas orientadoras que dêem sentido ao passado dos homens é o limite de sua teorização. Tornar consciente esse limite por meio da metateoria da história pode ter como resultado que ela se mantenha aberta de forma produtiva (para ambos os lados). Isso quer dizer que as teorias continuam problematizáveis, sem se dogmatizar, e que, por outro lado, a competência dos historiadores profissionais continua a depender estritamente do meio da comunicação argumentativa e não pode abandonar, descontroladamente, o rigor do pensamento, escapando para os encantos atraentes das aparências agradáveis.

Conceitos históricos

Conceitos históricos são os recursos lingüísticos das sentenças históricas. É o material com que são construídas as teorias históricas e constituem o mais importante instrumento lingüístico do historiador. Sua formação e utilização decidem se e como o pensamento histórico científico se realiza. Por meio, de sua utilização no manejo

⁶⁴ Elie Wiesel, *Trivializing the Holocaust: semi-fact and semi-fiction*, *The New York Times*, 16/4/1978, cit. por W. van Kampen, *Holocaust. Materialien zu einer amerikanischen Fernsehserie über die Judenverfolgung im “Dritten Reich”*, Düsseldorf, 1978, p. 14.

interpretativo das fontes decide-se também, portanto, o valor das teorias históricas. Por isso, pode-se considerar e resolver a polêmica acerca da utilidade e da vantagem de teorias para o pensamento histórico, também uma polêmica acerca da natureza, formação e aplicação de conceitos históricos.

Para se entender melhor o que os *conceitos históricos* representam e significam no processo cognitivo da ciência da história, cabe distinguir entre *nomes próprios* e *categorias históricas* (os materiais da apreensão teórica do todo da história). Antes de mais nada, é necessário distinguir os conceitos *históricos* dos não-históricos, porque ambos ocorrem sempre juntos no uso corrente da linguagem do conhecimento histórico e nunca são distinguidos um do outro com clareza. Os conceitos são “históricos” quando na designação dos estados de coisas se referem à “história” como a supra-sumo do que está sendo designado. Vale dizer: exprimem, explícita ou implicitamente, a qualidade temporal de estados de coisas do passado humano, qualidade que esses estados de coisas possuem numa determinada relação de sentido e significado com o presente e o futuro. Os conceitos não são históricos porque se referem ao passado, mas porque lidam com a relação intrínseca que existe, no quadro de orientação da vida prática presente, entre a lembrança do passado e a expectativa do futuro. Muitos conceitos da linguagem dos historiadores não são especificamente históricos (por exemplo, “economia”, “trabalho”, “constituição”, “camponês”, “cidade”). Max Weber denominou-os “conceitos-gêneros”. Eles designam, nos estados de coisas, complexos de qualidades que eles têm em comum com outros estados de coisas, independentemente de sua relevância nos processos temporais. Assim que essa relevância é (co-)designada (por exemplo, “economia da Antiguidade tardia”, “trabalho” como forma abstrata de vida nas sociedades modernas,⁶⁵ “institucionalização constitucional” como o modelo de constituição do século XIX, “camponês” no sistema de servidão da Idade Média, “cidade” como “polis antiga”), temos conceitos históricos.

⁶⁵ Cf. K. Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, Berlin [RDA], 1953, p. 24.

Max Weber deu-lhes o nome de “tipos ideais”. Eles designam, nos estados de coisas, complexos de qualidades cuja relevância (juntamente com outros estados de coisas) transparece nas mudanças temporais do homem e de seu mundo, tematizadas como “história”.

Nomes próprios (por exemplo, Napoleão III, Prússia, Roma, o Partido Progressista, a Constituição outorgada de 5 de dezembro de 1848) estão aquém dessa distinção. Designam estados de coisas do passado em sua ocorrência singular; referem-se a eles diretamente, sem precisar sua relevância histórica própria no contexto do processo temporal em que ocorreram. Na maioria das vezes trata-se de designações linguísticas que já vêm dos estados de coisas nas fontes; no entanto, esses estados de coisas podem receber o nome mais tarde, pelos historiadores (quando são apreendidos, por exemplo, nas fontes, sem terem sido referidos diretamente).

Categorias históricas (por exemplo, continuidade, progresso, desenvolvimento, revolução, evolução, época) designam contextos temporais gerais de estados de coisas, com base nos quais estes aparecem como históricos. Não se referem diretamente a nenhum estado de coisas, mas estabelecem a qualidade histórica da mudança temporal dos estados de coisas. Na maioria dos casos, essa qualidade não é conferida aos estados de coisas pelas fontes, mas é-lhes atribuída pela atividade cognitiva dos historiadores – decerto mediada pela relevância que possuem na tradição de que depende toda atividade interpretativa da ciência da história como condição de sua possibilidade.⁶⁶ As categorias históricas não são simplesmente sobrepostas às informações das fontes designadas por nomes próprios, nem lhes são exteriores: elas são, isso sim, previamente dadas, na forma da tradição, juntamente com os estados de coisas do passado mais importantes para a vida prática atual. Elas estão contidas em todas as orientações temporais, nas quais a vida prática precede qualquer atividade de orientação consciente e explícita. Em contrapartida, no processo cognitivo histórico efetuado de modo científico (especializado), os estados de coisas (enquanto informações das fontes) são tirados de seus contextos originais (tradicionais) de sentido e isolados

⁶⁶ Cf. I, 73 ss., I, 81 ss. [ed. bras.].

como fatos verificáveis; a tradição é artificialmente transformada em resquício,⁶⁷ com o que os modelos categoriais de interpretação são liberados da atividade cognitiva da formação de teorias.⁶⁸

Conceitos históricos (por exemplo: mercantilismo, bonapartismo, pietismo, reforma, Estado absolutista, cidade medieval, pólis antiga), designam nos estados de coisas referidos por nomes próprios, as qualidades históricas pré-esboçadas pelas categorias históricas. Ao mesmo tempo, projetam a luz da interpretação histórica, que as categorias históricas lançam de forma difusa sobre o conjunto da experiência histórica (portanto, sobre todos os possíveis estados de coisas históricos), sobre estados de coisas singulares da experiência histórica e os considera como fatos históricos. Conceitos históricos são o recurso lingüístico que aplicam perspectivas de interpretação histórica a fatos concretos e exprimem sua especificidade temporal. Designam, pois, a relevância que os estados de coisas referidos possuem, no contexto temporal, em conjunto com outros estados de coisas, e que não são designados por nomes próprios. Conceitos históricos mediam categorias e nomes próprios. Eles introduzem a realidade temporal dos estados de coisas designados por nomes próprios no contexto de sentido designado pelas categorias. Em relação às categorias históricas, eles possuem uma função particularizante e, em relação aos nomes próprios, uma função generalizante. Eles fazem com que interpretações históricas gerais “convirjam” com a comprovação de fatos reais. Ambas funções, tomadas em conjunto, resultam na *função de concretização histórica*. (Na linguagem corrente tende-se a chamar de “concreto” aquilo que tem nome próprio. No pensamento histórico, todavia, essas designações por nome próprio são abstratas, porque nelas se abstrai da qualidade temporal histórica do designado.)

Há controvérsia sobre como se deve efetivar o *status* dos conceitos históricos de mediadores entre as categorias e os nomes próprios na prática cognitiva da ciência da história. Essa polêmica

⁶⁷ Para mais detalhes, ver adiante, p. 121 s.

⁶⁸ Tem-se um exemplo da elaboração de uma categoria histórica em Chr. Meier, *Fragen und Thesen zu einer Theorie historischer Prozesse*. In: Faber/Meier (Ed.), *Historische Prozesse*, (3), p. 11-66.

envolve a questão de como se produz da melhor maneira a referência temporal histórica dos estados de coisas, mediante os conceitos históricos. Essa referência temporal é um contexto complexo. Por um lado, contém a relação do pensamento histórico ao passado, mediante a qual se enuncia o que os estados de coisas realmente foram (ou – para empregar a conhecida expressão de Ranke – como *aconteceu* ao certo). Por outro lado, contém a relação do pensamento histórico ao presente e ao futuro, mediante a qual se enuncia o que os estados de coisas do passado realmente significam para a orientação temporal da vida prática presente voltada para o futuro (também isso se pode exprimir por uma expressão de Ranke – como *aconteceu ao certo*).

Os dois componentes encontram-se numa relação de tensão, na qual a tensão entre recordação e expectativa gera o tempo como fator particular da vida humana prática, como determinante intencional da ação humana. Essa tensão atinge a prática cognitiva histórica exatamente quando ela se organiza, lingüisticamente, com conceitos históricos. É nessa atividade que ela deve ser dominada, aproveitada e inserida na produtividade da prática cognitiva. Pode acontecer que se chegue ao extremo do objetivismo ou do subjetivismo, analogamente à determinação de “história” como conteúdo da consciência histórica humana.⁶⁹

O objetivismo da formação histórica dos conceitos pressupõe que a qualificação histórica do passado humano a ser conhecida deve ser encontrada, em última instância, nas fontes que manifestam, empiricamente, o passado. Então também deveriam ser colhidos nas fontes os conceitos históricos determinantes para a interpretação histórica das informações das fontes. A formação histórica dos conceitos é submetida à diretriz de se manter o mais próxima possível da linguagem das fontes, assumindo, pois, um comportamento *mimético* em relação à linguagem das fontes. Isso requer, enfim, o preceito da objetividade do pensamento histórico. Somente assim se evitaria que o sistema conceitual da interpretação atual do mundo seja transposto acriticamente para o passado, distorcendo, dessa maneira, o

⁶⁹ Cf. I, p. 67 ss. [ed. bras.].

acesso lingüístico à especificidade de cada estado de coisas passado sob exame e abreviando abusivamente a diferença temporal entre outrora e hoje. Essa proximidade às fontes da linguagem conceitual interpretativa dos historiadores foi fortemente preconizada, por exemplo, por O. Brunner. Ele exigia da história constitucional medieval “que a terminologia que emprega seja tomada o mais possível das próprias fontes, de forma que o sentido dessas fontes possa ser interpretado corretamente com ajuda desses conceitos...”⁷⁰

O subjetivismo da formação histórica dos conceitos pressupõe que o conhecimento da relevância de um estado de coisas no processo temporal depende do significado desse estado de coisas para a orientação temporal da vida prática contemporânea. Por isso também os conceitos históricos, mediante os quais o passado ganha seu significado histórico (para se tornar visível como história), têm de constituir-se a partir de pontos de vista que, em última instância originam-se nas carências de orientação do presente. A formação histórica dos conceitos fica submetida à diretriz de proceder *constitutivamente*, distanciando-se das fontes e obedecendo a pontos de vista claros na atribuição da interpretação. Somente assim seria possível comprovar o caráter especificamente histórico de um estado de coisas passado, uma vez que ele resulta sempre *post festum* de uma constelação temporal formada pelo estado de coisas com outros, anteriores e posteriores. Como essa constelação de forma alguma pode aparecer na linguagem das fontes, esta não pode servir de instância decisória para os conceitos históricos.

⁷⁰ O. Brunner, *Land und Herrschaft. Grundfragen der territorialen Verfassungsgeschichte Österreichs im Mittelalter*, Viena, 5. ed., 1965, p. 163. É recomendável contudo ressaltar, contra o uso ingênuo desse conhecido argumento de Brunner, que ele próprio destaca na mesma passagem: “Nada mais falso do que acreditar que o trabalho histórico pudesse prescindir dos conceitos modernos” (ibid.). Fica sem solução, aqui (no plano da reflexão metateórica, metodológica), o problema de como a linguagem das fontes e a linguagem dos conceitos modernos podem ser adequadamente unificadas numa linguagem própria à interpretação histórica. Trata-se do problema de uma constituição de sentido especificamente “histórica”, que não pode ser resolvido por uma simples história dos conceitos, mas sim por uma história dos conceitos rigorosamente problematizada. A história de conceitos precisa de conceitos para seu próprio trabalho; estes não podem ser idênticos aos resultados das pesquisas em que são utilizados.

Essa construtividade da linguagem conceitual histórica foi enfatizada sobretudo por Max Weber na sua teoria do tipo ideal.

Segundo Weber, o tipo ideal como conceito histórico “é obtido por meio da ampliação de um ou mais pontos de vista e pela junção de certa massa de fenômenos particulares, difusos e distintos, aqui mais ali menos, por vezes nenhum, que se juntam aos pontos de vista ressaltados unilateralmente para formar um conjunto uniforme de idéias. Em sua pureza conceitual, esse conjunto de idéias não pode se encontrado empiricamente em parte alguma da realidade, é uma utopia. Resulta para o trabalho histórico o encargo de, em cada caso particular, verificar até que ponto a realidade está perto ou longe daquela imagem ideal...”⁷¹

Com seu caráter construtivo, os tipos ideais decifram a qualidade histórica do estado de coisas que designam. Eles são, portanto, conceitos construídos (na linguagem de Weber), conceitos genéticos – ou, como se diria melhor hoje: conceitos narrativos. Um tipo ideal é “uma construção intelectual para a medida e a caracterização sistemática de contextos individuais, significativos em sua singularidade”.⁷² Essa formulação nada mais diz que um tipo ideal é um conceito teórico, que deve ser construído de maneira que seja possível designar, com ele, a qualidade temporal que advém aos estados de coisas do passado, na medida em que devem ser pensados como históricos.

A oposição entre objetivismo e subjetivismo na formação histórica dos conceitos não é necessária. Pode ser resolvida como a que diz respeito a toda compreensão da história.⁷³ O objetivismo, que faz depender o índice de pertinência dos conceitos históricos de sua proximidade à linguagem da fonte, está fundamentalmente equivocado ao atribuir historicidade diretamente à linguagem da fonte, ou seja, a capacidade de enunciar o que apresenta como um estado de coisas em sua qualidade temporal histórica específica.

⁷¹ M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (3); p. 191.

⁷² Ibid., p. 201.

⁷³ Cf. I, p. 70 ss.

Essa é uma pretensão inadmissível, porque essa qualidade temporal não pode estar expressa nas fontes; ela depende de contextos anteriores e posteriores que se encontram aquém ou além do horizonte de tempo das fontes. Nesse sentido, o construtivismo na formação dos conceitos históricos é objetivamente necessário. Na formação histórica dos conceitos é preciso transpor construtivamente a distância temporal do presente com relação ao objeto histórico, o que não é possível com um “voltar à linguagem da fonte” simplista. A opinião de que as fontes já conteriam, em princípio, a interpretação histórica, de que a história já está escrita diretamente nas fontes, bastando apenas lê-la – hermeneuticamente – ⁷⁴ é ingênua. Esta ingenuidade, evidentemente, não pode ser criticada e anulada em benefício de outra, assegurando que a linguagem do presente é suficiente para formar historicamente os conceitos. A formação histórica de teorias, na qual os conceitos adquirem sua construtividade, seu caráter ideal-típico, supera tanto uma como outra ingenuidade.

É, entretanto, unilateral e enganoso que Weber caracterize o tipo ideal como “utopia” e distinga a realidade histórica de seu formato conceitual na linguagem dos historiadores. No entanto, está certo que os conceitos históricos e a linguagem da fonte, na qual o passado como conteúdo da experiência é “real” (isto é, existe empiricamente como resquício), são diferentes e que é dessa diferença que efetivamente se constrói (a partir das distâncias temporais) o trabalho de interpretação histórica. No entanto, é também equivocado que se enfatize exclusivamente o caráter subjetivo desse trabalho, como se apenas o presente transpusesse suas próprias características para o passado, pretendendo que as fontes nada mais seriam do que um invólucro para a interpretação, que lhes é atribuída *post festum*. A realidade do passado como resquício é fundamentalmente

⁷⁴ Nesta concepção se encontra uma grande parte do legado filosófico do historicismo, como, por exemplo, na formulação de A. Boeckh de que a história seria o conhecimento do conhecido (*Enzyklopädie und Methodenlehre der philosophischen Wissenschaften*, ed. por E. Bratschek, Leipzig, 2. ed., 1886 [Nova edição da primeira parte, Darmstadt, 1966], p. 11). Acerca dessa teoria da história, cf. J. Rüsen, *Ästhetik und Geschichte. Geschichtstheoretische Untersuchungen zum Begründungszusammenhang von Kunst, Gesellschaft und Wissenschaft*, Stuttgart, 1976, p. 70 ss.

diferente da realidade que ela tem no âmbito de orientação da vida prática atual, em que atua como tradição.⁷⁵ A “ampliação” construtiva dos conceitos históricos, enfatizada por Weber, consiste em que o trabalho cognitivo histórico está, com efeito, vinculado à tradição,⁷⁶ mas é ao mesmo tempo ultrapassado pela crítica. O conteúdo experiencial das fontes é controlado metodicamente ao ser incorporado às perspectivas significativas do passado, nas quais este aparece como história. “Utópicos” são os tipos ideais quando não aparecem em nenhum lugar na linguagem das fontes, tal como foram concebidos construtivamente. Isso não quer dizer, todavia, que eles se situariam para além da experiência histórica, na terra de ninguém das criações subjetivas de sentido. O trabalho de construção do historiador, no qual ele ultrapassa conscientemente a linguagem das fontes, é justamente orientado pela intenção de designar o mais precisamente possível a qualidade histórica do que as fontes dizem sobre o passado. Por meio da “ampliação dos pontos de vista” na formação histórica dos conceitos, destacam-se com precisão aquelas constelações temporais de estados de coisas do passado que a linguagem das fontes não tem como expressar.

Trata-se da designação conceitual daquilo que se poderia denominar de a *essência histórica* de um estado de coisas (e este seria o verdadeiro sentido de “ideal” na expressão “tipo ideal”; ele formularia positivamente o que Weber abordou apenas negativamente como não “real”, no sentido da realidade dos resquícios do passado). E o que é historicamente essencial nas manifestações do passado nas fontes (repetimos mais uma vez) não aparece nelas mesmas, mas tem de ser obtido pelo questionamento construtivo, mediante a constituição histórica das teorias. Assim, os conceitos históricos mantêm-se, como construções teóricas, relacionados com os fatos. Sua utilidade é medida pelo que se consegue extrair das fontes como historicamente essencial. A utilidade das construções conceituais ideal-típicas depende

⁷⁵ Cf. I, p. 73 ss.

⁷⁶ Em Weber isso aparece (gnosologicamente de modo muito impreciso) como interesse fundamental do conhecimento de “participar da comunidade dos ‘homens da cultura’” (*Wissenschaft als Beruf, Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 600).

sempre de até que ponto elas conseguem esgotar a experiência histórica. (É evidente que elas dependem ao mesmo tempo de normas que lhe dão o sentido e que também decidem o que é essencial.) Mediante a conceituação construtiva, o passado é integrado às perspectivas nas quais desenvolve sua eficácia orientadora como história. Ou seja: é mais real, do que se existisse apenas como resquício e fosse expresso na linguagem das fontes.

Capítulo 2

Metodologia - as regras da pesquisa histórica

Inteligência sem método não é menos prejudicial à ciência do que o método sem inteligência.

E. Bernheim¹

“Método histórico” é um conceito equívoco.² Ele indica, de um lado, o conjunto de todas as regras de procedimento observadas pelo pensamento histórico, quando procede cientificamente. Trata-se da tessitura das diretrizes que conduzem o pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização, conferindo-lhe a dinâmica do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade.³ São as mesmas diretrizes da transformação do pensamento histórico em ciência, cientificação, cuja observância permite diferenciar, racionalizar e fundamentar reflexivamente a matriz disciplinar.⁴

O “método histórico” refere-se, de outro lado, em sentido estrito, a operações específicas de conhecimento conhecidas como “pesquisa histórica” e abrange suas regras básicas. É esse o conceito clássico de método histórico, desenvolvido pela ciência da história no processo de sua especialização e transformado em verdadeiro cânone doutrinal. O conhecimento dessas regras e sua competência para as empregar na prática definiram e definem o historiador como especialista. Esse conceito do método, em comparação com o

¹ E. Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode* (11), 5. ed., 6. ed., p. 103.

² Para a história de conceitos, cf. J. Rüsen / W. Schülze, *Historische Methode* (10).

³ Para detalhes cf. I, 100 ss.

⁴ Mais detalhes, ver p. 13 ss.

primeiro conceito, mais orientado para a teoria do conhecimento e da ciência, está muito mais perto da prática. Ele documenta a constituição especializada da ciência da história (refletida pela teoria da história) no seu todo. Nesse sentido mais estrito, mais perto da prática, ele recobre uma parte da matriz disciplinar. É nessa parte que são formulados os princípios seguidos pelo pensamento histórico, quando este concretiza materialmente suas perspectivas orientadoras do passado humano, ao transformá-lo em história para os fins de orientação no presente, mediante a investigação empírica.

São as regras da garantia de validade empírica das histórias, por meio da pesquisa histórica, que inserem o pensamento histórico no movimento do progresso cognitivo.

Também aqui estas regras devem (de acordo com a tradição da teoria da história desde Droysen) ser chamadas de “método histórico”. Por essa razão, escolhi como título do capítulo a tradicional “Metodologia”. Ao contrário da metodologia epistemológica, que reflete o conjunto de todos os princípios metodológicos da matriz disciplinar, aqui só se focaliza a técnica de pesquisa especializada ou, para ser mais exato, suas regras orientadoras. Ao contrário da tradição da teoria da história, todavia, hoje em dia essas regras não são mais definidas com tanta clareza que se possa falar, sem mais, de “o” método histórico.

A situação no campo da reflexão da teoria da história é bastante confusa (o que em última análise está documentado pelo fato de que teorias abrangentes da ciência da história nem abordam a questão do “método”).⁵ Na medida em que aumentaram, no desenvolvimento da especialidade, a diferenciação interna, o alcance e a especialização das técnicas de pesquisa, perdeu-se a consciência de sua unidade, somente dentro da qual faz sentido falar-se de “método histórico” em termos especializados. Quase já não existem investigações e apresentações dos contextos sistemáticos das inúmeras e múltiplas técnicas da pesquisa histórica, em contraste com as variadas exposições dessas técnicas pelos profissionais de cada

⁵ Assim também em Faber, *Theorie der Geschichtswissenschaft*, e em Schieder, *Geschichte als Wissenschaft* (ver item 4 da bibliografia de *Razão histórica*).

campo especializado.⁶ Tais exposições se somam para fornecer um panorama da prática atual de pesquisa. Não formam, contudo, um conhecimento de princípios transversais e abrangentes, que definam a pesquisa histórica como uma prática cognitiva própria. Se, por um lado, as apresentações da tecnologia da pesquisa histórica são demasiado sumárias, não revelando a floresta dessas pesquisas por detrás das árvores da especialização, por outro lado, as investigações gnosiológicas e epistemológicas acerca da metodologia da ciência da história são demasiado amplas.⁷ Embora estas perguntem pelos princípios regulativos transversais que constituem a história como ciência, não focalizam expressamente o sistema especial de regras que define “pesquisa” como campo próprio do conhecimento histórico.

Por esse motivo, gostaria agora de tentar primeiramente identificar esse sistema de regras, estratégico para a pesquisa histórica, sob o ângulo crítico da unidade do método histórico. Parto dos resultados de uma tecnologia de pesquisa altamente desenvolvida e especializada da ciência da história e vou tentar descobrir neles o que se pode considerar, transversalmente, como “histórico”.

Num segundo momento de minha argumentação, tenciono caracterizar este princípio metódico transversal da pesquisa histórica a partir de diversas operações, cuja unidade sistemática constitui “o” método histórico. Essa diferenciação se situa transversalmente em relação à que ocorre com o método histórico nas técnicas especializadas de pesquisa. Ela busca tornar visíveis as operações do pensamento histórico e as respectivas regras determinantes, que aparecem

⁶ Assim também em Le Goff / Nora (Ed.), *Faire de l'histoire* (13). Nota-se também a falta, no manual de estilo enciclopédico de Le Goff / Chartier / Revel (Ed.), *La nouvelle histoire* (13), de um verbete próprio para “método”.

⁷ Assim também em Schwemmer, *Theorie der rationalen Erklärung. Zu den methodischen Grundlagen der Kulturwissenschaften* (9). Esse conceito amplo de metodologia, que abstrai da regulação metódica da pesquisa histórica, é típico também da teoria da história marxista. Ver J. Rüsen / Z. Vasecek, *Geschichtswissenschaft zwischen ideologischer Funktionalisierung und fachlicher Eigenständigkeit. Zur Entwicklung der Historik in der DDR*. In: J. Spittmann-Ruehle et alii (Ed.), *Ideologie und gesellschaftliche Entwicklung in der DDR*. Köln, 1985, p. 143-157.

em todas as técnicas históricas de pesquisa. No fundo, o que este subcapítulo busca é apenas atualizar um saber tradicional da teoria da história e de sua diferença para com a heurística, a crítica e a interpretação como operações transversais da pesquisa histórica, uma vez que essa distinção se presta a reativar a consciência evanescente da unidade interna do método histórico (em sentido estrito).

No terceiro e último subcapítulo quero abordar e debater o problema fundamental que move a ciência da história em vista das regras determinantes da pesquisa histórica, desde que foi posto em dúvida o cânone clássico do método histórico: a relação entre os procedimentos hermenêuticos e analíticos de pesquisa. Com esse tema, os problemas da explicação histórica retornam ao nível em que não aparecem mais como assunto de um raciocínio metateórico sobre vários esquemas de explicação, mas como questões vivenciais da própria pesquisa concreta.

A unidade do método histórico

Pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano. A pesquisa se ocupa primariamente da realidade das experiências, nas quais o passado se manifesta perceptivelmente, ou seja: de "fontes". Essa metáfora exprime a referência fundamental da pesquisa histórica à experiência: do testemunho empírico atual do passado "fluem" para o historiador informações sobre o que foi o caso no passado, ao que se deve referir, se o saber histórico produzido por ele deve ser considerado empiricamente pertinente. A pesquisa é, por conseguinte, o processo no qual se obtém, dos dados das fontes, o conhecimento histórico controlável.

Por certo há o risco de se cair sob o encanto da metáfora das fontes (e da metafísica da história do século XIX a ela vinculada) se esse processo for entendido, unilateralmente, como se a história dele resultante tivesse sido apenas extraída das fontes, como se bastasse que a pesquisa deixasse transparecer as informações das

fontes – deixá-las "fluir" – para obter a história buscada ("colhida"). Obviamente as coisas são acontecem assim. O fluxo das informações e a produção do saber pela pesquisa são, por princípio, definidos pelas perspectivas determinantes da atribuição de sentido, com as quais o pesquisador vai às fontes. Suas perguntas pré-formulam as respostas das fontes. Suas perguntas já contêm possíveis respostas, embora apenas possíveis, não reais. A pesquisa é o passo metodicamente regulado, e por isso intersubjetivamente controlável, das respostas possíveis às reais. Ela apreende a informação das fontes à luz de perspectivas teóricas previamente elaboradas, e elabora a informação apreendida sob estas perspectivas, para que se realizem empiricamente em histórias com conteúdo efetivo.

A pesquisa é o trabalho de responder empiricamente às perguntas históricas. Ela transmuta o empírico e o teórico em histórias concretas. É evidente que isso não se deve tomar como se o pesquisador trabalhasse com teorias prévias definitivas e completas, fornecendo apenas sua confirmação empírica (embora essa distorção da pesquisa possa perfeitamente ocorrer sob pressão ideológica, sobretudo quando as teorias que orientam a pesquisa são fixadas politicamente, de fora da especialidade, e impostas dogmaticamente aos profissionais como pré-estruturas inamovíveis dos resultados de suas pesquisas). A elaboração de questionamentos produtivos e hipóteses complexas de trabalho pertencem à pesquisa, pois as premissas culturais dos critérios históricos de sentido, que se põem ao historiador a partir do contexto social do seu trabalho, ainda não representam, por si sós, perspectiva histórica alguma com a qual seja possível pesquisar. Elas precisam, primeiro, ser tornadas aptas a isso pelo esforço de teorização. O processo da pesquisa vai também além do mero procedimento de apreender as informações das fontes sob a égide de teorias. Ele continua até a conformação historiográfica dos resultados das pesquisas, porque é nela que, em última análise, se decide que interpretação lhe cabe em relação a outros resultados e como pode ser integrada no saber histórico disponível até então.

Na prática do conhecimento nunca se pode afirmar, com exatidão, quando começa e quando termina o processo da pesquisa, o

que lhe é precedente em termos de reflexão e o que lhe segue, vez que as diversas operações do pensamento histórico – distinguidas metateoricamente pela teoria da história – estão intimamente ligadas. Dessa maneira, quando uma determinada operação é efetivada, de certa maneira todas as demais (ou pelo menos algumas outras) tendem a realizar-se sucessivamente. Mesmo assim, é possível delimitar o campo das operações do conhecimento histórico, conhecido como “pesquisa”, sem perder de vista a fluidez com que o processo científico prático se dá. É determinante para essa delimitação o *critério da referência operacional à experiência*. Regra geral, a experiência histórica é temática em todos os processos de conhecimento da ciência da história. No caso da pesquisa histórica, todavia, isso se dá de modo particular. A saber: as informações são elaboradas e ponderadas em relação direta com o testemunho empírico do passado – o que, quando, onde, como e por que foi o caso. Isso acontece de forma operacional, isto é, na forma de uma regulação metódica, que garante duas coisas: de um lado, que as asserções em histórias, de que alguma coisa ocorreu de tal forma e não de qualquer outra, podem ser verificadas pelo testemunho empírico atual do passado. Pode-se falar do princípio da orientação controlável das fontes no processo cognitivo da história. Por outro lado, o sentido de pesquisa como relação operacional do processo cognitivo da história vai muito além. O processo cognitivo é referido metodicamente às fontes, de maneira tal que delas se obtêm constantemente novas informações, com o que se enriquece e aprofunda o conteúdo experiencial do conhecimento histórico. O processo cognitivo da história é integrado, mediante sua regulamentação metódica, no movimento do progresso do conhecimento.⁸

Esse movimento não deve ser visto como uma acumulação infindável de conhecimentos sobre o passado humano, que resultaria da apuração de um número sempre maior e mais recente de informações das fontes. Essa concepção é abstrata. Por mais que possa ser útil à liberdade do pesquisador e à ambição de querer constituir o caráter científico do conhecimento humano, ela ofusca o fato de

⁸ Cf. I, p. 115 ss.

que o progresso do conhecimento orientado pela pesquisa tem um objetivo definido. São as perspectivas teóricas sobre o passado humano que decidem o tipo de informação a ser extraído das fontes, e em que medida isso vai acontecer.

Está delimitado, pois, o problema da unidade do método histórico. O que permite, afinal, dada a multiplicidade dos construtos narrativos teóricos implícitos ou explícitos, falar de “o” método histórico? Não resta dúvida que os procedimentos, com os quais as informações são extraídas das fontes e elaboradas, modificam-se consideravelmente em função das conjecturas e questões com que o historiador aborda as fontes. Com efeito, à luz de determinada abordagem, pode ser considerada fonte alguma coisa que, com relação ao quadro de referências de uma outra pesquisa, ao mesmo tempo e sobre o mesmo tema, não o seja. A multiplicidade dos procedimentos metódicos, por meio dos quais podem ser obtidas de testemunhos empíricos informações controláveis quanto ao passado, não pode ser escamoteada e só assusta quem sustenta dogmaticamente um procedimento único em detrimento de todos os demais. Mantido o critério da objetividade por consenso, a multiplicidade dos procedimentos metódicos é indispensável, sem que tal acarrete, em última análise, um saber histórico heterogêneo e incompatível, mas sim possibilite a ampliação da perspectiva histórica, eficaz na orientação do agir.⁹

O critério da objetividade por consenso outorga à multiplicidade de procedimentos metódicos na pesquisa histórica seu caráter de racional, de constitutiva da ciência. Por outro lado, contudo, fornece um ponto de referência para construir a unidade “do” método histórico nessa multiplicidade e para evitar a consequência nefasta da anarquia metódica na pesquisa histórica. A história é constituída como ciência por meio do princípio metódico da metodização das referências normativas. Se este princípio, por um lado, libera o processo do conhecimento histórico da pluralidade de pontos de vista diferenciados que formam perspectivas, integra, por outro, essa pluralidade de perspectivas históricas, marcadas por pontos

⁹ Cf. I, p. 138 ss.

de vista determinados, na unidade do processo de ampliação de perspectivas em geral. Do ponto de vista especificamente científico, as perspectivas históricas tem origem na abordagem, orientada teoricamente, das experiências do passado. Essas abordagens estabelecem, por seu lado, o método com que tal experiência é apreendida. Se a multiplicidade de perspectivas concretas pode ser integrada na unidade de um processo geral de ampliação de perspectivas, que caracteriza a história como ciência, então é também possível integrar a pluralidade de processos metódicos na pesquisa histórica "no" método histórico. De que modo as regulações metódicas da pesquisa histórica correspondem à unidade do conhecimento histórico, embutido na princípio da ampliação das perspectivas?

Esta pergunta pode ser respondida de duas maneiras: formal e materialmente. Do ponto de vista *formal* deve-se investigar como a colocação do conhecimento histórico em perspectiva, que ocorre no plano teórico do processo cognitivo da história, atinge as regras de procedimento da pesquisa. Se o conhecimento histórico obedece, de forma especificamente científica, ao princípio da objetividade por consenso, ele inclui, por conseguinte, a pluralidade dos aspectos da vida contemporânea, criando assim um sem-número de perspectivas diferenciadas. Estas estão, contudo, relacionadas entre si de tal forma que a unidade do saber histórico não se perde nessa variedade, mas – inversamente – ganha com ela, ou seja, com a qualidade de um processo dinâmico de ampliação constante das perspectivas. Isso significa, para o plano da pesquisa empírica, nada mais do que a *sincronização do progresso cognitivo com a ampliação das perspectivas*.

Pela pesquisa, as perspectivas são aplicadas aos testemunhos empíricos do passado. Com elas, os dados empíricos das fontes são apreendidos de forma tal que o *status* dessas perspectivas sofre uma mudança qualitativa: de uma conjectura questionadora resulta um saber empírico material (sempre passível e capaz de aperfeiçoamento). Formalmente, a unidade do método histórico consiste na coesão interna das regras de procedimento, que garantem a dinâmica dessa mudança. A inserção do conteúdo material das fontes nas perspectivas determinantes do passado está regulada na forma de um processo com

tendência a ser constante, no qual o conteúdo experiencial de teorias históricas aumenta de modo contínuo, de maneira que o espaço de sua concretização e diferenciação narrativa se amplia de forma permanente.

Tudo isso pressupõe, obviamente, a abertura de perspectivas orientadoras à experiência. *Materialmente*, pois, a unidade do método histórico depende do enquadramento teórico da pesquisa histórica, que abrange o domínio da experiência histórica como um todo. Na realidade, não existe pesquisa empírica que abranja tudo, porque o todo não se apresenta como estado de coisas empírico, nem mesmo pode ser pensado como tal.¹⁰ Não obstante, as abordagens teóricas (implícitas ou explícitas) dos dados empíricos do passado humano (com as quais se regula metodicamente a pesquisa histórica) dependem também de decisões teóricas prévias acerca do que seja o caráter especificamente histórico do passado humano. Os quadros de referência que emolduram a interpretação histórica do passado humano na forma de uma antropologia histórica teórica constituem o conteúdo material da unidade do método histórico. A multiplicidade das experiências reais do passado humano é integrada, por meio da abordagem teórica do todo das experiências possíveis do passado, na unidade de uma estrutura categorial. Somente esta estrutura torna as experiências do passado apreensíveis e interpretáveis como históricas. De sua unidade consistente decorre a unidade de uma regra abrangente, que media de forma consistente a multiplicidade das várias técnicas de pesquisa. (Seria talvez melhor falar da unidade de uma regulação abrangente.)

O progresso do conhecimento não se mede apenas formalmente, pelo alcance de sua sincronização com o princípio metódico da ampliação das perspectivas, mas também materialmente, por sua correspondência aos critérios dominantes de sentido da interpretação histórica. São esses critérios de sentido que decidem, em última análise, como os dados das fontes são organizados como conteúdos de histórias. Para tanto, é determinante a identidade respectiva dos destinatários (potenciais), a quem são dirigidas as histórias

¹⁰ Cf. acima p. 56 ss.

cujos conteúdos são garantidos pela pesquisa. Materialmente, pois, a unidade do método histórico, na multiplicidade dos vários procedimentos de pesquisa, é assegurada porque *o progresso do conhecimento é dirigido para o movimento de reforço de identidade*. É por causa desse reforço que a pesquisa é posta em ação.

Com isso, nem a multiplicidade de métodos da pesquisa histórica é materialmente restringida, nem o progresso do conhecimento histórico é limitado por sua sincronização com a ampliação das perspectivas. A multiplicidade dos métodos é apenas ordenada, integrada em uma unidade, na qual o processo de pesquisa corresponde metodologicamente à unidade do conhecimento do passado humano, que qualifica esse conhecimento como histórico.

Como fica então essa unidade formal e material do método histórico?

Em primeiro lugar, quero responder a essa pergunta apresentando o esboço da regulação própria à pesquisa histórica, ao obter e apreender informações das fontes. Trata-se, portanto, de uma possibilidade de regulação que abrange a multiplicidade das várias técnicas de pesquisa e integra as unidades em um processo de conhecimento orientado. Deve-se, assim, descrevê-lo mais como o fato de que a obtenção e a apreensão de informações das fontes são passíveis de controle intersubjetivo. Dessa forma, as informações obtidas pela pesquisa são “objetivas” no sentido de “serem apoiadas em experiências controláveis”. O método histórico deve ser então mais bem descrito como o fato de que essa obtenção e apreensão são reguladas pelo aumento constante das informações.

Ambos os fatos são abstratos. Com eles ainda não fica claro o “como”, por meio do qual a pesquisa histórica segue os princípios da ampliação de perspectivas e do reforço de identidade. Esse “como” consiste na organização regulada do processo de pesquisa. Com essa organização, as perspectivas teóricas relativas ao passado humano abrem-se para o fluxo permanente dos fatos, originalmente obtidos das fontes na qualidade de informações. É essa organização que permite trabalhar e analisar esse fluxo permanente de informações de maneira tal que preencha, narrativamente, a abordagem teórica. A teoria e a empiria do saber histórico mediam-se, portanto, pela

pesquisa regulada. A fim de poder circunscrever o caráter regulado da pesquisa histórica, que permite falar “do” método histórico, a pesquisa deve ser tratada como um processo uniforme do conhecimento histórico. Para tanto, importa distinguir o processo do conhecimento histórico em fases, e identificar a pesquisa como uma dessas fases.

O conhecimento histórico pode ser definido como processo, ao se entender as histórias como respostas a perguntas e ao se analisar o procedimento regulado, que leva da pergunta à resposta. De início é possível diferenciar, de modo puramente esquemático, três fases principais desse procedimento. Na primeira, que se poderia chamar de *formulação da pergunta histórica*, carências de orientação no tempo são enunciadas como perguntas históricas. Na segunda fase, trata-se de dirigir essas perguntas às fontes, e obter destas as informações necessárias para respondê-las. A terceira e última fase consiste então em formular as informações obtidas das fontes como respostas às perguntas postas. Poder-se-ia falar aqui da fase de *formulação da resposta histórica*.

A partir dessa distinção genérica é possível definir melhor a pesquisa como a fase do processo de conhecimento histórico que parte de uma pergunta histórica posta e chega à formação da resposta histórica. Encontra-se essa fase no trabalho prático do historiador. Ela se situa entre a formulação da hipótese de trabalho, que dá a partida à pesquisa propriamente dita, e leva até a formulação das modificações que a hipótese de trabalho sofre ao passar pelas fontes.

Determinante para a pesquisa, como fase do processo do conhecimento histórico, é o princípio metódico do processo da relação à experiência, que insere o saber histórico no movimento do progresso cognitivo. O sistema de regras “do” método histórico pode ser focalizado com a pergunta sobre como esse movimento do progresso do conhecimento é posto e mantido em andamento.

Ele é disparado pelos impulsos de questionamento que surgem no contexto social do pensamento histórico. Sua dinâmica especificamente científica, contudo, só se instala por meio de regulações metódicas. São essas que operam a abertura da referência às fontes, da constituição narrativa de sentido, ao aumento constante da experiência do conhecimento.

Experiências, obviamente, já estão inseridas nas perspectivas teóricas (implícitas ou explícitas) com as quais o pesquisador, ao voltar-se para o passado, aborda as fontes (aliás, é o uso dessas perspectivas que constitui as fontes como tais). Só que essas experiências, que fundamentam a plausibilidade empírica dos temas da pesquisa enunciados teoricamente, não desempenham um papel decisivo. Nos construtos teóricos, elas são generalizadas como campos de experiência (por meio das teorias os fatos se transformam em facticidade), que incluem experiências novas, mediante as quais se obtêm e esclarecem novos fatos.

O primeiro passo metódico nessa direção é a *heurística*. A pesquisa regulada é ativada quando as perspectivas dos construtos teóricos do conhecimento histórico tomam a forma de questionamentos claros e firmes. Esses questionamentos transformam o excesso de teoria dos modelos de interpretação histórica, pela absorção da experiência histórica estudada, em recurso para produzir uma nova experiência. A pesquisa histórica é ativada heurísticamente por meio da seguinte regra metódica: abrir sistematicamente os construtos narrativos do conhecimento histórico a novos conteúdos da experiência. Assim, o saber teórico transforma-se em questões abertas à experiência.

Como é sabido, um tolo pode fazer um número de perguntas maior do que seria possível responder de mil maneiras. Assim a metodização heurística do questionamento histórico, o primeiro passo do progresso do conhecimento que resulta da pesquisa, leva necessariamente ao segundo, que regula a maneira de responder para que não se transforme na tolice heurística de um excesso de perguntas irrespondíveis. Trata-se do passo heurístico que corresponde à estimativa, metodicamente regulada, do que as fontes podem dizer.

Em seguida a essa etapa da coletânea e organização das experiências inventariadas, que dão sentido aos questionamentos (e que, portanto, já surtem efeito sobre a operação do questionamento histórico), vem – por via de consequência – o pacote de operações metódicas, no qual são sistematicamente obtidos os conteúdos informativos e factuais das fontes: a *crítica histórica*. Essa crítica foi considerada durante muito tempo a única, decisiva operação da

pesquisa histórica, e ainda hoje o é por não poucos historiadores. De fato, ela contribui indiscutivelmente para o enriquecimento do saber histórico com o conteúdo de fatos do passado até então desconhecidos. Ela leva ao crescimento do conteúdo experiencial do saber histórico, desempenho cuja obtenção a ciência da história atribui a seu caráter científico.

Essa operação metódica, de extrair sistematicamente novas informações das fontes, só se torna propriamente histórica quando vai além da crítica e passa à *interpretação*. Por que isso? Em primeiro lugar, porque os fatos obtidos pela crítica das fontes são enquadrados, de modo metodicamente regulado, em construtos narrativos teóricos. Esses construtos estão dotados, pela heurística, da qualidade de poder promover questionamentos agudos e profundos. São eles que se constituem em perspectivas históricas para o enquadramento dos fatos em seu contexto (narrativo). Assim, em segundo lugar, é nesse contexto que os fatos se tornam históricos – caráter que não possuem como meros fatos ou informações das fontes. A relação com a experiência, transformada em fato histórico por aplicação de seus construtos narrativos, acaba por ter um efeito sobre as perspectivas teóricas que a orientaram (cuja abertura à experiência já estava garantida pela heurística), que se tornam, por sua vez, esboços de respostas históricas, construtos de histórias plenas de conteúdo empírico.

Com essa operação metódica – na qual os fatos obtidos pela crítica das fontes são remetidos pela interpretação às teorias históricas que lhes emprestam sentido e significado – completa-se o processo da pesquisa, ao tempo em que supera, passando à elaboração cognitiva da apresentação histórica. O saber histórico obtido aqui mediante pesquisa é remetido à questão originária, que precede a pesquisa e a insere no movimento dinâmico do progresso do conhecimento. Só então o saber histórico obtido mediante pesquisa pode ser recebido como história e fazer valer sua eficácia orientadora na comunicação cultural da vida prática, em nome do que o esforço de produzir um pensamento histórico especificamente científico é empreendido.

Com isso, estaria esboçado o caráter regulador do processo da pesquisa histórica, que constitui a unidade do método histórico. Em outras palavras: *o método histórico regula operacionalmente o processo de*

pesquisa no contexto sistemático da heurística, da crítica e da interpretação. Todas as técnicas da pesquisa histórica estão integradas nesse contexto metódico e possuem nele funções próprias.

Essa unidade do método histórico no contexto sistemático de heurística, de crítica e de interpretação é, no entanto, meramente *operativa e procedimental*. Ela define a pesquisa como uma seqüência de procedimentos, mas não o tipo de procedimento empregado nos processos de pesquisa metodicamente regulados. Esse aspecto, que se refere à abordagem da experiência pela pesquisa, é transversal a todos os procedimentos operacionais que levam, passo a passo e por via de consequência, da questão histórica à resposta do produto da pesquisa. Esse aspecto poderia ser chamado de *operacional-substantivo*. Ele se refere às regras de procedimento que decidem: (a) heurísticamente, sobre que dados empíricos do passado passam a ser fontes; (b) criticamente, sobre o tipo de dados a serem buscados; (c) interpretativamente, sobre o modo de interligar os dados em contextos históricos de fatos. Trata-se aqui de saber como os aspectos materiais do progresso do conhecimento são regulados metodicamente, que direção o aumento do conhecimento toma pela pesquisa, e como essa direção determina o procedimento metódico da pesquisa.

O que a pesquisa apreende como experiência histórica, e é por ela inserido na dinâmica do progresso do conhecimento, depende da abordagem teórica da experiência do passado humano. O que o pesquisador aborda e obtém das fontes, como conteúdo específico do movimento histórico nas mudanças temporais do homem e de seu mundo, não é uma questão de método, mas sim de teoria. As premissas teóricas, que delimitam a "história" como experiência própria do conhecimento histórico no âmbito dos "feitos" do homem no passado, têm todavia consequências metodológicas. Elas definem tipos de procedimento metódico no contexto processual de heurística, crítica e interpretação. Também aqui se coloca, à vista da multiplicidade de tais tipos, a questão quanto à unidade (substantiva) do método histórico.

A resposta a essa questão está nas consequências metodológicas que podem ser tiradas da antropologia histórica teórica,¹¹ para

¹¹ Cf. p. 61 ss.

a pesquisa histórica. Essa antropologia diferencia, sincrônica e diacronicamente, entre campos e fatores dos processos históricos e os media na unidade de uma representação de continuidade, que pode atuar como formadora de identidade. Metodologicamente, corresponde a essa diferenciação a multiplicidade das técnicas de pesquisa, resultado da especialização da pesquisa histórica. Seu contexto sistemático, que constitui a unidade "do" método histórico, forma a base dos procedimentos regulados metodicamente, mediante os quais os dados relativos aos fatos, obtidos pela pesquisa, são diferenciados e organizados, consistentemente, numa representação homogênea de continuidade.

Isso não é nada mais nada menos do que o procedimento metódico pelo qual os dados das fontes são postos em perspectiva histórica ou (para empregar a metáfora enganosa, mas muito utilizada) estruturados em um "quadro" passível de controle.

Uma tal representação de continuidade só é plausível se pode atuar como formadora de identidade no processo interativo da socialização humana. Como a identidade é um fenômeno da *autocompreensão* humana, decorre da função integradora dessa representação de continuidade, fundamental para o conhecimento histórico, que "o" método histórico deve corresponder, sob o ponto de vista operacional-substantivo, àquela constelação de experiências temporais, na qual o problema da identidade histórica se põe na vida prática.

Essa experiência temporal possui três dimensões: (a) a do tempo do homem, (b) a do tempo da natureza e (c) a da mediação de ambas como tempo histórico propriamente dito.¹² O tempo humano é experimentado sempre que as mudanças do homem e de seu mundo podem ser tornadas inteligíveis por meio de intenções, com as quais essas mudanças são produzidas (ativa ou passivamente). O tempo da natureza é experimentado sempre que as mudanças temporais do homem e de seu mundo dependem de circunstâncias e condições externas ao agir humano, não explicáveis como decorrências de intenções. As duas experiências são mediadas, como experiências temporais propriamente históricas, quando os fatores

¹² Para a diferenciação dessas qualidades temporais, ver *Razão histórica* (I) p. 57 ss.

condicionantes internos e externos do comportamento da evolução do homem e de seu mundo são integrados num conjunto de processos que permita a orientação, com sentido, das ações humanas.

Essa pluridimensionalidade da referência à experiência nos processos cognitivos da constituição narrativa de sentido tem consequências metodológicas. Simplificando esquematicamente, pode-se conceber a pesquisa histórica regulada, operacional e substantivamente, de três maneiras: hermenêutica, analítica e dialeticamente.

- a) *Hermenêuticamente*, a pesquisa reconstrói processos temporais do passado de acordo com perspectivas de sentido coerentes com as intenções dos atores (agentes ou pacientes) desses processos. A história é assim extraída das fontes como um processo, que se dá em meio a uma interação que lhe determina o sentido e cuja direção temporal resulta das intenções divergentes dos atores. A representação de continuidade, determinante para a constituição narrativa de sentido, é obtida mediante a pesquisa dos fatos culturais, nos quais as mudanças temporais do passado se cristalizam na linguagem dos atores e de seus interlocutores.
- b) *Analiticamente*, a pesquisa reconstrói processos temporais do passado de acordo com as perspectivas dos contextos de causalidade, que decorrem das condições estruturais sob as quais os sujeitos ao agir e sofrer (co-)produzem tais processos. A história é assim extraída das fontes como um processo, que se dá em meio a contextos estruturais das condições do agir (e imposições de sofrimento), cuja direção resulta, independentemente das intenções dos agentes, das imposições sistêmicas de determinantes do agir. A representação de continuidade determinante é obtida dos fatos que revelam as circunstâncias do agir ainda não elaboradas e transformadas em intenções do agente.
- c) *Dialeticamente*, por fim, a pesquisa media as perspectivas da reconstrução hermenêutica e analítica dos processos temporais, organizando-as em conjuntos complexos, nos quais a direção dos

processos históricos resulta de uma relação de mútua influência entre intenções e condições estruturais do agir humano. Essa mediação estrutura, pois, a multiplicidade das várias abordagens metódicas das fontes na unidade “do” método histórico. Essa estruturação integra, então, substantivamente, os diferentes campos da experiência na unidade de uma história constitutiva de identidade.

A mediação de procedimentos hermenêuticos, analíticos e dialéticos produz a unidade do método histórico na multiplicidade das técnicas de pesquisa histórica, com as quais as diversas áreas da experiência histórica podem ser integradas. Com essa unidade na multiplicidade, o método histórico corresponde, com sua orientação operacional-substantiva, ao modo como a experiência temporal age e é elaborada no processo da constituição histórica da identidade.

Toda constituição humana de identidade se dá em horizontes de autocompreensão e de auto-entendimento (no processo de interação com os outros e consigo próprio). Esses horizontes são apreendidos, originalmente, de modo hermenêutico e são sempre realizados, a cada vez, pelo processo mental da compreensão. Nesses horizontes atuam as irritações de uma experiência temporal (da natureza), em que se vivencia que os processos temporais da vida prática não correspondem às intenções dos sujeitos. Essas irritações são tratadas analiticamente e em seguida referidas “dialeticamente” ao auto-entendimento hermenêutico. Com isso, podem ser interpretadas de forma que o *eu* ou o *nós*, que põem em cheque e cuja identidade está em jogo, possam afirmar-se nelas e delas emergir.

Na sua dimensão operacional-substantiva, o método histórico transpõe para formas especificamente científicas as regras, segundo as quais as experiências temporais são elaboradas no mundo concreto, em processos históricos de constituição de identidade. Nessas formas, a constituição da identidade é remetida exatamente àquele modo de experiência do pensamento histórico que ele adquire pela pesquisa. Os procedimentos da constituição histórica de identidade são assim enriquecidos, formal e materialmente, com a dinâmica de pesquisa da ciência da história. Formalmente, ganham um constante

acréscimo informativo mediante a dinâmica processual da obtenção e do tratamento da experiência pela pesquisa, que garante a conjunção regulada da heurística, da análise e da dialética. Materialmente, obtém um saber histórico coerente a partir do acréscimo informativo, mediante a diferenciação e a integração dos diversos campos históricos da experiência. Coerência quer dizer, aqui, que a conjunção interna do saber histórico obtido por meio da pesquisa é constituída por sua remissão às carências cognitivas do auto-entendimento do homem.

As operações processuais

Heurística

Heurística é a operação metódica da pesquisa, que relaciona questões históricas, intersubjetivas controláveis, a testemunhos empíricos do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes.

Com essa operação são reguladas metodicamente as hipóteses de sentido (teoricamente explicáveis) do pensamento histórico, que abrem o acesso às informações das fontes. Antes de começar a verdadeiro trabalho de pesquisa das fontes, é necessário aguçar o olhar histórico em relação ao passado presente empiricamente nas fontes, para que se possa extrair o máximo de asserções do conteúdo informativo das fontes. Poder-se-ia falar aqui do caráter propedêutico ou iniciador à pesquisa da operação de formular hipóteses. Perspectivas determinantes do passado humano são enunciadas como questionamentos empiricamente proveitosos.

A metódica tradicional antes subestimou esse passo da pesquisa, o efeito instigador do questionamento histórico. Ela só considerava a pesquisa regulada quando as fontes já tivessem sido reunidas. Assim, dedicou-se, na maioria dos casos, por produzir catalogações complexas de todo o material experimental que pudesse fornecer ao historiador informações comprováveis sobre o que foi ou não o caso

no passado.¹³ É preciso ressaltar, ao revés, que o questionamento que qualifica fontes já obedece a regulação metódica que viabiliza sua fecundidade heurística. Uma hipótese histórica é heurísticamente fecunda se corresponder às carências de orientação das quais, em última análise, se originou. Ela não deve ser tão calcada sobre o conhecimento histórico prévio, constituído pelos resultados da pesquisa até o momento, que lhe seja impossível superá-lo qualitativamente; pelo contrário: deve desbravar novos campos da experiência do saber histórico. Residem aqui tanto os riscos heurísticos para os pesquisadores profissionais – sobretudo para as comunidades institucionalizadas de pesquisa – quanto a fecundidade das questões ingênuas dos leigos e dos diletantes, que não raro estão na origem de novos caminhos da pesquisa. Situa-se aqui também, naturalmente, a fecundidade das questões que os especialistas põem aos demais campos de pesquisa, fora de sua especialidade.

Ao mesmo tempo, encontram-se aqui problemas heurísticos na utilização de teorias na pesquisa histórica. As teorias captam, basicamente, a experiência histórica subjacente às fontes.¹⁴ No entanto, ao direcionar o olhar para as fontes, as teorias também o fixam nelas e, com isso, o limitam. Exige-se, pois, heurísticamente, que as ordenações teóricas do saber histórico, a partir do qual a pesquisa deve obter um novo saber, devam ser questionáveis e, por conseguinte, modificáveis. No entanto, como é possível que a pergunta histórica supere o direcionamento e a limitação do olhar histórico que as perspectivas teóricas impõem? A operação heurística necessária para tanto poderia ser chamada de “anarquização” da experiência histórica. A estruturação ordenada, a apreensão e a apropriação da experiência histórica mediante os construtos teóricos da narrativa histórica são colocados entre parênteses. O que não tiver sido enquadrado por essa ordenação, o diferente, o estranho, o surpreendente fascina, alienando o olhar histórico de novas experiências. Isso

¹³ As metodologias de Droysen e Bernheim tratam as regras da inquirição histórica ainda na heurística. Mais tarde, por exemplo, no “Lehrbuch der historischen Methodik”, de A. Feder (10), essa questão já não aparece mais, mas sim apenas um esquema para a classificação das fontes.

¹⁴ Cf. p. 94, nota 68.

não quer dizer, contudo, que se deva abandonar a racionalidade da utilização metódica das teorias em benefício da produtividade heurística de questões isentas de teoria. Pelo contrário! A domesticação cognitiva da experiência histórica pelo saber teórico deve ser compensada metodicamente (isto é, heurísticamente) para que novos campos da experiência possam ser abertos e, em seguida (por meio da crítica e da interpretação), apropriados cognitivamente mediante a aplicação das teorias que os apreendem e interpretam. O olhar histórico assim renovado não se deve perder na selva das experiências temporais não compreendidas (e talvez por isso tão tentadoras), mas sim aguçar-se, isto é, tornar-se apto ao conhecimento mediante que tem concepções teóricas modificadas ou mesmo novas.

Tornar as perguntas históricas heurísticamente produtivas significa, portanto, dirigir o olhar histórico questionador para novas áreas de experiências do passado, superar sua limitação aos campos de experiência já apreendidos e libertá-lo pela sensibilidade às carências atuais de orientação e pelo fascínio por tudo o que é historicamente estranho. Por outro lado, a pergunta histórica não deve passar ao largo do acervo do conhecimento e da pesquisa nem ignorar o saber histórico acumulado por capacidade teórica bem-sucedida, pelo mero pretexto de conservar a intensidade questionadora de suas perguntas de caráter ingênuo ou "anárquico". Uma pergunta histórica é relevante para a pesquisa apenas na medida em que pode ser trabalhada de forma crítica a partir do acervo acumulado da pesquisa e das concepções teóricas nelas presentes, e enquanto justamente vá além dessa acumulação.

Desses pontos de vista resultam as regras de procedimento relativas à elaboração heurística de um questionamento fecundo. Eles preceituam uma reflexão, ordenada teoricamente, sobre as carências de orientação pressupostas pelas perguntas históricas, uma sensibilidade a experiências que ultrapassem as teorias, uma análise crítica do conhecimento acumulado e uma explicação das conjecturas em forma de hipóteses empiricamente controláveis e modificáveis. A operação heurística de conjecturar é dirigida pelo *princípio metódico da plausibilidade explicativa*. De acordo com esse princípio, a fecundidade heurística das questões que orientam

a pesquisa é controlável intersubjetivamente de duas maneiras: (a) com relação a seu ponto de partida nas carências de orientação no conhecimento acerca de que problemas de orientação especificamente históricos ou historicamente relevantes ocorrem no contexto social da pesquisa, e (b) com relação a seu direcionamento à experiência histórica já acumulada na pesquisa e no saber de outras ciências conexas ou afins.

São *ciências auxiliares* associadas a esse primeiro controle metódico da fecundidade heurística todas as ciências humanas que explicitam e investigam problemas de orientação da vida prática atual.

O segundo passo do processo, regulado metodicamente, de se aproximar do conteúdo informativo das fontes com perguntas e conjecturas produtivas, consiste em coletar, examinar, classificar e avaliar sistematicamente as fontes relevantes para responder à pergunta histórica posta. A decisão quanto à relevância de uma fonte para a pesquisa das informações sobre o passado humano depende das perguntas históricas postas. Por essa razão não faz muito sentido, no âmbito de uma metódica, tentar fazer lista tão exaustiva e pormenorizada quanto possível de todas as fontes possíveis. As teorias da história que assim procedem, infelizmente não deixam de ser tributárias a uma determinada concepção da análise histórica (além da qual podem existir outras e, com efeito, existem), sem conferir-lhes importância decisiva como requisito da heurística.

Passa-se diferentemente, todavia, com a distinção feita por Droysen entre tradição e resíduo.¹⁵ Ela diz respeito à pergunta sobre se e como uma fonte pode ser qualificada heurísticamente mediante o que tem a oferecer ao pesquisador em termos de conteúdo informativo especificamente *histórico*. Afinal, trata-se de uma questão heurística fundamental, saber se e como a história a ser extraída das fontes por meio da pesquisa já não se encontrava inscrita ou pré-escrita (melhor: pré-narradas) nelas.

Como nem todo dado do passado vale como conteúdo informativo especificamente histórico, põe-se a pergunta se não é possível formular um critério heurístico para a qualidade histórica, para o

¹⁵ Droysen, *Historik*, ed. Leyh (4), p. 71 ss.

conteúdo de sentido (potencial) das informações das fontes. A resposta a essa pergunta é importante não só para a heurística, porque implica uma decisão prévia sobre as demais operações processuais do método histórico (crítica e interpretação) de grande alcance. Trata-se do que deve ser apreendido, pela crítica das fontes, como fato especificamente histórico e do que deve ser estabelecido, interpretativamente, como contexto histórico de fatos. Em última análise, esse critério heurístico depende de pressupostos categoriais, ou seja, daquilo que é considerado como história, nas mudanças temporais do homem e de seu mundo.

Heuristicamente, esse pressuposto fica manifesto na chamada diferenciação entre tradição e resíduo como qualificadores das fontes. “Tradição” é uma manifestação empírica do passado humano, na qual este é expresso com sentido e significado; vale dizer: o contexto especificamente histórico de sentido e significado do passado está manifesto em sua própria facticidade. As fontes com qualidade de tradição são caracterizadas por apresentarem suas informações sobre o passado como construtos de sentido tais como constituídos pelo pensamento histórico. Naturalmente, o melhor exemplo disso é a historiografia de um tempo passado. Esse tempo se manifesta nela, para ser lembrado historicamente, na forma mesma do pensamento histórico. O passado se oferece à história, na tradição, já como história. Possuem qualidade heurística semelhante todos os monumentos, que carregam em si vestígios da intenção de lembrarem aquilo que manifestam. Resíduos são, ao invés, manifestações empíricas que não comportam tais vestígios e que, sem o tencionarem, sem estar dotados da qualidade própria aos construtos de sentido, testemunham que algo foi o caso, mas não que tenha sido dessa ou daquela forma ou como deva ser considerado historicamente.

A distinção entre tradição e resíduo diz respeito ao significado heurístico, que o fator intencional da vida humana prática possui como momento constitutivo do pensamento histórico e da experiência histórica.¹⁶ Na regulação metódica da pesquisa, esse significado

se nucleia quando o método histórico operacional-substantivo é diferenciado e sistematizado. Processualmente, vale para a heurística – independentemente da posição relativa da tradição e dos resíduos na reconstrução do passado – o princípio metódico, que as perspectivas questionadoras e conjecturais quanto ao passado devem referir-se às manifestações atuais do passado, de modo que estas possam ser empiricamente concretizadas, modificadas e controladas.

Também para isso a pesquisa histórica se serve de uma série de *disciplinas auxiliares*, a saber, todas aquelas que se ocupam de documentação e preparação de materiais, que podem ser interessantes para os historiadores (o que abrange os mais amplos e diversos tipos de estados de coisas que carreguem vestígios do passado).

Crítica

A crítica das fontes é a operação metódica que extrai, intersubjetivamente e controlavelmente, informações das manifestações do passado humano acerca do que foi o caso. O conteúdo dessas informações são *fatos* ou *dados*: algo foi o caso em determinado lugar e em determinado tempo (ou não).

Com a crítica das fontes a pesquisa histórica pisa no chão seguro da facticidade do conhecimento histórico. Mesmo se ela não leva sempre a constatações inequívocas (o que acontece tanto mais raramente quanto mais remotos forem os tempos) do que, quando, onde e por que o caso foi, pelo menos estabelece o que se sabe ou o que se ignora da facticidade de estados de coisas históricos, com base no material obtido das fontes heurísticamente. A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica (no sentido de “objetividade de fundamentação”).¹⁷ Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente. É com essa garantia de princípio (metódica) da pretensão de validade que o conhecimento histórico científico se diferencia do não-científico, relativamente a

¹⁶ Cf. I, p. 77 ss.

¹⁷ Cf. esp. I, p. 138.

seu conteúdo factual (ou, como também se poderia dizer, à sua base de dados).

No *páthos* dessa pretensão de objetividade tende-se naturalmente a ver na crítica das fontes a forma metódica da pesquisa histórica, que decide sobre o caráter científico da ciência da história, já que é essa operação que leva ao conhecimento seguro daquilo que foi ou não o caso no passado. Essa avaliação da crítica das fontes acontece quase inevitavelmente quando o historiador parte do pressuposto ingênuo (compreensível, porém, na rotina da pesquisa) de que as fontes, com suas informações sobre o passado, com seus “fatos” e “dados”, dão respostas suficientes às perguntas históricas postas. Isso, obviamente, não é o caso, pois as fontes ainda não apresentam seus fatos nas meras correlações empíricas ou no significado normativo, no qual são conhecidos (narrativamente) como história. A história, como estado de coisas do passado humano a ser conhecido historicamente, não está coisificada na base de dados das informações das fontes, de tal forma que já estaria narrada nas fontes e que, assim narrada, só poderia ser conhecida pela crítica das fontes. A crítica das fontes, nessa auto-satisfação enganadora da pesquisa histórica, seria o procedimento no qual a manifestação empírica do passado humano seria depurada das dissimulações, distorções e transposições que ofuscam o olhar sobre o que aconteceu realmente no passado como história. Nessa concepção, o caráter construtivo do conhecimento histórico é negligenciado e, com ele, o fato bem singelo de que as perguntas históricas se orientam por contextos temporais em constelações de sentido e significado, que – como tais – não se podem manifestar nas fontes. Isso porque as fontes documentam estágios sucessivos de um processo temporal, cujo perfil especificamente histórico só se estabelece “posteriormente”, não podendo, assim, manifestar-se suficientemente nelas, visto que elas fixam empiricamente algo “anterior”. As fontes são, no entanto, a estrada real empírica para se chegar ao cerne do pensamento histórico, do qual o historiador retorna mais sábio do que as fontes podem torná-lo. Esse ganho de eficiência do pensamento histórico, para além da mera crítica das fontes como meio de extrair informações dos fatos do passado, dá-se na interpretação.

Por isso tampouco está correto dizer que a crítica das fontes produziria um conhecimento seguro dos fatos históricos; ela responde (suficientemente) pela objetividade histórica. O especificamente “histórico” de um fato e, com isso, da objetividade científica, tal como se produz pela referência das proposições históricas à experiência, regulada metodicamente e intersubjetivamente controlável, não é o objeto da crítica das fontes. O caráter histórico de um fato não é objetivamente estabelecido pela crítica das fontes, pois ele só se dá em conjunto com uma constelação de outros fatos, que não é documentável pelas fontes como o é sua facticidade. Esse caráter, por assim dizer, subjaz à facticidade em cujo nível a pesquisa opera a crítica das fontes. Consequentemente, a objetividade do conhecimento histórico, alicerçada pela crítica das fontes, (ainda) não é “histórica”, a dimensão de sentido e significado constituinte da história histórico-constitutivo (ainda) lhe é extrínseca.

Isso não quer dizer, no entanto, que a operação de pesquisa crítica das fontes, própria à qualificação especificamente histórica do conhecimento do passado, seja meramente extrínseca. Pelo contrário, advém dela a função de ser uma instância de controle indispensável do conteúdo factual de toda proposição histórica. Na atividade de constituição do sentido da consciência histórica, a pesquisa tem uma função recursal, por sua vez constitutiva de seu caráter científico, sempre que a plausibilidade de uma história dependa de se sustentar ou não em função da correção dos fatos que relata. Ela julga o sentido de uma história com o “direito de veto das fontes”,¹⁸ que codifica o pensamento histórico com sua transformação em ciência. Esse juízo é inapelável, pois nenhuma história pode se manter cientificamente se seu conteúdo factual é duvidoso.

Como a pesquisa exerce esse direito ao veto? Ela filtra, das manifestações (resíduos) do passado obtidas empiricamente, as informações que podem ser consideradas “corretas” – no sentido de empiricamente garantidas. Ela distingue entre informações das fontes corretas ou incorretas, ou melhor: mais ou menos corretas e

¹⁸ R. Koselleck, Standortbindung und Zeitlichkeit. Ein Beitrag zur historiographischen Erschließung der geschichtlichen Welt. In: Koselleck et alii (Ed.), *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft* (3), p. 45 s.

mais ou menos incorretas; o critério decisivo aqui pode ser chamado de *princípio metódico da plausibilidade informativa (ou factual)*. Com ele as fontes são testadas quanto a sua fiabilidade externa (proximidade com o estado de coisas histórico estudado) e quanto a sua coerência interna. É com ele que se estabelece, então, o conteúdo informativo (ou factual) da pesquisa, de acordo com o padrão geralmente utilizado para dizer que algo se deu “de fato”, tanto por comparação com o conhecimento empírico acumulado acerca do estado de coisas estudado quanto com relação a seu valor empírico, à medida de sua correção.

A última instância de controle da plausibilidade informativa ou factual, de um dado das fontes é a concepção da realidade que o historiador elabora a partir de seu mundo concreto. Ele sempre a traz consigo ao testar as informações das fontes quanto a se e a como elas o informam do que “de fato” aconteceu. Para esse controle tem de estar bem claro, desde o início, o que pode realmente ser de fato, o que pode ser histórico. Essa decisão prévia depende, por sua vez, do critério de facticidade, que decide o que é empiricamente possível. Esse critério é dado ao pesquisador com toda naturalidade (sem nenhum escrúpulo gnosiológico, pois). Essa naturalidade não é metodologicamente problemática, quando as fontes tratadas forem resíduos, vestígios que foram deixados inadvertidamente, manifestando algo que só pode ser abordado unilateralmente pelo historiador. Com fontes que manifestam expressamente a facticidade de algo, acontece diferentemente. Sua manifestação pode corresponder a uma compreensão de facticidade que difira da atual (por exemplo, com respeito a todos os relatos de interferências ou ações sobrenaturais e divinas). Pelo método, a fonte é transformada em resíduo, sua linguagem é silenciada artificialmente para se conseguir extrair dela informações que ela própria não pode formular. O historiador toma para si, pois, com toda a naturalidade que sua visão de mundo lhe dá na vida concreta, o direito de veto à informação da fonte. Esse direito de veto oriundo de sua concepção da realidade baseada na vida concreta ainda vem antes do que é próprio às fontes e serve-lhe de fundamento.

Para a averiguação crítica das fontes de um conhecimento empírico garantido do que, quando, onde, como e por que foi o caso

no passado, a historiografia desenvolveu já há muito (bem antes de sua institucionalização como ciência especializada) um conjunto diferenciado de regras metódicas e um sistema complexo de ciências auxiliares específicas. É um equívoco ver nas ciências auxiliares “a ferramenta do historiador”.¹⁹ Assim como não se pode, naturalmente, contestar que a crítica das fontes seja uma operação metódica indispensável e que, sem as ciências auxiliares, não pode ser realizada, ou então só de modo deficiente, tampouco a competência metódica do pesquisador se esgota nela. Sua “ferramenta” abrange mais do que o arsenal de técnicas das ciências auxiliares para controlar e garantir as informações das fontes, pois não é nelas que reside, como já foi mencionado, o caráter especificamente histórico do passado humano. É justamente isso que quer dizer a expressão “*ciências auxiliares*”. Somente quando os contextos históricos são extraídos dos dados das fontes pela interpretação histórica temos a “ferramenta” que corresponde ao estado de coisas “história”, no qual não se trabalha mais com ciências auxiliares, mas de modo propriamente histórico.

Interpretação

Interpretação é a operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano. Ela organiza as informações das fontes em histórias. Ela as insere no contexto narrativo em que os fatos do passado aparecem e podem ser compreendidos como história. Como ela transforma fatos em história(s), deve ser considerada como a operação de pesquisa própria, especificamente histórica. Droysen foi o primeiro a reconhecer e a enunciar isso com clareza.²⁰

Na interpretação como operação da pesquisa, o que interessa é sintetizar as perspectivas, elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir de conjecturas acerca de seu sentido, com os fatos do passado obtidos pela crítica das fontes. Nesse processo, as carências de orientação no presente e as suposições de

¹⁹ Brandt, *Das Werkzeug des Historikers* (10).

²⁰ Droysen, *Historik*, ed. Leyh (4), p. 22.

sentido alimentadas pelo saber histórico acumulado são concretizadas como teorias históricas empiricamente consistentes. Nele são ainda historicizadas as informações das fontes cuja facticidade está garantida; isto é: são articuladas com outras informações de fontes em um conjunto temporal plausível.

Teorias históricas concretizadas e modificadas, fatos historicizados fundem-se então em forma de história que contém os resultados da pesquisa. O modo como ambos são reunidos para formar o conhecimento histórico coerente é um problema da apresentação, da formulação. É nela que se completa a pesquisa, sem que se tenha, por essa razão, que considerar a apresentação como pesquisa. A apresentação, na verdade, não pertence à pesquisa, porque sua tarefa não é a de extrair conhecimento empírico das fontes, mas sim a de organizar formalmente o conhecimento já obtido.

Os critérios decisivos para tanto são diferentes dos da controlabilidade intersubjetiva das asserções históricas com relação a seu conteúdo empírico. Trata-se de critérios da formação do conhecimento histórico que garantem que este cumpre as funções por causa das quais formula as questões que lançam a pesquisa. Poder-se-ia falar aqui da controlabilidade intersubjetiva da formação historiográfica quanto a suas funções comunicativas.²¹

O excesso heurístico de questionamento do conhecimento histórico acumulado não conduz a novos conhecimentos empíricos apenas por mais acumulação (como se obedecesse ao mote: Já sei muito, mas quero saber tudo),²² mas sim por um direcionamento. Ele visa a determinadas ampliações e aprofundamentos do conhecimento histórico. Esse direcionamento, essa determinação por objetivos da pergunta histórica, está definido por meio de conjecturas de sentido, com um núcleo capaz de teoria, ou seja, a "idéia", instituidora de sentido, da narrativa histórica.²³ Essa capacidade teórica é utilizada quando as teorias são formuladas ou aplicadas com intenção heurística.²⁴ Tais suposições e questionamentos teóricos

²¹ Cf. adiante p. 169 ss.

²² Goethe, *Faust I*, verso 601.

²³ Cf. I, p. 93.

²⁴ Cf. p. 83.

à experiência histórica se desvelam, no processo de interpretação, na exata medida do caráter heurístico (inquiridor) com que se aplicam ao conteúdo informativo, garantido pela crítica das fontes, dos campos da experiência histórica que estudam. Vale dizer: na medida em que o conteúdo informativo é por elas absorvido.

A interpretação ratifica a abertura à experiência da pergunta histórica ao transformar as conjecturas teóricas, nas quais se origina, em teorias históricas. Estas, por sua vez, organizam historicamente o conteúdo informativo das fontes consultadas, isto é, abordam os contextos temporais que as fontes mesmas não exprimem. Os fatos obtidos e garantidos pela crítica das fontes adquirem, assim, seu significado histórico, seu valor relativo em determinado processo temporal, no qual estão interligados a outros fatos para formar um contexto histórico com significado. As informações das fontes só se tornam fatos históricos mediante a operação metódica da interpretação. As perspectivas determinantes da operação de interligação narrativa, tomadas por si, formam os contrutos narrativos das teorias históricas.²⁵

A interpretação histórica é um trabalho de síntese. Ela remete perspectivas teóricas ao passado, nas quais o passado se reveste do caráter de histórico, com o conteúdo informativo das manifestações empíricas, mediante as quais esse passado se faz perceptivelmente presente. Com isso, ela modifica as perspectivas teóricas ao remeter a experiência a teorias com o maior conteúdo informativo possível. Ao mesmo tempo, ela pondera os fatos sob a ótica de seu significado para contextos históricos estudados (determinados por critérios de sentido). O princípio metódico determinante desse trabalho de síntese deve levar em conta essa relação entre teoria e empiria. Ele faz a mediação entre as representações abstratas, determinadas por critérios de sentido, das estruturas dos processos históricos e as informações concretas, determinadas pela experiência, sobre o que, quando, onde e como algo ocorreu; entre modelos abertos de interpretação e experiências abertas à interpretação; entre o geral e o particular. O princípio decisivo para uma tal relação é o de uma explicação

²⁵ Cf. p. 51 ss.

convvincente. A interpretação histórica obedece, pois, ao *princípio metódico da plausibilidade explicativa*. As informações das fontes são ordenadas narrativamente mediante construtos teóricos de forma tal que sua seqüência temporal está dotada de capacidade explicativa máxima.²⁶

A medida da capacidade explicativa está no grau de explicitação teórica da apresentação narrativa de mudanças temporais, que explicam por que o que algo em um determinado momento, tornou-se diferente em um momento posterior. E isso de tal forma que as forças em movimento, as interdependências sincrônicas e os planos diacrônicos dos processos possam ser identificados, diferenciados e relacionados uns com os outros. As funções das teorias históricas na explicação, descrição, periodização, comparação e diferenciação de processos históricos,²⁷ relacionadas e descritas acima, desempenham todas um papel na interpretação. Decisiva, porém, é a função explicativa. Todas as demais são referidas a ela e é a partir dela que se estabelecem suas posições relativas no processo de interpretação.

A interpretação é, como explicação, uma síntese entre os construtos teóricos gerais dos processos históricos (que já afinam a visão heurística da experiência histórica) e os diversos estados de coisas factuais neles contidos, revelados pela crítica das fontes.

Por se tratar de uma explicação *histórica*, contrariaria sua lógica narrativa definir a síntese como a subsunção do particular ao geral, ou como generalização a partir do particular ou ainda como dedução do particular a partir do geral. A interpretação, por conseguinte, não desemboca numa teoria histórica, mas a reelabora, para que os fatos descobertos pela crítica das fontes sejam incorporados num contexto narrativo que se caracterize pelo máximo possível de capacidade explicativa. A interpretação põe à disposição da narrativa histórica um fio condutor de conteúdo empírico, discutível e fundamentável em sua forma teórica, mediante o qual os fatos singulares do passado são interligados de modo especificamente histórico. Essa interligação é trabalhada pela interpretação de modo a pôr em evidência a

²⁶ Cf. p. 84.

²⁷ Cf. p. 82 ss.

importância histórica específica que nela têm os fatos. Seu objetivo com esse trabalho é tornar cognoscíveis, em sua *singularidade* temporal, os processos temporais que explicam por que algo tornou-se outra coisa. Nas explicações históricas não se lida com um caso, para o qual se procura encontrar uma regra geral, mas com uma diferença temporal a cada vez concreta e precisa (algo que, em determinado momento era diferente do que em outro), para a qual se procura uma interligação narrativa (algo ficou diferente por meio de um determinado acontecimento). A interpretação histórica lida sempre com a singularidade das mudanças temporais. Ela utiliza as teorias relevantes para essas mudanças, para explicar sua singularidade. Ela tem êxito quando o contexto temporal dos fatos aparece como singular à luz de suas características gerais (comprováveis teoricamente). Isso parece complicado, mas é trivial no dia-a-dia da pesquisa histórica. Por exemplo: o processo de industrialização de um país não é explicado historicamente pelo fato de se colocarem em evidência as características que tem em comum com todos os outros processos de industrialização, para que resulte da pesquisa o construto teórico abstrato "a industrialização como processo histórico em si". Pelo contrário, trata-se de evidenciar, na pesquisa do processo singular de determinado país, as especificidades de sua industrialização, a partir dos elementos teóricos do conhecimento histórico que tomam um determinado processo complexo de mudanças acessível, pesquisável, cognoscível e explicável como industrialização.

Explicar historicamente significa aqui demonstrar a especificidade desse processo determinado de industrialização e torná-lo cognoscível como uma efetivação particular de um processo histórico geral, à luz do conhecimento teórico acerca das formas de desenvolvimento e forças motrizes da industrialização.

Como operação de pesquisa da explicação (conexão narrativa orientada pela teoria de fatos, especificamente) histórica, a interpretação é um processo de individuação regulado metodicamente e controlável intersubjetivamente, no contraponto entre teoria e empiria. Os fatos obtidos pela crítica das fontes passam, por força de sua interligação em contextos históricos operada pelas teorias históricas, por uma transformação que os generaliza, transpondo-os

para um processo histórico abrangente. Sua singularidade só pode ser indicada com exatidão no âmbito de concepções teóricas de processos iguais ou análogos. Ademais, as teorias explicativas adquirem, mediante sua remissão aos fatos, sua singularidade temporal; elas se alinham, por assim dizer, com o tempo próprio aos fatos. Esse processo de interpretação pressupõe, naturalmente, que a especificidade temporal presente na apreensão dos fatos pela crítica das fontes, previamente relevada pela heurística, não seja perdida de vista, e que as possibilidades de aguçar o foco por meio de pressupostos teóricos sejam aproveitadas.

Essa relação mútua entre teoria e empiria, entre a concretização de construtos teóricos e a historicização de fatos empíricos não pode ser pensada e regulada metodicamente de forma a se neutralizar a meio caminho entre os dois fatores da interpretação. Uma interpretação histórica ideal não é uma síntese na qual as teorias, por causa do seu conteúdo factual, se tornam menos teóricas e os fatos, por causa de sua referência teórica, menos factuais. Pelo contrário, a referência das teorias aos fatos exige um esforço teórico: uma diferenciação dos construtos teóricos tal, que seja possível descrever, precisamente, a singularidade histórica. Um exemplo é o trabalho teórico da periodização. Ela exige tanto mais diferenciação teórica, quanto mais “pertinente” queira ser. Com precisão teórica (contrutividade) de menos, a articulação temporal dos processos históricos tornaria-se apenas mais frouxa ou arbitrária, mas de forma alguma mais precisa e factual.

Inversamente, a referência dos fatos à teoria exige esforço na averiguação de sua facticidade – uma diferenciação empírica de estados de coisas que lhes possibilite ser interpretados em especificidade temporal. Por exemplo, poder-se-ia tentar descrever a economia de uma sociedade em uma determinada época de tal forma que ficasse claro o que seria típico dela nesse período. As respectivas hipóteses tipificadoras são de natureza teórico-construtiva. Para poder usá-las para qualificar os fatos precisamente como históricos, não só é necessário elaborá-las de forma altamente diferenciada, mas requer-se igualmente diferenciados os fatos, ou seja, “tornados mais factuais”; por exemplo: setores da economia são diferenciados para

se poder distinguir na economia o típico do atípico. Em todo caso, a pesquisa tem de indicar com precisão o que corresponde ao construto interpretativo no fato a ser interpretado e o que não corresponde (e inversamente: o que a teoria pode ressaltar ou não nos fatos), para continuar a pesquisar nos dois níveis: modificar as teorias e a facticidade.

Em princípio essa relação tensa no processo de singularização interpretativa de teorias e historicização de fatos não pode desaparecer, pois é nela que se situa a dinâmica da interpretação que move o progresso cognitivo. O progresso cognitivo não é alcançável nem com a generalização crescente das teorias e nem com a singularização crescente dos fatos. Afinal, no primeiro caso não se sabe nada sobre tudo, e no segundo tudo sobre nada.

Também para a interpretação existem *ciências auxiliares*. Trata-se das ciências que produzem o conhecimento teórico sobre conjuntos de fatos, em cuja conexão temporal a interpretação tem interesse; trata-se, portanto, de todas as ciências humanas com pretensões teóricas. É importante, metodologicamente, enfatizar o *status* de auxiliar dessas ciências, para evitar a impressão de que as ciências que trabalham sistematicamente, e não historicamente, põem à disposição das ciências históricas o saber teórico explicativo com que estas articulariam os fatos averiguados pela crítica das fontes em processos históricos. Esse saber justamente não possui a dimensão histórica necessária a essa articulação.

Somente o trabalho de pesquisa do historiador com os construtos teóricos de sua interpretação o transpõe para essa dimensão.

As operações substanciais

Nas operações substanciais da pesquisa histórica trata-se do que foi levantado das fontes e interpretado como “história”. Suas regras determinam o ponto sobre o qual devem incidir as perguntas, que informações devem ser extraídas das fontes e que contextos constituem o caráter histórico dos fatos do passado. Se nas operações processuais da pesquisa se tratou de regras que garantem sua forma

dinâmica, agora se trata do conteúdo dessa forma, da história como conteúdo experiencial de histórias (proposições históricas), que deve ser apreendido no processo dinâmico do progresso cognitivo.

O que é e pode ser obtido das experiências do passado como história não é originalmente um problema das regras da pesquisa, mas das perspectivas acerca do passado humano. Deve ser focalizado no passado aquilo que informa as pessoas, que presentemente agem e sofrem, sobre a época de seu agir e de seu sofrer. Trata-se da representação de um processo temporal, que associa a expectativa do futuro “realisticamente” à experiência do passado e associa a experiência do passado “idealisticamente” à expectativa do futuro.²⁸ “Realisticamente” quer dizer que se deve ceder à pressão da experiência temporal sob a qual a ação acontece e “idealisticamente” significa que se deve ceder à pressão do excesso de expectativa temporal sob o qual acontece a ação (em sua condução intencional). A compatibilidade dos dois é uma questão da identidade humana. Em última instância, o que é “história” é decidido pela autodeterminação do homem no jogo da experiência temporal e da expectativa temporal, das mudanças lembradas e das mudanças intencionadas dele próprio e de seu mundo.

Desejo, a seguir, delimitar e ordenar – sob essa ótica da identidade humana – o campo de atuação das regras metódicas que determinam a pesquisa “substancialmente”, isto é, organizam sua facticidade. Como já indiquei mais acima,²⁹ essa ordenação trata de examinar metodologicamente o progresso do conhecimento por meio da pesquisa de acordo com o princípio do reforço de identidade, constitutivo da ciência. Para tanto, posso utilizar sem maiores problemas tanto a abordagem histórica como a sistemática da teoria da história. A histórica aborda a superação do historicismo e de seu legado, e a sistemática diz respeito à distinção e a correlação entre os métodos hermenêutico e analítico na pesquisa histórica. Ambas questões convergem no mesmo assunto, ou seja, na pergunta sobre o conteúdo objetivo da pesquisa. Eu acredito que só é

possível encontrar uma solução razoavelmente satisfatória para esse problema de métodos quando se chega ao ponto em que as regras da pesquisa convertem o princípio do reforço da identidade no trabalho concreto com as fontes.

Reforço de identidade significa que a dinâmica do progresso cognitivo em que o pensamento histórico ingressa, por meio da regulação processual da pesquisa, é transposta para o processo de autocompreensão humana mediante a lembrança histórica, para formação histórica da identidade no trabalho de interpretação da consciência histórica. Com o saber histórico obtido pela pesquisa, o sujeito desse saber (todos aqueles que se entendem, na comunicação da narrativa histórica, quanto a sua posição relativa nas mudanças temporais de seus mundos) tem a oportunidade de se auto-interpretar nos campos ampliados e aprofundados da experiência histórica. Seu eu adquire novas dimensões temporais.

Eu gostaria de descrever em seguida a maneira como esse reforço é realizado por meio da pesquisa. Como indicado acima, a distinção entre as concepções de método hermenêutico, analítico e dialético, que decidem sobre o conteúdo material da pesquisa, refere-se a três dimensões ou camadas da auto-interpretação dos sujeitos, estão sistematicamente interligadas.³⁰ Não me interessa, com a distinção metódica das três concepções de pesquisa, descrever historicamente os passos evolutivos da pesquisa histórica, nem tampouco decidir controvérsias quanto à abordagem da experiência histórica. Interessa-me, isso sim, desenvolver uma argumentação que revele sistematicamente o potencial metódico da pesquisa do ponto de vista do reforço de identidade. Vale ressaltar que essa análise da pesquisa segundo a lógica da formação histórica da identidade pode servir para ajudar a esclarecer tanto o processo de desenvolvimento histórico quanto as controvérsias atuais sobre as concepções do método. Ela possui o *status* de construto diferenciado das concepções metodológicas da pesquisa. Por um lado, ela pode ser utilizada como meio ideal-típico para a reconstrução da evolução no tempo dos métodos históricos e, por outro lado, como sistema de referência, no qual se

²⁸ Cf. mais detalhadamente em I, p. 56 ss.

²⁹ Cf. p. 109 ss.

³⁰ Cf. p. 116 ss.

pode formular estratégias para a solução de controvérsias metodológicas atuais acerca da pesquisa.

As três concepções do método descritas a seguir estão inter-relacionadas em um contexto complexo. Para favorecer a clareza da argumentação, descrevi-as esquematicamente, tanto as concepções em si quanto sua inter-relação. No primeiro caso, sigo esquematicamente a dinâmica das regulações processuais. Contento-me, pois, à guisa de introdução, com uma caracterização bem geral, para especificá-las mais adiante, no esquema da heurística, da crítica e da interpretação. No outro caso, destaco, na concepção hermenêutica e analítica, as oposições e acentuo-as, mesmo deliberadamente, para tornar plausível sua mediação e síntese como concepção “dialética”. Deixa-se de lado que, na pesquisa concreta e em sua regulação metódica nunca se trata de alternativas excludentes, e que elementos das três concepções – obviamente em hierarquizações e sínteses diferentes – determinam a pesquisa histórica.

Hermenêutica

Quem reconstrói o passado metodicamente por meio da hermenêutica, parte de uma experiência histórica própria e de uma auto-interpretação própria, nas quais o tempo, como fator intencional, desempenha um papel importante. Imagina-se que as mudanças temporais do homem e de seu mundo são movidas pelas mesmas forças, que são introduzidas no jogo da vida prática para poder se afirmar no passar dos tempos e se fazer valer. A história é constituída a partir da lembrança como um contexto de sentido, no qual as intenções individuais se encaixam sem rupturas, ou ao menos se associam. A representação histórica de continuidade, que garante sentido, perpassa o direcionamento intencional das ações humanas atuais. A experiência histórica é a experiência das determinações de sentido empiricamente pré-formadas do próprio presente. O passado encaixa-se nessa concepção de história na medida em que seus vestígios no presente (fontes) sempre falam a linguagem do historiador-intérprete. O sentido da história reflete-se

nos enunciados das fontes; eles pré-formam sua interpretação histórica com os sinais de sua relevância.

A experiência histórica, apreendida e apropriada por meio da pesquisa, é antes de mais nada tradição (antes de qualquer ciência). No decorrer da racionalização especificamente científica, a experiência da tradição torna-se o questionamento dos resíduos.³¹ Essa destradicionalização pode ir mais ou menos longe e a relação entre o significado tradicional e a informação das fontes, obtida criticamente, pode ser definida diferenciadamente. No caso da concepção hermenêutica da pesquisa, a desvalorização da tradição dá-se como requisito necessário à pesquisa, pois sem o distanciamento entre pesquisador e objeto da pesquisa não são possíveis investigações críticas e racionalidade metódica. A destradicionalização do passado, que o torna resíduo pesquisável, encontra na hermenêutica um limite: basicamente, a interpretação dos resíduos continua presa à linguagem, que faz, dos próprios resíduos, tradição. Na hermenêutica, é apreendido pela pesquisa, na experiência do passado, um contexto histórico de sentido, cujos critérios determinantes também pertencem à tradição presente nos testemunhos do passado. A história é um contexto temporal de fatos do passado, que se pode *compreender*, quando se interpreta os fatos à luz dos significados que lhes foram atribuídos na forma de objetivações culturais das intenções humanas. Hermeneuticamente, a história é sempre, em seu âmago, história da cultura. Ela encontra sua unidade – sua delimitação categorial como experiência histórica temporal específica – no critério do potencial de criação cultural do espírito humano ou, como também se poderia dizer, na existência da linguagem instituída do mundo. Na compreensão investigante da concepção hermenêutica da história o passado constitui-se como representação do movimento temporal, no qual o presente adquire os traços de sua própria humanidade e do qual ele assume sua humanidade como obrigação normativa de sua prática.

Por causa de seu caráter “constitutivo”, uma ciência da história concebida hermeneuticamente tem afinidade de princípio com a arte. A hermenêutica confere à experiência histórica um caráter estético.

³¹ Cf. I, p. 81 ss.

Isso tem resultado em dificuldades para a metodização. É sabido que Gadamer opõe os resultados cognitivos da compreensão contra a racionalidade metódica da ciência da história.³² Não obstante, a compreensão não só pode ser pensada como processo de pesquisa, no contexto sistemático da regulação pela heurística, pela crítica e pela interpretação, como também só pode ser realizada na prática.

Pode-se acusar esse direcionamento "humanístico" da concepção hermenêutica de pesquisa de ingenuidade e estreiteza empírica ou tacañez de espírito. Ou ainda de que ela se dirige somente àquelas experiências do passado que seguem as pegadas de uma determinada compreensão numa cultura específica (a do historiador ou a de seu público), excluindo assim outras culturas da referência à experiência da consciência histórica. Essa crítica não é de todo infundada e leva a uma outra concepção da pesquisa, a analítica, que abre campos novos e diferentes à experiência histórica. Ela não deve negligenciar, contudo, os resultados que a concepção hermenêutica da história promove na pesquisa. Ela dispara sua atividade ao se deparar com as dificuldades de compreensão, na incompreensão que as manifestações atuais do passado causam ao contrastar o ser diferente do passado com o presente. A pesquisa hermenêutica resolve essa incompreensão, torna o tempo estranho compreensível e amplia assim o horizonte da compreensão em perspectiva temporal. Justamente essa ampliação é elevada pela concepção hermenêutica da pesquisa à condição de princípio metódico. Ela transforma a tradição até o limite dos resíduos, dentro dos quais ela ainda permanece compreensível, e torna ao mesmo tempo progressivamente compreensíveis resíduos até então incompreensíveis e excluídos da tradição. A marca do humano conduz a zonas de tempo não desvendadas (compreendidas). Assim, por exemplo, o historicismo desvendou hermeneuticamente a Idade Média para além dos limites da compreensão do Humanismo e do Iluminismo.

Em termos de ciência da história, a concepção hermenêutica da pesquisa encontrou sua expressão mais significativa na concepção

³² Gadamer, *Wahrheit und Methode* (11).

científica da história das ciências compreensivas do espírito.³³ Droysen explicitou sua lógica da pesquisa de forma até hoje insuperada.³⁴ Dilthey fez de sua forma de conhecimento o tema dominante de sua filosofia³⁵ e Gadamer desenvolveu-lhe o elemento da tradição, que caracteriza o pensamento hermenêutico antes de sua especialização e metodização.³⁶

A tendência de considerar a tradição, como criação cultural, predominante sobre o distanciamento crítico dos resíduos a serem pesquisados, típica da concepção hermenêutica da pesquisa, tem conseqüências decisivas para a *heurística*. A questão histórica da pesquisa assume a forma de uma conjectura acerca dos contextos de sentido nas mudanças temporais do passado. "Sentido" significa um contexto próprio às sucessivas ações no tempo, situado no plano das intenções, interpretações e orientações dos agentes. A questão heurística fundamental da hermenêutica é: o que é compreensível nos processos temporais das mudanças no passado do homem e de seu mundo, isto é, reproduzível no plano das orientações intencionais do agir? Seu princípio metódico da plausibilidade explicativa exige que, ao se buscar entender as mudanças temporais do mundo humano que se dão no contexto do agir, se examine os determinantes de sentido próprios que os agentes incutiram em suas diversas ações.

É preciso compreender os agentes, se se deseja saber o que realmente aconteceu por causa de suas ações. As suposições de sentido preconcebidas heurísticamente podem ser, assim, controladas intersubjetivamente. Elas podem ser sustentadas pelo conhecimento prévio da influência (mesmo inconsciente) das intenções de agir, e contrastadas com as carências de conhecer as interferências ou os efeitos intencionais da vida prática como fatores de sua evolução temporal.

³³ Para a concepção de ciências do espírito compreensivas, compare J. Rüsen, *Theorien im Historismus*. In: Rüsen/H. Süssmuth (Ed.), *Theorien in der Geschichtswissenschaft*, Düsseldorf, 1980, p. 13-33.

³⁴ Droysen, *Historik*, ed. Leyh (4).

³⁵ W. Dilthey, *Einleitung in die Geisteswissenschaften (Gesammelte Schriften, v. 1)*, Stuttgart, 1959; do mesmo autor: *Der Aufbau der geschichtlichen Welt in den Geisteswissenschaften (Gesammelte Schriften, v. 7)*, Stuttgart, 1958.

³⁶ Gadamer, *Wahrheit und Methode* (11).

A heurística hermenêutica traz para o horizonte do interesse de pesquisa as fontes que podem valer como intencionalidade objetiva, como manifestação das intenções e interpretações determinantes e orientadoras do agir, nas quais se supõe estar o contexto histórico de sentido. Outras fontes que não contenham esses vestígios de sentido são deixadas de lado pelo interesse histórico ou recebem apenas importância secundária como fonte de informações relevante para a compreensão das fontes propriamente ditas. Na prática da pesquisa, essa heurística domina a história política factual, que procura acontecimentos políticos passados naquelas fontes, em que as intenções que orientam os agentes estão mais bem documentadas. O exemplo histórico mais conhecido é o tratamento das relações internacionais de Veneza por Ranke, que apresenta a rede de interações políticas (exteriores), à luz de análises diplomáticas, de forma tal que o processo dos acontecimentos políticos torna-se compreensível na perspectiva do jogo de trocas entre intenções e estimativas dos agentes principais.

Essa heurística está também na base da estratégia atual de pesquisa, que quer tornar compreensível os grandes acontecimentos políticos como a Revolução de Outubro ou a política racial nacional-socialista na retrospectiva, apoiada nas fontes, das intenções determinantes dos principais agentes, ou seja, compreender historicamente a estratégia revolucionária de Lenine ou a loucura racial e o anti-semitismo de Hitler.

A heurística hermenêutica não limita a visão histórica, porém, à mera história factual (embora a prefira como encadeamento compreensível das ações pelas intenções dos agentes). Ela dirige o olhar histórico para as fontes que tornam compreensíveis sistemas abrangentes de ação. Ela confere relevância especial às fontes que representam a cultura de uma época. Tais fontes contêm asserções sobre o horizonte espiritual em que ocorreu o processo temporal do passado e prometem informação sobre os critérios de sentido predominantes que podem ser utilizados no juízo histórico sobre as ações apreensíveis hermenêuticamente, e apropriadas para fins de orientação no presente. A heurística hermenêutica coloca diante do olhar histórico, como fontes desses “fatos universais” (como Burckhardt os cha-

mou), os grandes documentos da tradição referentes à política, arte, religião e ciência – que abrangem a história factual em sua estrutura semântica interna.³⁷

A crítica hermenêutica retira das fontes fatos que são compreensíveis sobretudo por causa das ações intencionais e de suas complexas conexões sincrônicas e diacrônicas. Nos “fatos universais” mencionados acima não se trata mais de uma ação intencional ou de um complexo de ações, mas de sistemas de orientação de ações, de “significados” que sustentam culturalmente as intenções ou, em outras palavras – tomando a fórmula de Max Weber – de “idéias”, que direcionam os interesses.³⁸ De acordo com o tipo de facticidade investigada, existem procedimentos críticos distintos. Em cada caso trata-se de extrair das fontes aquelas informações que se referem à facticidade de estados de coisas passados (ações, conexões de ações) e, ao mesmo tempo, sua compreensibilidade, sua qualidade cultural (“cultura” entendida como essência das determinações de sentido que orientam o agir). A crítica das fontes extrai, pois, informações *qualificadas* sobre fatos que podem ser entendidos como atos de fala. Ela apreende fatos que remetem, por si mesmos ao significado que têm em conexão (possível) com outros fatos (tal como ações motivadas e realizadas pela expectativa da reação de outrem).

A heurística naturalmente favorece fontes lingüísticas e a crítica preocupa-se com uma facticidade que não perca esse caráter lingüístico. Ela não transforma as fontes em resíduos pura e simplesmente, cujo significado lhes seja extrínseco (conferido somente pela interpretação), mas em resíduos que continuam sendo “tradição”, na medida em que manifestam não apenas acontecimentos e estados de coisas extrínsecos (por exemplo, um contrato ou uma constituição), mas também sua compreensão pelos próprios atores (a estratégia política dos contratantes com suas múltiplas segundas intenções ou a interpretação de uma constituição por seus sujeitos, que nem sempre corresponde ao respectivo sentido literal).

³⁷ J. Burckhardt, *Griechische Kulturgeschichte*, v. 1 (Coletânea, v. 8, ed. por F. Stähelin), Berlin, 1930, p. 4.

³⁸ M. Weber, Introdução a *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*. In: *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, v. 1, Tübingen, 2. ed. 1922, p. 252.

O princípio metódico da plausibilidade informativa ou factual, determinante para a crítica das fontes, expressa-se hermenêuticamente como *unidade da compreensibilidade e da facticidade*. Ele depende de um pressuposto (categorial) da teoria da história que admite a existência de um espírito humano subjacente às mudanças temporais do homem e de seu mundo. Esse espírito comum a todos os homens dá forma lingüística a essas mudanças operadas por ele e as tornam compreensíveis dessa forma precisa. A crítica das fontes apreende e registra a facticidade das mudanças no tempo e no espaço de maneira tal que sua interpretação lingüística pelos agentes (em geral pelos atores do agir que causa a mudança) permanece parte integrante (qualidade hermenêutica) dessa facticidade.

A interpretação hermenêutica adquire sua plausibilidade explicativa dessa qualidade interpretativa dos fatos. Ela organiza o contexto histórico dos fatos compreensíveis pelo fio condutor da importância que os torna compreensíveis. Ela historiciza essa compreensão ao interpretar as mudanças temporais como transformações das intenções e interpretações do agir que causa a mudança. Ela interliga os fatos compreensíveis do passado no plano de seu significado para os interessados (em geral os atores da mudança – mas isso não é obrigatório, porque os fatos também são compreensíveis desde a perspectiva das vítimas). Os fatos são interligados pela interpretação, em sua sequência temporal, como contextos de sentido. Assim, por exemplo, séries de ocorrências políticas são compreendidas historicamente como processo de formação de uma consciência nacional e de seu formato estatal.

A plausibilidade explicativa de uma interpretação hermenêutica vive da naturalidade com que se pode explicar o agir mediante indicação de seus motivos (intenções) determinantes.³⁹ Nesse sentido, a interpretação hermenêutica é particularmente adequada ao esquema de explicação intencional. Destaque-se, no entanto, que ela naturalmente lhe confere uma forma narrativa. Ela conecta ações explicadas intencionalmente a sequências temporais servindo-se de um modelo de pensamento no qual essa conexão leva à representação histórica

³⁹ Cf. p. 36 ss.

(de continuidade), como se a sequência de ações fosse uma única ação no tempo, com uma única intenção de agir (que os destinatários dessa constituição histórica de sentido reencontrariam como integral temporal).

Interpretações hermenêuticas conferem aos processos temporais (como conexões de ações mediante interações intencionais) uma espécie de subjetividade histórica: são tornados plausíveis porque “alguém” os teria produzido intencionalmente. Isso não quer dizer que a plausibilidade das interpretações hermenêuticas dependa da hipótese quase-metafísica de um super-homem (mais ou menos velado) como autor dos processos históricos (embora naturalmente representações desse tipo tenham estado presentes na formação do historicismo hermenêutico).⁴⁰ Trata-se, antes, de uma subjetividade dos processos históricos que caracteriza o sujeito de referência de uma história e não o sujeito agente de um determinado ato.⁴¹

História é sempre a história de alguma coisa (de uma sociedade, de um conceito, de uma constituição, de uma pessoa, de uma relação social, etc.). Ela tem um sujeito de referência. Hermeneuticamente, as mudanças temporais desse sujeito de referência são explicadas por processos em um plano no qual sejam compreensíveis, vale dizer: em suas características próprias, dependentes das intenções e interpretações dos homens que agem e sofrem. As intenções determinantes dessas modificações são apresentadas narrativamente como uma cadeia de intenções que se modificam no tempo e explicadas como desenvolvimento ou processo intencional de transformação. O sentido histórico explicativo dessa sequência temporal de modificações das intenções ou das interpretações consiste sua direção, que deve

⁴⁰ Um exemplo marcante é o significado das representações teológicas fortemente influenciadas pelo protestantismo em Ranke e Droysen. Quanto a Ranke, cf. C. Hinrichs, *Ranke und die Geschichtstheologie der Goethe-Zeit*, Göttingen, 1954. Para Droysen, cf. sua extraordinária asserção: “Nossa fé nos dá o consolo de que uma mão divina nos sustenta, que ela guia os destinos, tanto grandes como pequenos. E a ciência do espírito não tem outra função senão justificar esta fé; por isso ela é ciência” (*Vorlesung über die Freiheitskriege*, 1ª parte, Gotha, 2. ed., 1886, p. 4 s.).

⁴¹ Utilizo aqui uma distinção de H. Lübbe, *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse* (4), p. 74 ss.

ser tomada, por sua vez, como a direção de uma intenção. Humboldt pensava numa direção desse tipo, ao atribuir ao historiador a missão de interligar fatos do passado em sua seqüência temporal de maneira que se pudesse ver neles o “esforço de uma idéia, de existir na realidade”.⁴² Esse construto (teórico, como diríamos hoje em dia)⁴³ de uma força impulsionadora ideal que movimenta a mudança temporal contemplada pela heurística fornece a explicação histórica da mudança experimentada pelo sujeito de referência da história.

O fundamento hermenêutico das mudanças pesquisadas é a qualidade subjetiva, a subjetividade do que muda. Esta subjetividade dos processos históricos consiste em sua qualidade cultural, pensada como estendida no tempo, qualidade essa que a torna compreensível. A hermenêutica permite uma interpretação cultural dos estados de coisas históricos. Para fortalecer seu potencial explicativo, ela pode se servir de construtos teóricos que explicitam a qualidade cultural dos processos históricos. Tais teorias expõem em que consiste a subjetividade (de referência) dos contextos históricos de fatos compreensíveis. Entre elas conta-se a doutrina das idéias do historicismo clássico alemão, que entretanto apenas raras vezes é elaborada em forma de teoria e aplicada nessa forma na pesquisa (por exemplo, na “Sistemática” da *Teoria da História* de Droysen e, de certa forma, também na teoria das três potências e dos seis condicionantes de Burckhardt).⁴⁴ Um construto teórico moderno da interpretação compreensiva de contextos históricos está na concepção da “cultura política”, que explica a evolução política compreensivamente pela remissão aos modelos culturais de interpretação cultural dos respectivos agentes.⁴⁵

⁴² W. v. Humboldt, *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*. In: *Werke*, ed. por A. Flitner e K. Giel, v. 1, Darmstadt, 1960, p. 605.

⁴³ O próprio Humboldt contestaria essa construtividade. Em vez disso, falaria de uma visão estética, do produto de uma imaginação especificamente histórica (aparentada à artística). É certo que as conhecidas reflexões de seu discurso na academia – recolhidas pelo historicismo alemão como seu manifesto programático – não foram pensadas como uma metodologia da pesquisa. Uma visão metódica estaria bem mais próxima de um construto interpretativo hermenêutico dos contextos culturais.

⁴⁴ Droysen, *Historik* (4), p. 285 ss., Burckhardt e nota 44, cap 1.

⁴⁵ A título de resumo, P. Reichel, *Politische Kultur*. In: M. Greiffenhagen et alii

Em princípio, todos os campos da experiência histórica podem ser qualificados – em termos de história cultural – pela concepção de pesquisa da interpretação hermenêutica. Assim, não se tem uma limitação apenas ao campo “história da cultura” da experiência histórica, mas a qualificação é possível para todo e qualquer caráter histórico da experiência histórica. É possível, por conseguinte, interpretar hermenêuticamente a história da economia como representação histórico-cultural, na forma de estilos econômicos, por exemplo. Processos econômicos tornam-se aqui compreensíveis à luz das intenções dos atores econômicos (fala-se então de atitudes econômicas ou algo semelhante). À luz de sua interpretação hermenêutica as mudanças econômicas aparecem, como formação, modificação, perda, transformação, cruzamento etc. de estilo.⁴⁶ Este último exemplo naturalmente não pode dissimular que a concepção metódica da pesquisa na interpretação hermenêutica é utilizada preferentemente quando se trata de elaborar a experiência histórica de maneira que torne plausíveis as pretensões culturais de identidade histórica, ou – numa formulação mais dura: fundamente hegemonias culturais. (Obviamente os interesses econômicos não estão de modo algum excluídos.)

Analítica

A concepção analítica de pesquisa não está orientada pelas pretensões de hegemonia cultural, mas pela intenção de relativizá-las e enquadrá-las em requisitos de plausibilidade de tipo não-cultural. Ela faz a história da cultura parecer reflexo de uma história totalmente diferente. A analítica desloca o peso da experiência histórica para o campo, que Karl Marx descreveu com as seguintes palavras programáticas:

(Ed.), *Handwörterbuch zur politischen Kultur der Bundesrepublik Deutschland. Ein Lehr- und Nachschlagewerk*, Opladen, 1981, p. 319-330; do mesmo autor: *Politische Kultur der Bundesrepublik. Eine Einführung*. Leverkusen, 1981; D. Berg-Schlosser, *Politische Kultur. Eine neue Dimension politikwissenschaftlicher Analyse*, München, 1972.

⁴⁶ A. Müller-Armack, *Genealogie der Wirtschaftsstile. Die geistgeschichtlichen Ursprünge der Staats- und Wirtschaftsformen bis zum Ausgang des 18. Jahrhunderts*, Stuttgart, 1941.

[...] Não se parte do que os homens dizem, imaginam, representam e tampouco dos homens ditos, pensados, imaginados, representados, para então se chegar aos homens reais. Parte-se dos homens realmente atuantes e de seu processo real de vida para se representar também a evolução dos reflexos e dos ecos ideológicos desse mesmo processo de vida. Com isso, a moral, a religião, a metafísica e outras ideologias com as formas de consciência correspondentes não mais mantêm a aparência de autonomia. Não têm história, não têm um desenvolvimento, mas os homens que desenvolvem sua produção e sua circulação material modificam, com essa sua realidade, também seu pensamento e os produtos do seu pensamento.⁴⁷

A pesquisa histórica não mais se ocupa, na concepção do método da analítica, com a qualidade temporal de ações compreensíveis, mas com a qualidade temporal do contexto de efeitos das mudanças operadas por circunstâncias externas ao agir (ao contrário das intenções internas). Não se fala mais agora de construtos culturais ideais, mas de modos de produção, de apropriação material da natureza, de relações de poder, de estruturas sociais, enfim, de circunstâncias e condições sob as quais ou nas quais o agir só pode acontecer se suas intenções obedecerem a elas. Utilizando a distinção tradicional – desenvolvida por Droysen e Dilthey – entre a metodização hermenêutica e a analítica, não mais importam os contextos compreensíveis do sentido, mas os explicáveis de efeitos.

Nessa concepção de pesquisa, as fontes não são mais investigadas, criticadas e interpretadas como portadoras da tradição da constituição de sentido histórico a ser realizada pela pesquisa, mas sim como resíduos que manifestam as condições sob as quais foram possíveis as criações culturais que formam a tradição. A pesquisa apreende a experiência histórica como um campo de mudanças temporais que possuem caráter “de tempo natural”. São mudanças que não são induzidas por atos intencionais. Pelo contrário, são elas a determinar o agir. Trata-se de fatores de mudança que põem um desafio

⁴⁷ K. Marx. Feuerbach. In: Marx-Engels, *Die Deutsche Ideologie*. Citado segundo a edição crítica em *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, 14, 1966, p. 1206 (MEW – Marx – Engels – Werke, v. 3, p. 26 s.).

à determinação do sentido do agir. Diante deles há reações, efeitos cuja origem não está neles mesmos, no sentido de uma originalidade cultural criativa, mas fora deles. Vista desde este “fora”, a cultura aparece como o reflexo de um movimento temporal e não como sua origem. Essa visão está determinada pela experiência de que as mudanças temporais do homem e de seu mundo se dão sempre de forma truncada com relação às intenções atribuídas aos processos temporais: a pesquisa histórica investiga analiticamente os motivos e os modos dessas ocorrências.

“Contexto de efeitos” como contraconceito de “contexto de sentido” exprime que se trata de uma representação na qual os processos temporais desenvolvem uma vida própria objetiva com relação a seu significado subjetivo e a suas intervenções intencionais. O tempo histórico produz-se em circunstâncias e condições externas ao agir, de forma tal que sua determinação interna, a maneira portanto como os agentes interferem no processo temporal mesmo da organização de sua própria vida, não é decisiva para o próprio processo temporal. O “sentido” dessa representação da história como orientadora da pesquisa consiste em tornar cognoscível essa dependência do “sentido” (como determinação do agir e orientação da práxis) no processo temporal. Dessa forma, nela, a objetivação do sentido do passado nas fontes não é determinante para o processo temporal a ser apreendido pela pesquisa. Não se consegue extrair dos significados que as fontes possuem, como portadoras da tradição, o que o sentido tem de especificamente “histórico”. Só se pode encontrar o que elas revelem, alguém ou além de tais manifestações da tradição, quanto às circunstâncias e condições de agir e do sofrer humanos passados. A analítica pergunta para além do horizonte de compreensão aberto pelas fontes ao fazerem aparecer o agir e o sofrer passados na autocompreensão dos agentes. Melhor dizendo: ela pergunta, por detrás desses horizontes, pelos motivos, impulsos, necessidades e conseqüências da vida prática humana.

Tais fatores se encontram no campo no qual os homens se exteriorizam nas condições objetivas de sua vida prática para poder viver. Por certo, em primeiro lugar, nos processos da sobrevivência física, nos quais a natureza externa é apropriada pela prática. Na realização

dessa apropriação necessária à sobrevivência, exterioriza-se – nas circunstâncias e condições de seu ambiente – a subjetividade do homem, a que a hermenêutica dedica sua atenção histórica na pesquisa. A analítica da pesquisa histórica dirige o interesse histórico para o efeito, que essas circunstâncias e condições causam no homem. Um exemplo paradigmático da qualidade experiencial dessa eficácia é a dependência econômica e de gênero do agir humano. Trata-se da corporeidade e da materialidade da imagem cultural da subjetividade humana em sua especificidade, com sua capacidade de marcar o espírito, cujos traços a hermenêutica mostra na corporeidade e na materialidade de suas objetivações. A analítica opera a prova real histórica: ela decifra a força das circunstâncias na escrita de sua apropriação cultural. Com isso ela coisifica as tradições como resíduos de forma muito mais decisiva do que a hermenêutica. Ela dá exatamente o passo decisivo, no qual a semântica cultural do passado deixa de ser a condição necessária de sua reconstrução histórica. Ela dissolve as tradições nos resíduos.

O melhor exemplo dessa situação é o método quantitativo. Na insignificância da sua medição quantificadora, os dados do passado perdem a medida do significado presente neles, que os qualifica culturalmente. Isto soa mais antiquado e antimoderno do que realmente é (com relação à evolução dos métodos da pesquisa histórica). Essa decidida desqualificação das fontes, fazendo da tradição resíduo, abre campos da experiência histórica aquém e além dos que a hermenêutica abrange, e ao mesmo tempo possibilita interpretações históricas (pode-se falar, com outras palavras, de atribuições de sentido culturalmente criativas) que vão além da capacidade orientadora do saber histórico obtido pela hermenêutica. Em última análise, o saber histórico só pode orientar a vida prática do homem se esse campo da experiência lhe for aberto pela pesquisa, no tempo que lhe for contraposto como limite de sua subjetividade nas relações práticas consigo mesmo e com seu mundo, como experiência da resistência das mudanças às suas interpretações.

A *heurística* analítica pergunta pelos desenvolvimentos temporais nos campos da vida humana prática, nos quais intenções e interpretações dependem das circunstâncias e das condições. A conjectura

histórica abrange os contextos estruturais das condições do agir de longa duração, que pré-formam o espaço do agir intencional, sem ter sido necessariamente integradas na sua capacidade de orientação cultural (ou seja: sem terem sido assim entendidas pelos sujeitos). A suposição de sentido da *heurística* analítica passa propositadamente ao largo dos estoques de sentido do passado que estão conservados na empiria histórica como cultura. Ela trata dos *efeitos* de fatores de tipo não-intencional na mudança temporal do homem e de seu mundo. Essas mudanças não podem ser compreendidas por meio da interação, mediada pela linguagem, dos agentes e dos pacientes. Elas incluem essa interação ainda na forma de condições objetivas de vida ou mesmo de quase coerções, que não se subordinam à competência decisória do agir intencional, mas – inversamente – definem o alcance e o tipo dessa competência mesma.

O sentido histórico *heurísticamente* suposto é um conjunto de efeitos de tipo objetivo, ou seja: as relações entre oscilações climáticas, produção de gêneros alimentícios, evolução dos preços e condições de vida de vários grupos ou segmentos, ou um complexo processo de longo prazo de crescimento econômico ou ainda o aumento do grau de diferenciação funcional em um sistema social. A intenção de dirigir o questionamento à experiência do passado visa a explicar os processos temporais, por meio da investigação dos fatores objetivamente ativos, justamente quando esses processos não podem ser compreendidos pela investigação das intenções subjetivamente ativas. Em outras palavras: trata-se de compreender o agir mediante explicação. Ou seja: situar o agir de modo tal no conjunto dos fatores objetivamente ativos que sua realização por causa desse conjunto possa ser entendida em seu efeito sobre o sujeito e suas ações.

O princípio fundamental da plausibilidade explicativa baseia-se na simples experiência do cotidiano de que as coisas não acontecem como queremos, porque seu curso é determinado por fatores sobre os quais não temos nenhuma influência. Como princípio metódico da *heurística*, ele volta o olhar histórico para as dimensões da experiência temporal, nas quais as ações são determinadas por circunstâncias e relações ainda não integradas nas intenções e orientações que orientam o agir. A visão analítica da *heurística* segue a opinião

de Talleyrand, que teria dito que a linguagem serviria apenas para esconder seu pensamento. Essa visão vai além da linguagem e alcança o conjunto de fatores indutores do agir, a que os atores (diretamente) não se dirigem nem explicitam. A heurística analítica ensina à visão histórica o questionar tudo o que está por detrás do ocorrido. (Abusando da metáfora: sua plausibilidade baseia-se na experiência, dificilmente contestável, da manha do mundo humano no processo temporal – em contraste com as compreensíveis determinações de sentido da prática humana que contém.)

Seguindo essa conjectura questionadora, a heurística analítica prepara o campo das experiências históricas. Ela focaliza as fontes que dão testemunho das circunstâncias, das condições e circunstâncias do agir e do sofrer humanos, tal como influenciaram os agentes antes ou depois da respectiva interpretação (por exemplo, assentamentos paroquiais, que registram comportamentos encadeados). Das fontes preferidas pela hermenêutica, a heurística põe em relevo fatos que aparentemente seriam irrelevantes para a reconstituição das intenções do agir em que ocorreram. Assim, por exemplo, ela ensina a extrair dos sermões nas encomendações de corpos fatos sociais que, diretamente, não são objeto do ato de fala próprio à pregação religiosa, mas que esta toca tangencialmente ou simplesmente supõe como óbvios. O agir e o sofrer humano no passado tornar-se empiricamente visível como comportamento determinado. Interessa à pesquisa descobrir seus determinantes e sua conexão estrutural. A experiência histórica cristaliza-se, heurísticamente, em campo de comportamento observável que pode ser explicado pelo condicionamento causal, ou seja, pela força das circunstâncias.

Da mesma forma, a crítica analítica interessa-se por fatos de um determinado tipo: informações que podem ser subsumidas a regularidades abstratas. O exemplo paradigmático desse tipo de fatos é a informação estatística. Ela estabelece com outras informações do mesmo tipo uma relação que representa dados objetivos. Nessa relação, a subjetividade daqueles que foram atingidos por esses dados não tem nenhum valor quanto à posição. Assim, por exemplo, objetiva-se a morte de sujeitos – sabidamente um assunto que requer um grande trabalho de interpretação – nos dados de mortalidade,

que exigem esse trabalho de interpretação, já que não contêm traços desse trabalho, mas apenas informação sobre as condições de vida.

Com esse relacionamento dos fatos do passado a contextos temporais de natureza genérica, supra-ordenados, a metodologia crítica das fontes, da analítica, reveste-se de uma forma específica de facticidade histórica: o singular é subsumido ao geral. *Somente nessa forma os fatos se tornam abertos à abordagem teórica.* Os fatos são levantados e elaborados (fixados) criticamente de modo a poderem se integrar nos contextos teóricos. Sua singularidade, na qual subsistem por si mesmos no espaço e no tempo, desaparece em benefício da representatividade de processos de maior generalidade. Os preços concretos em determinados lugares e momentos são elaborados na facticidade abstrata dos valores médios e das taxas de crescimento. Esse procedimento pertence ao dia-a-dia da pesquisa histórica, e está portanto há muito fora da polêmica acerca da forma teórica do conhecimento histórico. Não obstante, a prática cotidiana da pesquisa está obrigada a seguir o princípio metódico da plausibilidade informativa (ou factual), que tem muito a ver com os problemas teóricos da ciência da História. A crítica analítica das fontes está obrigada a seguir o princípio metódico da generalização possível das informações históricas ou de as poder relacionar de forma abstrata. Os fatos têm de ser relacionados a parâmetros teóricos que lhes definem o conteúdo informativo. A utilização do computador na pesquisa histórica seria impossível, sem essa transformação de informações singulares em dados abstratos, sistematicamente relacionados e comparados entre si, dentro de um sistema relacional complexo. Os fatos têm de poder confirmar, criticar, modificar e refutar as teorias.

Os fatos só chegam a tanto se forem dissociados dos contextos de sua compreensão no passado – como se viessem a ser neutralizados e desqualificados hermeneuticamente (tomados “insignificantes”): eles têm de ser referidos, “ajustados” aos parâmetros da pesquisa. É o que acontece com as unidades métricas para distâncias, superfícies, pesos, cronometria, etc. Tem-se pois que a periodização habitual das informações das fontes deixa amiúde de lado (sobretudo no caso das épocas mais recuadas) a referência cronológica das próprias fontes, perdendo assim um fator relevante da compreensão histórica própria

a cada passado. A desqualificação do conteúdo hermenêutico das informações das fontes estende-se a todos os campos da experiência histórica. Ela se torna manifesta sempre que for necessário recorrer às ciências especializadas (que se tornam pois ciências auxiliares da crítica das fontes) para uma descrição exata dos fatos. Assim, por exemplo, é preciso identificar e classificar as doenças pela moderna taxionomia médica, isolando-as, portanto, do conhecimento médico do passado, se se deseja pesquisar sua propagação e seu papel ao longo do tempo.

Esse princípio analítico da teorização de fatos chega a seu ápice nos procedimentos quantificadores da pesquisa histórica. A quantificação de dados históricos é por isso também o melhor exemplo da concepção analítica da facticidade aqui referida.⁴⁸ Não estaria certo, contudo, simplesmente reduzir a concepção analítica da pesquisa à quantificação, uma vez que se deixaria de lado o vasto campo de pesquisa, em que suposições teóricas não-quantitativas orientam o trabalho de crítica das fontes com respeito a fatos históricos teorizáveis (como ocorre no caso das suposições sobre os processos de formação de classe, nos quais a distinção de Marx entre classe em si e classe para si desempenha um papel importante).⁴⁹

A esse tipo de crítica das fontes corresponde a *interpretação*. Ela estabelece contextos históricos mediante as suposições abrangentes de ordem geral ou os construtos teóricos, para os quais a facticidade das informações das fontes foi preparada analiticamente. De forma mais elaborada, essas suposições aparecem como teorias, que servem para deslindar os processos, explicitando-lhes os fatores objetivamente atuantes. As teorias organizam os fatos obtidos por meio da crítica das fontes como regularidades em seu respectivo contexto histórico e exercem, assim, além das diversas funções elencadas acima, uma função explicativa especial. Em princípio, todas as concepções interpretativas da pesquisa histórica exercem uma

⁴⁸ A esse respeito, programaticamente, F. Furet, *Die quantitative Geschichte und die Konstruktion der geschichtlichen Tatsache*. In: Baumgartner/Rüsen (Ed.), *Seminar: Geschichte und Theorien* (3), p. 97-117. Mais bibliografia em (12).

⁴⁹ J. Kocka, *Lohnarbeit und Klassenbildung. Arbeiter und Arbeiterbewegung in Deutschland. 1800-1875*, Berlin, 1983.

função explicativa, já que se trata principalmente de inserir os fatos do passado no contexto temporal em que eles encontram sua explicação histórica (narrativa). A concepção analítica de interpretação exige, contudo, resultados explicativos especiais, sobretudo quando atua como aplicação metódica das teorias. Ela requer a elaboração formal e material dos contextos históricos de que decorre o fortalecimento de sua capacidade explicativa.

Formalmente, essa capacidade recorre a regularidades explicativas ou a generalizações históricas abrangentes, em forma de teoria. Essa maneira de pensar generalizadora ou construtivista eleva a força explicativa das interpretações históricas: dados particulares, fatos e complexos de fatos são articulados com representações abrangentes dos processos temporais e, com essa articulação, explica-se seu contexto histórico. Assim, por exemplo, uma teoria de ciclos conjunturais fortalece a capacidade explicativa da interpretação, na história econômica, das oscilações da renda e das modificações no mercado de trabalho de uma sociedade industrial. De uma maneira semelhante, processos empíricos complexos (por exemplo, das revoluções ou das mudanças da semântica política) podem ser explicados por recurso a uma tipologia processual de seus direcionamentos históricos no tempo (por exemplo, com teorias de revolução ou com a suposição de uma modificação estrutural da experiência temporal).⁵⁰ Trata-se de construtos teóricos explicativos, que se comportam em relação aos fatos históricos como uma *covering law* (lei abrangente) e, por assim dizer, cobrem explicativamente seu contexto temporal.

Em algumas das formas da concepção analítica da pesquisa fala-se, por conseguinte, de legalidades históricas (sobretudo no marxismo ortodoxo e nas estratégias da quantificação histórica).⁵¹ Esse enunciado é tanto mais equívoco e enganoso quanto sugere a

⁵⁰ Quanto ao último, penso no assim chamado "teorema das épocas de transição" de R. Koselleck, *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt, 1979, passim; do mesmo autor, Introdução in Brunner/Conze/Koselleck (Ed.), *Geschichtliche Grundbegriffe* (2).

⁵¹ Ver as contribuições em W. Küttler (Ed.), *Gesellschaftstheorie und geschichtswissenschaftliche Erklärung* (9).

idéia de que a interpretação histórica trabalha com conhecimento nomológico e o utiliza na forma de uma explicação nomológica. É verdade que o conhecimento nomológico, tal como o produzem as ciências sociais sistemáticas, desempenha um papel nada negligenciável na interpretação histórica analítica – mas serve só como ciência auxiliar para a explicação dos contextos de fatos; portanto, não cuida diretamente de formular o contexto histórico específico em cada caso.⁵²

Materialmente, a capacidade explicativa própria do procedimento analítico de interpretação histórica caracteriza-se por partir das condições objetivas e não das intenções subjetivas dos autores. Ela se concentra na força das circunstâncias, sob as quais ocorrem as mudanças temporais, e identifica as constelações sistemáticas das condições da vida humana prática para desvelar sua evolução histórica. Ela opera desde a perspectiva das coerções objetivas, que delimitam os espaços de decisão e a direção das mudanças, e recorre a “possibilidades objetivas” na análise de processos complexos, a fim de descobrir determinações precisas.

Esses aspectos formais e materiais determinam, na concepção analítica de pesquisa, o princípio metódico da plausibilidade explicativa, essencial à interpretação histórica. Essa concepção adota a forma explícita de teoria explicativa, materialmente vinculada aos contextos sistemáticos dos fatores condicionantes objetivos da vida humana prática ao longo dos processos temporais.

Dialética

Hermenêutica e analítica são pólos de uma relação de opostos. Elas só podem desenvolver sua eficácia como concepções de pesquisa se mediadas entre si, em que a oposição não desaparece, mas é articulada. É exatamente isso que se designa pelo termo “dialética”. Na realidade não se trata de um outro conceito de pesquisa a ser listado ao lado da hermenêutica e da analítica, mas sim de desenvolver as complexas correlações internas entre a hermenêutica e a

analítica, de tal forma que ambas sejam sintetizadas em um terceiro conceito ou (para usar o termo agora adequado) “subsumidas”.

De fato, hermenêutica e analítica de certa forma tendem a seu oposto quando se particularizam e centram em si. Pode-se ao menos fazer o seguinte exercício mental. Uma vez centrada em si, a hermenêutica torna a experiência histórica de tal forma subjetiva, que esta perde seu caráter histórico na intimidade de um movimento mental ou intelectual no tempo. A história é sublimada heurística, crítica e interpretativamente em um contexto diacrônico de sentido da comunicação humana, diante do qual as circunstâncias exteriores da vida antes parecem disfuncionais ou fatores de perturbação. Jacob Burckhardt não hesitou em chamar essa substância hermenêutica da experiência histórica de “existência virtual”.⁵³ Essa irrealização do propriamente histórico no movimento temporal do homem e de seu mundo empurra a realidade do tempo para um espaço de experiências não apreensível pela hermenêutica e que, no entanto, não deixa de ser hermenêuticamente constatado. O eixo temporal da evolução histórica, presente nas objetivações culturais do espírito humano, não fica suficientemente explicado pelas intenções ou interpretações dos respectivos agentes, mas sim pela teia de suas relações comunicativas, condicionadas por sua vez pelas circunstâncias. A hermenêutica tem de recorrer a esse lado objetivo do processo histórico se não quer perder de vista o caráter histórico específico das mudanças temporais. Ela se deve abrir à analítica, se não quiser cair nos paralogismos da explicação intencional,⁵⁴ isto é, se não quiser explicar o curso real dos acontecimentos como resultado das intenções de um sujeito metafísico (o que já não se coaduna, em última análise, com as intenções metodológicas da pesquisa empírica).

Inversamente, se a concepção analítica da pesquisa analítica, metodologicamente centrada em si, objetivar a experiência histórica numa quase-natureza, caímos num determinismo, no qual evoluções históricas são derivadas dos conjuntos de circunstâncias de modo mais ou menos aparentado à aplicação de leis. O avesso de

⁵² Cf. p. 30 ss.

⁵³ J. Burckhardt, *Gesamtausgabe* (nota 41, cap. 1), v. 13, p. 25.

⁵⁴ Cf. p. 40 ss.

uma hermenêutica que sublima a experiência histórica no movimento do espírito criador da cultura é uma analítica que naturaliza a experiência histórica no movimento de uma evolução obediente a leis. A história é nesse caso dessublimada pela necessidade coercitiva de processos resultantes de condições objetivas.⁵⁵ (São exemplos bem conhecidos disso o assim chamado materialismo vulgar e a concepção economicista da história.) Também aqui a particularização força o reconhecimento do pólo oposto: mesmo que os pressupostos da pesquisa, ao recorrer a regularidades legaliformes semelhantes às naturais, percam de vista a experiência especificamente histórica dos processos temporais, mantém-se sua indedutibilidade a partir de leis gerais. Cabe assim reconhecer, no fato (indiscutível) da determinação de sentido do agir humano, a grandeza – investigável – que determina o processo histórico de uma forma não-naturalista.

Uma concepção de pesquisa centrada unilateralmente na hermenêutica tende a perguntar heurísticamente pelas intenções que orientam o agir, a levantá-las criticamente das fontes e a interpretar os processos históricos como seqüências de ações e, com isso, explicá-los intencionalmente. Inversamente, a concepção de pesquisa centrada unilateralmente na analítica, tende a perguntar heurísticamente pelas circunstâncias e condições que determinam o agir, a levantá-las das fontes como determinantes sistematizáveis, a interpretar os processos históricos como ocorrências objetivas quase naturalmente necessárias e, com isso, explicá-los nomologicamente. Nos dois casos há o risco de se perderem a historicidade da experiência histórica e o caráter narrativo das experiências históricas.

Só a mediação dessas duas concepções coloca a pesquisa histórica na trilha empírica dos processos temporais especificamente históricos e a torna capaz de um entendimento da história que não desminta seu sentido narrativo. Pois é nessa mediação que a intencionalidade, pesquisada hermeneuticamente como fator das mudanças no tempo,

⁵⁵ Em J. Burckhardt, por exemplo, esta necessidade natural aparece forçada, como um lado obscuro quase-biológico da evolução histórica, constituído pela criação cultural do espírito humano. Cf. Jacob Burckhardt, in H.-U. Wehler (Ed.), *Deutsche Historiker*, v. 3, Göttingen, 1972, p. 7-28, esp. p. 24 s.

recebe o contrapeso específico de sua dependência das condições prévias e das circunstâncias objetivas que imprimem aos processos temporais direções não-intencionais. E é nessa mesma mediação que a objetividade analítica dos processos temporais recebe o impacto de um avesso subjetivo, em virtude do qual esses processos se esquivam da vinculação nomológica.

O que se quer dizer com essa mediação? Trata-se, no plano categorial do pensamento histórico, de considerar aquilo que Max Weber distinguiu rigorosamente (dentro de sua estratégia argumentativa gnosiológica neokantiana) como causalidade objetiva e relação valorativa subjetiva,⁵⁶ no interior do contexto em que algo como a “cultura” se constitui como objeto da pesquisa histórica. Na argumentação marxista, essa mediação consiste em tornar os processos históricos objetivos concebíveis de forma tal, que essa concepção seja plausível como momento de sua efetivação. Quando se trata de conceber a história como a segunda natureza do homem, de que ele se apropria, ao realizar na prática o passo que vai da necessidade à liberdade, então essa liberdade tem de ser mediada com a necessidade, e reconhecida mediante a pesquisa como força motriz de processos que apontam para o futuro e não estão determinados pela natureza.

No plano da pesquisa prática, a mediação ainda não se constituiu plenamente em uma concepção própria de pesquisa, que pudesse vir a ser claramente distinguida das estratégias de pesquisa hermenêutica e analítica, na forma de sua continuação mediada. Existem já indicações de tanto, cuja aplicação metodológica, contudo, ainda não está clara. Pelo contrário, tentativas de delimitação crítica, em parte polêmicas, levaram mesmo a distorções. Refiro-me às tentativas de superar a concepção analítica da pesquisa, que acentua as condições estruturais, objetivas do agir – passíveis de teorização – por um novo entendimento da dimensão subjetiva, interna, do agir e sofrer humanos no passado. “Cotidiano” e “cultura” são aqui as perspectivas orientadoras – sendo que cultura, ao contrário da hermenêutica tradicional, está localizada, neste caso, na

⁵⁶ M. Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 175 ss.

camada mais profunda das condições objetivas estruturais do agir.⁵⁷ “Cotidiano” é um concepção de pesquisa que, neste plano, aborda a subjetividade como experiência e interpretação de si.⁵⁸

Essa nova concepção da pesquisa aparece freqüentemente como alternativa para a analítica, mas não pode negar que sua plausibilidade depende exatamente do fato de que as questões hermenêuticas devem ser postas aos campos da experiência histórica apreendidos pela analítica. Que assim seja, que a analítica deva transformar-se em uma nova hermenêutica histórica profunda, não depende tanto de coerções imanentes à pesquisa mas resulta da função prática do conhecimento histórico.

O conhecimento analítico já é por si um momento do trabalho de interpretação cultural, pertencendo ao horizonte de compreensão da vida humana prática atual, sobretudo quando se refere aos determinantes do processo histórico situados em outro nível da experiência, diverso do que permite reproduzir, pela compreensão, as intenções que engendram as interações que movem o tempo. Nesse sentido, o conhecimento analítico, como histórico, sempre se transformou em hermenêutica. De que outra forma poderia ele, como histórico, elaborar uma representação abrangente do tempo histórico, na qual o trabalho intelectual analítico possua relevância, função orientadora prática, mediante a qual os dados tradicionais de sentido são mediadas com a vida prática atual? Como parte do quadro de referência de orientação hermenêutica da vida prática atual, o conhecimento histórico analítico tem de incluir uma marca hermenêutica, mediante a qual se conecta com os componentes tradicionais da orientação (tão criticamente quanto quiser). Sem esses elementos hermenêuticos, seu comportamento em relação à função hermenêutica do conhecimento histórico seria disfuncional.

⁵⁷ Cf. o ensaio programático de H. Medick, “Missionare im Ruderboot?”, *Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderungen an die Sozialgeschichte* (13).

⁵⁸ Além disso, L. Niethammer, Das kritische Potenzial der Alltagsgeschichte, *Geschichtsdidaktik*, 10, 1985, p. 245-247; do mesmo autor: Anmerkungen zur Alltagsgeschichte, *Geschichtsdidaktik* (5), 1980, p. 231-242; K. Bergmann/R. Schörken (Ed.), *Geschichte im Alltag – Alltag in der Geschichte*, Düsseldorf, 1982; e ainda as contribuições para a história cotidiana em A. Nagl-Docekal/F. Wimmer (Ed.), *Neue Ansätze in der Geschichtswissenschaft* (13).

Esse argumento sugere, tendo em vista a necessidade de mediar a hermenêutica e a analítica em termos de estratégia de pesquisa e de metodologia, que deve falar numa primazia da hermenêutica, fundada na função hermenêutica do conhecimento histórico. Só em uma dimensão hermenêutica (aprofundada e ampliada analiticamente), o conhecimento histórico pode assumir realmente (eficazmente) a função de orientação, para a qual, em última análise, foi obtido pela pesquisa.

O conhecimento analítico integra-se no quadro histórico de orientação da vida prática, ampliando e aprofundando com isso a referência à experiência das interpretações do tempo que orientam o agir. Essa ampliação e esse aprofundamento se referem, no pensamento histórico, à experiência do passado, que deve ser trabalhada de forma a poder inserir-se no horizonte da autocompreensão humana. Ao mesmo tempo, ela tem de ser capacitada, pela interpretação histórica, a produzir cultura no presente, em especial para as experiências acumuladas, cujo significado cultural consiste em ter condicionado interpretações que não absorveu suficientemente. O conhecimento histórico obtido analiticamente pela pesquisa tem uma função prática no âmbito da interpretação da vida humana prática. Ele faz parte das determinações de sentido que tornam compreensível essa vida prática, servindo assim à sua interpretação hermenêutica.

Isto, porém, não fica sem efeito sobre os conteúdos do conhecimento obtido analiticamente. Os determinantes objetivos do agir humano por ele apreendidos devem ser sistematicamente relacionados a suas interpretações de sentido, porque só nessa relação às experiências do passado adquirem aquele significado histórico sem o qual não podem ingressar na cultura da interpretação histórica do presente.

O que significa metodologicamente uma mediação explícita da hermenêutica e da analítica (com relação às operações substantivas da pesquisa histórica)?

Para o que se volta *heurísticamente* o olhar histórico? Ao buscar apresentar contextos compreensíveis de sentido e contextos causais reconstrutíveis como dois lados de um mesmo processo temporal histórico, esse olhar há de tornar transparentes as intenções que orientam o agir com respeito a seu condicionamento por dados objetivos

prévios sistematizáveis, e remeter esse condicionamento à subjetividade dos atores e demais envolvidos. Com isso, a subjetividade do contexto de sentido e a objetividade do contexto causal adquirem, indiscutivelmente, uma dimensão *histórica*: as mudanças realizadas e causadas pelo agir podem ser compreendidas melhor do que seria possível na autocompreensão e nos horizontes de interpretação dos seus sujeitos. Sua compreensão histórica inclui o entendimento das determinações de sentido que orientam o agir dependerem de circunstâncias externas, sobretudo quando essas circunstâncias operam, aquém ou além de sua interpretação pelos agentes. Inversamente, o efeito de fatores objetivos sobre processos temporais do passado historicamente interessantes pode ser muito melhor avaliado e reconstruído quando se leva metodicamente em conta (ou seja, mantendo a abordagem heurística) que esse efeito sempre resulta de uma ação determinada por um sentido, ocorre por princípio na vida humana prática e é sempre afetado pelas determinações intencionais do agir, pela subjetividade de seus agentes. Se a pesquisa reconstrói historicamente os efeitos objetivos de circunstâncias e condições sistematizáveis da vida humana prática, não pode então abdicar do entendimento de que esse efeito está ligado à subjetividade dos interessados, sobretudo quando se esquia de sua competência interpretativa. (A subjetividade evidentemente inclui os planos do inconsciente, da pré-consciência e da semiconsciência.)

É nesse entendimento que se firma o princípio da heurística “dialética”. As perspectivas elaboradas pela pesquisa de depoimentos de experiências no passado devem corresponder ao conhecimento anterior acerca de como circunstâncias exteriores sempre atuam mediadas pelos atos da consciência (que incluem os do pré-consciente e os do inconsciente). Ao mesmo tempo – e isso é afinal decisivo – têm de levar em conta as carências atuais de orientação, cuja preocupação é a de explicar os efeitos desconhecidos (desconhecidos porque aquém das interpretações disponíveis) de fatores objetivos sobre as condições da vida prática dos homens e a de tornar acessíveis as orientações intencionais do agir (interpretações e intenções).

Mediadas heurísticamente, a hermenêutica e a analítica relativizam mutuamente suas perspectivas: a subjetividade dos contextos

compreensíveis de sentido é objetivada historicamente e a objetividade dos contextos causais reconstrutíveis é historicamente subjetivada. As perspectivas históricas são elaboradas de forma a abordarem os períodos de tempo do âmbito de uma interrelação dinâmica das intenções subjetivas e das iniciativas concretas do agir que produz o próprio tempo. Assim, por exemplo, a evolução das taxas de mortalidade pode ser correlacionada com a mudança das cosmovisões acerca da experiência da morte. Elas perdem seu *status* quase-natural de conseqüências de circunstâncias da vida e ganham o caráter histórico de desafios à interpretação e ao agir orientado por sentido. Ganham traços humanos: os óbitos, justamente quando são transformados em fatos analíticos de ordem superior (como, por exemplo, aumento ou queda de taxas de crescimento), passam a ser tratados como estados de coisas indispensáveis à compreensão de situações da vida passada. Inversamente, as objetivações culturais não podem ser compreendidas sem recurso às circunstâncias da vida que as determinam, a menos que sejam deslocadas do contexto de suas mudanças temporais para a esfera de uma interpretação atemporal (por exemplo: de validade tradicional), tornando-se assim a-históricas – o que resultaria num entendimento muito pouco convincente.

A perspectiva histórica assim elaborada heurísticamente não anula a tensão entre hermenêutica e analítica, tampouco a compensa na terra de ninguém do “tanto ... quanto”, mas a articula. A pesquisa histórica incrementa assim seu *potencial crítico*.

A concepção analítica de pesquisa relaciona-se com a hermenêutica à maneira da crítica das ideologias. Ao evidenciar o condicionamento objetivo da subjetividade compreensível, ela não apenas relativiza sua posição no processo histórico, mas faz aparecer interesses implícitos presentes nas constituições de sentido, que tanto revelam aos agentes sua realidade própria como a podem deturpar. Pode-se demonstrar analiticamente que as interpretações orientadoras do agir podem ser deturpações ou distorções das circunstâncias determinantes desse agir. A subjetividade das linhas da evolução histórica, traçadas hermenêuticamente ao longo das mudanças nas constituições de sentido, pode, por assim dizer, ser implodida – aberta a uma dimensão de profundidade silenciosa

das mudanças temporais do mundo humano, ausentes das diversas manifestações culturais do espírito humano ou presentes de forma abreviada, deturpada ou distorcida.⁵⁹

A concepção hermenêutica de pesquisa também se relaciona criticamente à analítica. Remetida metodicamente à subjetividade dos agentes, a eficácia das circunstâncias apreendida analiticamente perde a inocência positivista de sua pura facticidade. Algo como uma “ideologia objetiva das circunstâncias” passa a ser pensável como distorção, deturpação, desfiguração da comunicação e da autocompreensão humanas. (Assim, por exemplo, o conhecimento histórico analítico está sempre mediado hermenêuticamente quando chama de “desumanas”, na reconstrução histórica, certas circunstâncias da vida. Que historiador poderia prescindir desse conceito com relação a determinadas experiências históricas?) Transformado hermenêuticamente, o conhecimento histórico analítico torna-se irrequieto, não se aquieta com o desvendar das causas, mas pode e deve criticá-las (de acordo com o critério hermenêutico de uma comunicação universal irrestrita, determinante da história como ciência). O pensamento histórico empresta hermenêuticamente à força silenciosa das circunstâncias e condições objetivas a linguagem subjetiva dos agentes nelas envolvidos.

A pesquisa histórica consegue, dessa forma, abranger e aplicar, hermenêuticamente, a relativização analítica das autocompreensões às circunstâncias determinantes, para compreender melhor o passado do que compreende a si própria. A plausibilidade das reconstruções analíticas das condições estruturais do agir deve ser evidenciada sempre que marcam ações determinadas pelo sentido, ou seja, sempre que tratam de seu sentido.

Isso conduz a perspectivas históricas novas (mas certamente não a uma visão abstrata-moralista, extrínseca à experiência histórica). Pode-se considerar essas novas perspectivas históricas como *uma dimensão profunda hermenêutica da experiência histórica desvendada analiticamente*. Um sentido compreensível é deslocado do

⁵⁹ Cf. a discussão em J. Habermas et alii (Ed.), *Hermeneutik und Ideologiekritik* (11).

nível das intenções, que orientam o procedimento de atores isolados na rede de comunicações e interações, para outros atores no nível mais abrangente do trabalho de interpretação que atua ele próprio objetivamente na realidade social de comunicação e interação. Este nível, por exemplo, é abordado com a categoria “mentalidade”. Não se trata mais em primeiro lugar como – na realização do procedimento – se comportam as intenções alternativas dos atores, mas das intenções dos atores quanto à eles próprios e ao seu mundo no âmbito de definições culturais pré-anunciadas. Essas definições do sentido dos procedimentos podem ser considerados como determinantes “objetivas” de intenções realizadas subjetivamente: a hermenêutica possui a sua própria analítica da realidade do sentido objetiva com as correspondentes suposições construtivas das estruturas abrangentes, que por sua vez determinam os procedimentos.⁶⁰

As questões hermenêuticas juntam-se portanto, sem problema às analíticas. Elas podem atuar como instâncias de controle em relação à analítica, sobretudo se esta tender à naturalização que desistoriza, na qual os resultados das interpretações compreensíveis não exercem papel constitutivo (como, por exemplo, na interpretação da história econômica). Nesse caso, ela previne que o aprofundamento analítico da apreensão do passado pela pesquisa restrinja a experiência histórica, mais especificamente, que liquide sua dimensão cultural. De outro lado, as questões analíticas juntam-se sem problema às hermenêuticas e articulam o olhar histórico sobre os contextos históricos com a imanência das evidências do passado. É o próprio olhar histórico que se encarrega de delimitar as constituições humanas de sentido e suas possibilidades de expansão mediante a potência crítica do conhecimento analítico.

Para a *crítica das fontes*, a mediação entre as concepções hermenêutica e analítica de pesquisa significa que o campo da realidade ganha diferenciação. Os fatos passam a ser pluridimensionais. O agir compreensível, na qualidade de fato, recebe, em sua face interior subjetiva, a face externa objetiva de seu condicionamento

⁶⁰ Como exemplo remete-se às obras de A. Schütz, P. L. Berger e Th. Luckmann (referências (8)).

pelas circunstâncias exteriores. Sua realidade não documenta então apenas uma série temporal na qual intenções e interpretações se modificam, nem uma série temporal na qual se modificam as condições objetivas para a realização existencial dos sujeitos. Ela documenta os limites da apreensão subjetiva da realidade da vida humana prática, assim como a precariedade da interpretação dessa realidade e sua interpretabilidade.

A qualidade subjetiva dos fatos históricos extraídos criticamente das fontes pela hermenêutica (sua expressão lingüística) tem seus limites fixados analiticamente no interior do conjunto das condições objetivas. Adquirem assim sua efetividade concreta, protegendo-se de ser dissolvidos lingüisticamente. Simultaneamente, todavia, alcança-se uma forma nova, superior – se é que se pode falar assim –, da objetividade histórica dos fatos (e isso é decisivo), quando essa efetividade é remetida criticamente a sua expressão lingüística (por exemplo, taxas de mortalidade relacionadas a estratégias religiosas de lidar com a morte). O caráter abstrato dos fatos obtidos analiticamente ganha a qualidade concretizadora de seu significado hermenêutico. Na medida em que fixa os limites da compreensão imanente dos dados objetivos na perspectiva dos agentes, a facticidade abstrata dos fatos analíticos possibilita uma compreensão histórica abrangente. A constituição cultural de sentido por parte dos interessados aparece como parte do processo evolutivo da cultura originado pela força das circunstâncias. Seu significado não aparece no horizonte da compreensão dos sujeitos interessados, mas só se revela ao olhar histórico, que vai além dos limites da compreensão investigados e, criticamente, instaura a carência de interpretação ainda remanescente como possibilidade de desenvolvimento da subjetividade.

A desqualificação analítica de fatos históricos pode ser superada hermenêuticamente – não porque os fatos abstratos analíticos sejam recuperados no horizonte de compreensão dos atores do passado (isto lhes subtrairia a evidência analítica), mas porque são criticamente remetidos, como sua condição, a esse horizonte. Os fatos analíticos promovem assim uma alteração do horizonte, provocando o trabalho interpretativo. Revestem-se, então, da qualidade de motivo da mudança histórica no âmbito da compreensão mental

ou intelectual. Os fatos analíticos neutralizam, pois, os fatos hermenêuticos.

O movimento intencional subjetivo das intenções subjetivas orientadoras do agir é paralisado ou cancelado por força das circunstâncias. Só no âmbito de uma interpretação hermenêutica a força das circunstâncias é vista como fator de controle dessas circunstâncias da vida prática (sempre vinculado a intenções).

O que se passa então com a capacidade dos fatos de serem teorizados? A teoria é formulada quando a crítica hermenêutica das fontes se transforma em analítica, sem perder-se pelo fato de a crítica hermenêutica das fontes, por sua vez, enveredar pelas trilhas do pensamento hermenêutico. Pelo contrário, a relação a contextos teóricos com outros fatos, que a crítica analítica atribui às informações das fontes, é hermenêuticamente reforçada. Os fatos decorrentes das ações intencionais tornam-se por si próprios capazes de serem teorizados. Eles entram nos construtos teóricos dos contextos históricos, nos quais intenções e circunstâncias têm uma importância constitutiva igual. Nas palavras de Max Weber: contextos nos quais idéias e interesses são sistematicamente mediados. O método quantitativo, por exemplo, não se detém na averiguação crítica de dados subjetivos, mas pode muito bem servir para a reconstrução de horizontes de compreensão e de modelos de interpretação, que pertencem a fatores essenciais da realidade social passada. Assim, por exemplo, se poderia associar o nível de capacidade lingüística a camadas sociais, pesquisar a disseminação de símbolos religiosos nos diversos meios e relacionar, controladamente, estruturais sociais e mentais. Um trabalho de concretização desses exige diretamente a apreensão teórica abstrata das informações das fontes.

Com isso já se indica que a mediação das concepções hermenêutica e analítica de pesquisa não põe de lado o caráter construtivo da *interpretação histórica*, mas o modifica. Os processos temporais apreensíveis por meio de construtos teóricos, nos quais se modificam as condições estruturais do agir, podem ser interpretados hermenêuticamente, no mesmo plano estrutural-analítico, como processos evolutivos da subjetividade humana. No trabalho de pesquisa de tais interpretações têm papel metódico importante as teorias que tematizam as

estruturas de sentido da realidade social e sua dimensão temporal.⁶¹ Com a ajuda de tais teorias é possível remeter sistematicamente as condições objetivas do agir às suas intenções subjetivas. A interpretação histórica organiza os fatos obtidos pela crítica das fontes, de acordo com o método de um intercâmbio aberto entre os fatores subjetivos e objetivos das mudanças temporais em contextos históricos.

Na prática da pesquisa, tais intercâmbios tomam a forma de abordagens interpretativas teóricas, mais ou menos explícitas, relativas a mudanças temporais, tanto das condições estruturais do agir quanto da interpretação do mundo e da auto-interpretação dos que são afetados por tais circunstâncias. Aqui tampouco se trata de um “tanto...quanto” indefinido de pontos de vista analíticos e hermenêuticos, mas de uma relação plausível de mediações claras. Uma mediação dessa natureza se inicia – ainda pré-teoricamente – pela autocompreensão dos agentes, mas enreda-se nos meios da investigação analítica das condições complexas sob as quais a ação é assim entendida. O horizonte compreensivo dos agentes é assim ultrapassado, por princípio, pela interpretação histórica. História é um processo temporal, que atravessa e ao mesmo tempo ultrapassa esse horizonte. Hermeneuticamente, os contextos temporais, que ultrapassam o horizonte de compreensão dos agentes, são sistematicamente remetidos de volta a ele. Pode-se demonstrar com isso, no processo temporal reconstruído analiticamente, os efeitos hermenêuticamente interpretáveis dos fatores intencionais. Com a ajuda de teorias, que permitem decifrar o sentido objetivo, o modo hermenêutico de reflexão da interpretação histórica consegue passar de sua primeira forma, ingênua ou pré-teórica, à segunda, superior, correspondente aos dados analíticos.

As interpretações históricas só são plausíveis se a força das circunstâncias, que move o tempo, pode ser demonstrada na interpretação do tempo pelos próprios interessados. O direcionamento temporal especificamente histórico das mudanças do passado consideradas é estabelecido pela de determinação e interpretação.

⁶¹ Cf. nota 60.

O sentido histórico evidenciado pelos fatos obtidos pela crítica das fontes deve estar impregnado pelo sentido constituído pelos diretamente interessados. A interpretação histórica deve possuir, como operação de pesquisa, – pelo menos tendencialmente – a qualidade de um diálogo com os sujeitos do passado. Nesse diálogo, o historiador concorre com seu conhecimento analítico. Só então os duros fatos da causalidade objetiva ganham seu perfil histórico: eles conduzem ao mesmo tempo a interpretação do passado para além de seus limites até a interpretação do presente. Só assim a atividade de pesquisa do historiador pode ser executada como um trabalho que lida com uma representação da evolução temporal, que se estende do passado ao presente e abre perspectivas para o futuro.

Horizontes

A plenitude da pesquisa na historiografia

A pesquisa histórica não é um fim em si mesmo, mas está determinada por critérios de constituição histórica (narrativa) de sentido, que orientam a pesquisa e que a conduzem, para além do trabalho com as fontes, à prática comunicativa do presente em que está em jogo a identidade histórica como fator da socialização humana. A pesquisa não está vinculada apenas externamente a essa comunicação formadora de identidade, não é apenas instrumentalizada por ela, mas insere-se nela por inteiro. Ela se transforma de pesquisa (e não poderia ser de outra forma) em historiografia.

A historiografia, como ato próprio de constituição narrativa do sentido, pode e deve ser distinguida da pesquisa. A pesquisa é definida por sua relação estrita à experiência histórica metodicamente regulada. Ela transpõe essa experiência para perspectivas orientadoras do passado humano, que provêm das carências de orientação no tempo da vida prática atual. Ela confere, assim, à experiência do passado, a forma significativa de um processo histórico, referido tendencialmente ao presente, e abre uma perspectiva para o futuro. Resultados de pesquisa assumem essa forma significativa no ato produtivo da historiografia. Fora dessa formatação sequer se poderia pensar os resultados de pesquisas como grandezas cognitivas fixas. Nesse sentido, também não há uma pesquisa histórica “pura”, que tratasse apenas da experiência do passado, que estaria determinada exclusivamente pela referência à experiência. Heurísticamente, a pesquisa sempre inclui na sua referência à experiência uma outra referência potencial a seus destinatários. Dessa maneira, a pesquisa ao se transformar em historiografia realiza-se plenamente em coisa diversa dela mesma. A historiografia como esta “outra coisa” tem de ser concebida como um ato cognitivo próprio, cuja referência

a seus destinatários se distingue fundamentalmente da referência à experiência da pesquisa.

A pesquisa é um procedimento de elaboração de histórias. Histórias são narradas, por causa das carências de orientação da vida prática, para cobrir sua realização no tempo. A pesquisa torna-se um momento desse narrar quando a orientação a ser fornecida vincula-se às condições de plausibilidade científica. Ela também é um momento da constituição histórica de sentido, especificamente científica e por conseguinte organizada narrativamente em sua regulação metódica. Isso fica claro quando se tem presente que ela não pode subsistir, como pesquisa, se não se transformar em historiografia como em um outro dela mesma.

A autocompreensão da ciência da história como disciplina especializada, tal como elaborada pela teoria da história, considerou como não-problemático, por muito tempo, o procedimento da autotranscendência da pesquisa em historiografia.¹ Durante largo tempo a auto-reflexão explicativa da ciência da história, depois de ter alcançado o *status* de disciplina acadêmica especializada, concentrou-se na metodologia da pesquisa. A historiografia era vista como a apresentação dos resultados da pesquisa, cujos princípios formais decorreriam, sem problematizações, do conteúdo cognitivo dos resultados da pesquisa. Essa interpretação ingênua do valor da historiografia ainda vale para muitos historiadores profissionais, mas está amplamente superada no âmbito da teoria da ciência da história. Prevalence aqui a pergunta pelo significado constitutivo da historiografia para todo o processo da produção científica, especificamente histórica, do conhecimento histórico.² A metodologia da pesquisa corre o risco de passar para segundo plano como fator constitutivo do caráter cognitivo do saber histórico, ou mesmo de sequer ser notada.

A esse propósito e sobre o que segue, ver J. Rüsen, *Geschichtsschreibung als Theorieproblem der Geschichtswissenschaft, Skizze zum historischen Hintergrund der gegenwärtigen Diskussion*. In: Koselleck et alii (Ed.), *Formen der Geschichtsschreibung* (3).

Antes de mais nada, deve ser citado o trabalho muito discutido de Hayden White, *Meta-History. The historical imagination in nineteenth-century Europe*, Baltimore/London, 1973.

No entanto, somente se o modo como a ciência da história reconstrói o passado humano permanecer claro como pesquisa regulada metodicamente pode-se decidir o conteúdo cognitivo que a historiografia tem de demonstrar quando atua, como constituidora do saber histórico, no combate pela identidade histórica. Seria fatal que o desempenho cognitivo da ciência da história e o papel que representa nos processos culturais da constituição histórica de identidade só fossem debatidos esquizofrenicamente (como parecem ser cada vez mais). De um lado estão os pesquisadores profissionais, que defendem a racionalidade metódica do seu trabalho cognitivo; do outro, aqueles que conceberam o pensamento histórico como constituição narrativa do sentido, sem ver no disciplinamento metódico dessa constituição de sentido pela ciência da história mais do que um empobrecimento de sua qualidade poética ou retórica.

Uma teoria da história que se importa com as possibilidades racionais da narrativa histórica poderia superar essa esquizofrenia. Ao tematizar a pesquisa como um momento significativo de um processo de constituição histórica de sentido, que por certo é mais abrangente do que ela isoladamente, a teoria da história volta-se criticamente contra a autocompreensão do historiador como mero pesquisador, que subestimaria o papel estratégico da historiografia. Por contraposição a essa atitude, a teoria da história lembra que a pesquisa só se realiza plenamente quando sua referência à experiência, metodicamente regulada, transforma-se na expectativa referente à apresentação historiográfica, com a qual a ciência da história participa na comunicação cultural atual sobre orientação no tempo e constituição de identidade. Em contrapartida, a teoria da história só pode criticar a representação da constituição narrativa de sentido, que se dispensasse do esforço do processo cognitivo orientado pela teoria e regulado metodicamente (ou que dele abstraísse), como uma refinada forma de desvairio, na qual se acreditaria que é preciso perder o juízo metódico para vivificar o passado por meio da história.³ Essas atitudes são coerções desumanizadoras, que

³ M. Foucault, *Dispositive der Macht. Michel Foucault über Sexualität, Wissen und Wahrheit*, Berlin, 1978, Cf. J. Habermas, *Der philosophische Diskurs der Moderne, Zwölf Vorlesungen*, Frankfurt, 1985. Na p. 69, nota 4, asserção

entregam o homem à gélida morte da modernização. Como alternativa, aparece a doce tentação da anarquia da subjetividade, que acredita poder prevalecer, afirmando-se contra as racionalizações e desmistificações que impregnaram culturalmente o surgimento da sociedade moderna. Por outro lado, para conclamar a certo cuidado, é preciso recordar que os encantamentos prometidos por esse tipo de crítica cultural à modernidade causou danos consideráveis à política cultural do século XX.

No mais, estamos diante de uma questão aberta: se o disciplinamento da memória histórica pela pesquisa científica restringiu as formas de expressão da historiografia, pelas quais o passado pode ser vivificado. Será que a história como ciência não abre justamente possibilidades historiográficas de vivificar áreas novas da experiência do passado, ainda inexploradas?

importante: "No discurso da modernidade, a referência da história à razão continua constitutiva – para o bem e para o mal. Quem participa desse discurso, no qual nada foi modificado até o presente, faz uso preciso das expressões "razão" ou "racionalidade" [...] A razão não vale como algo acabado, como uma tecnologia objetiva, que se manifesta na natureza e na história, mas apenas como uma faculdade subjetiva. A reprodução das formas de vida e das existências concretas imprime, na superfície tenra da história, marcas que se transformam em vestígios e traços aos olhos dos que buscam indícios".

Bibliografia

A bibliografia segue a numeração dos capítulos do primeiro volume. Continuam a ser indicadas apenas as obras particularmente importantes para a minha argumentação, as que apresentam posições alternativas e as com as quais se tem acesso ao debate.

8. Teorias e conceitos

BERGER, P. L.; LICKMANN, Th. *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Theorie der Wissenssoziologie*. Frankfurt, 1969.

BEYME, K. v. *Empirische Revolutionsforschung*. Opladen, 1973.

CHILDE, G. V. *Soziale Evolution*. Frankfurt, 1975.

DUX, D. *Die Logik der Weltbilder. Sinnstrukturen im Wandel der Geschichte*. Frankfurt, 1982.

ELIAS, N. *Über den Prozess der Zivilisation*. 2 vol. Frankfurt, 1976.

FLEISCHER, H. Geschichtsmaterialismus. In: RUDOLF, E.; STOEVEL, E. (Ed.). *Geschichtsbewusstsein und Rationalität*. Stuttgart, 1982, p. 177-224.

FLORA, P. *Modernisierungsforschung. Zur empirischen Analyse der gesellschaftlichen Entwicklung*. Opladen, 1974.

HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 vol. Frankfurt, 1981.

- HEMPEL, C. G. *Grundzüge der Begriffsbildung in der empirischen Wissenschaft*. Düsseldorf, 1974.
- JAEGGI, U.; HONNETH, A. (Ed.). *Theorien des Historischen Materialismus*. Frankfurt, 1977.
- KOCKA, J. Theorien in der Gesellschaftsgeschichte. Vorschläge zur historischen Schichtungsanalyse. *Geschichte und Gesellschaft*, 1, 1975, p. 9-42.
- _____. Theorien in der Geschichtswissenschaft. In: LEIDINGER, P. (Ed.). *Theoriendebatte und Geschichtsunterricht. Sozialgeschichte, Paradigmawechsel und Geschichtsdidaktik in der aktuellen Diskussion*. Paderborn, 1982, p. 7-27.
- _____. Theorieorientierung und Theorieskepsis in der Geschichtswissenschaft. *Historical Social Research*, 23, 1982, p. 4-19.
- KOSELLECK, R. Begriffsgeschichte und Sozialgeschichte. In: (Ed.). *Historische Semantik und Begriffsgeschichte*. Stuttgart, 1978, p. 19-36.
- KÜTTLER, W. Zur Frage der Begriffsbildung and Begriffsgeschichte in der Geschichtswissenschaft. In: ENGELBERG, E.; KÜTTLER, W. (Ed.). *Probleme der geschichtswissenschaftlichen Erkenntnis*. Köln, 1977, p. 183-194.
- MARQUARD, O. Universalgeschichte und Multiversalgeschichte. *Saeculum*, 33, 1982, p. 106-115.
- MEIER, Chr. Fragen und Thesen zu einer Theorie historischer Prozesse. In: FABER, K. G.; MEIER, Chr. (Ed.). *Historische Prozesse*. München, 1978, p. 11-65.
- MERAN, J. *Theorien in der Geschichtswissenschaft. Die Diskussion über die Wissenschaftlichkeit der Geschichte*. Göttingen, 1985.
- NITSCHKE, A. *Historische Verhaltensforschung. Analysen gesellschaftlicher Verhaltensweisen. Ein Arbeitsbuch*. Stuttgart, 1981.
- ROHLFES, K. Beobachtungen zur Begriffsbildung in der Geschichtswissenschaft. In: JÄCKEL, E.; WEYMAR, E. (Ed.). *Die Funktion der Geschichte in unserer Zeit*. Neuwied, 1969; Stuttgart, 1975, p. 59-73.

- ROMEIN, J. M. Das Grundmuster menschlichen Verhaltens. Zu Ursprung und Tragweite historischer Theorien. In: SCHULIN, E. (Ed.). *Universalgeschichte*. Köln, 1974, p. 225-239.
- RÜSEN, J.; SÜSSMUTH, H. (Ed.). *Theorien in der Geschichtswissenschaft*. Düsseldorf, 1980.
- SCHMID, M. *Theorie sozialen Wandels*. Opladen, 1982.
- SCHMIDT, A. *Die Kategorien der prähistorischen Geschichtsschreibung*. Hamburg, 1962.
- SCHÜTZ, A. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Frankfurt, 1974.
- SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, Th. *Strukturen der Lebenswelt*. 2 vol. Frankfurt, 1979, 1984.
- WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie. Studienausgabe*. Ed. por J. Winckelmann. Köln, 1964.
- WEHLER, H.-U. *Modernisierungstheorie und Geschichte*. Göttingen, 1975.

9. Explicação histórica

- APEL, K. O. Entre outros (Ed.). *Neue Versuche über Erklären und Verstehen*. Frankfurt, 1978.
- DANTO, A. C. *Analytische Philosophie der Geschichte*. Frankfurt, 1974.
- DONAGAN, A. Neue Überlegungen zur Popper-Hempel-Theorie. In: BAUMGARTNER, H. M./ RÜSEN, J. (Ed.). *Seminar: Theorie und Geschichte. Umrisse einer Historik*. 2. ed. Frankfurt, 1982, p. 173-208.
- DRAY, W. H. *Laws and explanation in history*. London, 1960.

- GARDINER, P. *The nature of historical explanation*. London, 1952.
- GIESEN, P.; SCHMIDT, M. *Erklärung und Geschichte. Argumente für eine nomothetische Historiographie*. Gersthofen, 1976.
- HEMPEL, C. G. Explanation in science and in history. In: DRAY, W. H. (Ed.). *Philosophical analysis and history*. New York/London, 1966, p. 95-126. Em alemão: ALBERT, H. (Ed.). *Theorie und Realität. Ausgewählte Aufsätze zur Wissenschaftslehre des Sozialwissenschaften*. 2. ed. Tübingen, 1972, p. 237-261.
- _____. *Aspekte wissenschaftlicher Erklärung*. Berlin [West], 1977.
- _____. The function of general laws in history. *The Journal of Philosophy*, 39, 1942, p. 35-48.
- KÜTTLER, W. (Ed.). *Gesellschaftstheorie und geschichtswissenschaftliche Erklärung*. Berlin [DDR], 1985.
- LÜBBE, H. Was heisst: Das kann man nur historisch erklären? In: SCHIEDER, Th.; GRÄUBIG, K. (Ed.). *Theorieprobleme der Geschichtswissenschaft*. Darmstadt, 1977, p. 148-163.
- MINK, L. O. The Autonomy of historical understanding. In: DRAY, W. H. (Ed.). *Philosophical analysis and history*. New York, 1966, p. 160-192.
- MÜLLER, Albrecht. *Erklären oder Verstehen? Zur dialektischen Begründung der Sozialwissenschaften*. Frankfurt, 1978.
- PIEPMEIER, R. Historisches Zeichen und historische Erklärung. *Der Mensch und die Wissenschaften vom Menschen*. 12. deutscher Kongress für Philosophie 1981. Innsbruck, 1983, p. 789-808.
- SCHWEMMER, O. *Theorie der rationalen Erklärung. Zu den methodischen Grundlagen der Kulturwissenschaften*. München, 1976.
- WÄCHTER, W. Zur Methodologie der historischen Erklärung. In: KÜTTLER (Ed.). *Gesellschaftstheorie und historische Erklärung*, p. 152-236.

_____. Zum Problem der wissenschaftlichen Erklärung in der Geschichtswissenschaft. In: ENGELBERG, E.; KÜTTLER, W. (Ed.). *Probleme der geschichtswissenschaftlichen Erkenntnis*. Berlin [DDR], 1977, p. 143-150.

WRIGHT, G. H. von. *Explanation and understanding*. London 1971 (em alemão: *Erklären und Verstehen*. Frankfurt, 1974).

10. Generalidades sobre o método histórico

BERNHEIM, E. *Lehrbuch der historischen Methode* (título a partir da 5. ed.: *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*). Leipzig, 1889, 5. ed. 6. ed., 1908.

BRANDT, A. v. *Werkzeug des Historikers. Eine Einführung in die historischen Hilfswissenschaften*. 2. ed. Stuttgart, 1960.

FEDER, A. *Lehrbuch der historischen Methodik*. 2. ed. Regensburg, 1921.

GARRAGHAN, G. J. *Guide to historical method*. 4. ed. New York, 1957 (1. ed. 1946).

HACKETT, H. C. *The critical method in historical research and writing*. New York, 1955.

LANGLOIS, Ch.-V.; SEIGNOBOS, Ch. *Introduction aux études historiques*. Paris, 1898.

MEIER, Chr.; RÜSEN, J. (Ed.). *Historische Methode*. München, 1986.

MILLIGAN, J. D. The treatment of historical source. *History and theory* 18 (1979), p. 177-196.

RÜSEN, J.; SCHÜLZE, W. *Historische Methode. Historisches Wörterbuch der Philosophie*, ed. por RITTER, J.; GRÜNDER, K., v. 5. Basel, 1980, sp. 1345-1355.

RULOFF, D. *Geschichtsforschung und Sozialwissenschaft. Eine vergleichende Untersuchung zur Wissenschafts- und Forschungskonzeption in Historie und Politologie*. München, 1984.

SAMARAN, Ch. de (Ed.). *L'histoire et ses méthodes*. Paris, 1961.

TOPOLSKY, J. *Methodology of history*. Warschau/Dordrecht/Boston, 1976.

11. Hermenêutica

APEL, K. O. et alii: *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt, 1971.

GADAMER, H. G.: *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Tübingen, 1960.

HIRSCH, E. D. *Prinzipien der Interpretation*. München, 1972.

JONAS, H. *Wandel und Bestand. Vom Grunde der Verstehbarkeit des Geschichtlichen*. Frankfurt, 1970.

NASSEN, U. (Ed.). *Texthermeneutik. Aktualität, Geschichte, Kritik*. Paderborn, 1979.

OEVERMANN, U. Die Methodologie einer "objektiven Hermeneutik" und ihre allgemeine forschungslogische Bedeutung in den Sozialwissenschaften. In: SOEFFNER, H.-G. (Ed.). *Interpretative Verfahren in den Sozial- und Textwissenschaften*. Stuttgart, 1979, p. 352-434.

RIEDEL, M. *Verstehen oder Erklären? Zur Theorie und Geschichte der hermeneutischen Wissenschaften*. Stuttgart, 1978.

THALLER, M. Zur Formalisierbarkeit hermeneutischen Verstehens in der Historie. *Mentalität und Lebensverhältnisse. Festschrift Rudolf Vierhaus*. Göttingen, 1982, p. 439-454.

12. Quantificação

BEST, H.; MANN, R. (Ed.). *Quantitative Methoden in der historisch-sozialwissenschaftlichen Forschung*. Stuttgart, 1977.

FLOUD, R. *An introduction to quantitative methods for historians*. London, 1973 (em alemão: *Einführung in quantitative Methoden für Historiker*. Stuttgart, 1980).

FURET, F. Die quantitative Geschichte und die Konstruktion der geschichtlichen Tatsache. In: BAUMGARTNER, H. M.; RÜSEN, J. (Ed.). *Seminar: Geschichte und Theorie. Umriss einer Historik*. 2. ed. Frankfurt, 1981, p. 97-117.

HOHORST, G. Historische Sozialstatistik und statistische Methoden in der Geschichtswissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, 3, 1977, p. 109-124.

IRSIGLER, F. (Ed.). *Quantitative Methoden in der Wirtschafts- und Sozialgeschichte*. Stuttgart, 1978.

JARAUSCH, K. (Ed.). *Quantifizierung in der Geschichtswissenschaft. Probleme und Möglichkeiten*. Düsseldorf, 1976.

LORWIN, V. R.; PRICE, J. M. (Ed.). *The dimensions of the past. materials, problems, and opportunities for quantitative works in history*. New Haven, 1972.

OHLE, N. *Quantitative Methoden für Historiker. Eine Einführung*. München, 1980.

RABB, Th. K. The development of quantification in historical research. *Journal of Interdisciplinary History*, 13, 1983, p. 591-601.

THALLER, M. *Numerische Datenverarbeitung für Historiker*. Wien, 1982.

13. Perspectivas da pesquisa

ACHAM, K. (Ed.). *Gesellschaftliche Prozesse. Beiträge zur historischen Soziologie und Gesellschaftsanalyse*. Graz, 1983.

BARZUN, J. *Clio and the doctors: psycho-history, quanto-history, and History*. Chicago, 1974.

BAUMHAUER, O. A. Zur Entwicklung des Paradigmas von der Kultur als Kommunikationssystem. Forschungsbericht. *Deutsche Viertelj. Schr. f. Lit. wiss. u. Geistesgesch.* 56 (1982), número especial: "Kultur, Geschichte und Verstehen", p. 1-168.

BERDAHL; LÜDTKE; MEDICK; PONI; SABEAN; SCHINDLER; SIDER. *Klassen und Kultur. Sozialanthropologische Perspektiven in der Geschichtsschreibung*. Frankfurt, 1982.

EHALT, H. Ch. (Ed.). *Geschichte von unten. Fragestellungen, Methoden und Projekte einer Geschichte des Alltags*. Wien, 1984.

FOGEL, R. V.; ELTON, G. R. *Which road to the past? Two views of history*. New Haven/London, 1983.

GARZ, D.; KRAIMER, K. (Ed.). *Brauchen wir andere Forschungsmethoden? Beiträge zur Diskussion interpretativer Verfahren*. Königstein, 1983.

GEERTZ, C. *Dichte Beschreibung. Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme*. Frankfurt, 1983.

GREVERUS, I.-M. *Kultur und Alltagswelt. Eine Einführung in Fragen der Kulturanthropologie*. München, 1978.

KOCKA, J. *Sozialgeschichte. Begriff – Entwicklung – Probleme*. 2. ed. Göttingen, 1986.

KOSELLECK, R. (Ed.). *Historische Semantik und Begriffsgeschichte*. Stuttgart, 1978.

LACAPRA, D.; KAPLAN, S. L. (Ed.). *Modern european intellectual history: reappraisals and new perspectives*. Ithaca/London, 1982.

LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (Ed.). *La nouvelle histoire*. Paris, 1978.

LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes*. s. l., 1974.

MEDICK, H.; SABEAN, D. Emotionen und materielle Interessen in Familie und Verwandtschaft. Überlegungen zu neuen Wegen und Bereichen einer historischen und sozialanthropologischen Familienforschung. In: _____ (Ed.). *Emotionen und materielle Interessen. Sozialanthropologische Beiträge zur Familienforschung*. Göttingen, 1984.

MEDICK, H. Missionare im Ruderboot? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte. In: *Geschichte und Gesellschaft*, 10, 1984, p. 295-319.

NAGL-DOCEKAL, H.; WIMMER, F. (Ed.). *Neue Ansätze in der Geschichtswissenschaft*. Wien, 1984.

NIETHAMMER, L. (Ed.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der Oral History*. Frankfurt, 1980.

NIETHAMMER, L. Fragen – Antworten – Fragen. Methodische Erfahrungen und Erwägungen zur Oral History. In: NIETHAMMER, L. et al. (Ed.). *"Wir kriegen jetzt andere Zeiten". Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in nachfaschistischen Ländern. (Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet, 1930-1969, v. 3)*. Berlin, 1985, p. 392-445.

NIPPERDEY, Th. Die anthropologische Dimension der Geschichtswissenschaft. In: _____ *Gesellschaft, Kultur, Theorie. Gesammelte Aufsätze zur neueren Geschichte*. Göttingen, 1976, p. 33-58.

OEXLE, O. G. Gruppenbindung und Gruppenverhalten bei Menschen und Tieren. Beobachtungen zur Geschichte der mittelalterlichen Gilden. *Saeculum*, 36, 1985, p. 28-45.

RABB, Th. K.; ROTBERG, R. I. (Ed.). *The new history. The 1980s and beyond: studies in interdisciplinary history*. Princeton, 1982.

REICHARDT, R. *Histoire des Mentalités. Eine neue Dimension der Sozialgeschichte am Beispiel des französischen Ancien Régime. Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur*, 3, 1978, p. 130-166.

SCHULZE, H. *Mentalitätsgeschichte. Chancen und Grenzen eines Paradigmas der französischen Geschichtswissenschaft. Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, 36, 1985, p. 247-270.

SCHULZE, W. *Soziologie und Geschichtswissenschaft. Einführung in die Probleme der Kooperation beider Wissenschaften*. München, 1974.

SPRANDEL, R. *Historische Anthropologie. Zugänge zum Forschungsstand. Saeculum*, 27, 1976, p. 121-142.

SÜSSMUTH, H. (Ed.). *Historische Anthropologie. Der Mensch in der Geschichte*. Göttingen, 1984.

TOSH, J. *The Pursuit of History. Aims, Methods and New Directions in the Study of Modern History*. London, 1984.

WEHLER, H.-U. *Geschichte als Historische Sozialwissenschaft*. 2. ed. Frankfurt, 1977 (1. ed. 1973).

_____. *Historische Sozialwissenschaft und Geschichtsschreibung. Studien zu Aufgaben und Traditionen der deutschen Geschichtswissenschaft*. Göttingen, 1980.

Índice

A

Abel, W., 44
Abordagem teórica, 94, 110, 114, 151
Analítica, 116, 145-154, 155 s., 158
Anti-retórica, 16
Antropologia, 65 s., 68, 109, 115
Apresentação, 12 s., 16, 52, 170-171

B

Baumgartner, H. M., 33, 46, 58, 87, 152
Berger, P. L., 163
Bergmann, K., 158
Berg-Schlosser, D. 145
Bernheim, E., 23, 101, 119
Blanke, H. W., 9, 15
Bödecker, H. E., 44, 68
Boeckh, A., 98
Brandt, A. v., 127
Braudel, F., 44
Brendler, B. G., 35
Breysig, K., 65
Brunner, O., 96, 153
Burckhardt, J., 53, 65, 67, 141, 144, 155-156
Busch, W., 41

C

Categoria histórica, 66, 94
Chartier, R., 103
Ciência, história como, 13 s., 20-21
Ciências auxiliares, 121, 127, 133, 152
Cientificidade, 28, 34, 63, 111, 124
Cientificação, 32, 101
Comparação, 88
Compreensão ver Hermenêutica
Comunicação, 169, 171,
Conceitos básicos, 63 s.
Conceitos históricos, 91-100
Conceitos narrativos, 97
Concretização, 94
Conhecimento nomológico, 26 s., 32 s.
Consenso, 69-70, 108
Constituição da ciência, 12-13, 107
Construtividade, 97-98, 124, 132, 144
Construtos narrativos, 107, 112 s., 130
Contexto causal, 116, 146 s., 150, 160
Contexto narrativo, 130
Contingência, 48-49, 61-62, 79 s.
domínio da, 48

- experiência da, 48-49
 Continuidade, 52, 115
 Cornforth, M., 60
Covering law, 53, 86, 153
 Crítica da ideologia, 16, 161
 Crítica, 112, 123-127, 141-142, 151, 161-166
 Cronologia, 74
 Cultura política, 144-145
 Cultura, 141, 158
- D**
 Dados *ver* Fatos
 Dahlmann, F. C., 50
 Danto, A. C., 51
 Decisionismo, 61
 Destinatários, referência aos, 169 s.
 Determinismo, 156
 Dia-a-dia (ou cotidiano), 158.
 Dialética, 116 s., 154-167
 Dilthey, W., 15, 139, 146
 Donagan, A., 36
 Droysen, J. G., 23, 40, 56, 102, 119, 121, 127, 139, 143-144, 146
- E**
 Economicismo Materialismo
 Engels, F., 67, 146
 Enredo, 54, 60
 Época, 32
 Espírito, 66, 137, 142
 Estrutura 39-40
 Experiência do presente, 73 s.
 Experiência histórica, 65 s., 71 s., 81, 163
 Experiência temporal, 47 s., 68, 73-74, 76, 115, 117, 134
 Explicação, 45, 130
 intencional, 35-42
 narrativa, 42-51, 78, 130, 153
 nomológica, 27-36
 Explicar e compreender, 40
- F**
 Faber, K.-G., 94, 102
 Facticidade, 112, 122 s., 125 s., 132 s., 164
 Fatos, 83-84, 123 s., 129, 150 s., 164 s.
 Feder, A., 119
 Filosofia da história, 55, 62
 Fleischer, D., 15
 Fontes, 24 s., 81, 104 s., 121, 124-127, 137, 140 s.
 crítica das fontes *ver* Crítica
 linguagem das, 95-98
 Foucault, M., 171
 Furet, F., 152
 Futuro, 52, 60, 167
- G**
 Gadamer, H.-G., 138-139
 Gelzer, M., 84
 Generalização, 68, 88, 130, 133, 151
 Goethe, J. W., 128, 143
 Gresham, 30, 31, 39
 Guicciardini, 16
- H**
 Habermas, J., 162, 171
 Hegel, G. F. W., 55, 71
 Hempel, C. G., 29, 36, 46
 Hermenêutica profunda, 39-40, 158, 163
 Hermenêutica, 35 s., 70, 116, 136-154, 155 s., 158-159, 161

- Heurística, 83, 112, 118-123, 129, 138-141, 149-150, 160-161
 Hinrichs, C., 143
 Hipótese, 118
 História como um todo *ver* Totalidade
 História da cultura, 137, 145
 História factual, 141
 História universal, 58
 História, 40, 55 s., 61 s., 91, 124
 Historicidade, 43, 160
 Historicismo, 15, 55, 60, 66, 98, 134, 138, 143-144
 Historiografia *ver* Apresentação
 Humanidade, 17-18, 33, 38, 44, 58-59, 69
 Humanização, 17 s.
 Humboldt, W. V., 144
- I**
 Idéia, 12, 15, 128
 Identidade, 41, 115
 formação ou constituição da, 17 s., 41s., 117 s.
 reforço da, 110, 134
 Individualidade, 66, 80, 82, 87
 Individualização, 87 s.
 Informação *ver* Fato
 Intencionalidade, 37-38, 42, 47, 49
 Intenções, 35 s., 142 s.
 Interesses cognitivos, 15, 47
 Interpretação, 113, 127-133, 142-145, 150-151, 153-154, 165-166
 Iribadschakov, N., 60
- K**
 Keckermann, B., 11
 Kocka, J., 52, 82-83, 86, 152
 Koselleck, R., 41, 85, 125, 153, 170
 Kriedte, P., 32
 Kuhn, Th. S., 13
 Küttler, W., 9, 35, 154
- L**
 Lamprecht, K., 65
 Le Goff, J., 103
 Legalidade, 37, 52, 60, 154
 Lei, 27, 30
 Leis históricas, 27 s.
 Liberdade, 49 s., 62 s.
 Linguagem, 137
 Lübke, H., 48, 52, 143
 Luckmann, Th., 163
- M**
 Marquard, O., 62
 Marx, K., 60, 67, 92, 146, 152
 Marxismo, 27, 57, 60, 81, 154
 Marxismo-Leninismo, 57, 81
 Materialismo histórico, 35, 60, 75
 Materialismo, 156
 Matriz disciplinar, 11 s., 23 s., 56, 101
 Medick, H., 158
 Meier, Chr., 84, 94
 Mentalidade, 163,
 Metodização, 12 s., 16, 23-25, 56, 107, 112, 138
 Método
 analítico *ver* analítica
 hermenêutico *ver* hermenêutica
 histórico, 16
 quantificador *ver* quantificação
 Meyer, E., 68
 Montesquieu, 23

Monumentos, 121
Müller-Armack, A., 145
Mundo da vida, 711

N

Nagl-Docekal, A., 158
Narrar, 50, 53, 170
Narrativa histórica, 43, 58, 82
Niethammer, L., 158
Nippel, W., 88
Nitschke, A., 65
Nolte, E., 83
Nome próprio, 94
Nora, P., 103
Normas, 34, 69, 76

O

Objetividade consensual, 61 s., 77, 107 s.
Objetividade por fundamentação, 61
Objetividade, 61, 77, 81, 124
excesso de, 81 s.
Objetivismo, 61-62, 95, 97
Orientação
carência de, 11-12, 15, 47, 49, 96, 111, 119 s.
função de, 52, 82, 159

P

Paradigmatização, 15 s.
Particularidade, 59-60, 64
Patzig, G., 28
Pergunta histórica, 50, 111, 119 s.
Periodização, 75, 85, 130
Perspectivas, 160-161, 163
ampliação de, 108 s.
Pesquisa histórica, 101 s., 169 s.
Plausibilidade

explicativa, 121, 130, 139, 154
informativa, 126 s. 142, 151
Poder, 85
Ponto de vista, 25, 60, 69-70, 108
Popper, K. R., 36, 60
Positivismo, 27, 34
Possibilidade objetiva, 80 s.
Previsão *ver* Prognóstico
Processo/movimento temporal, 74-75, 155-156, 166-167
Prognóstico, 29-30, 35, 37-38, 52, 87
Progresso cognitivo, 101 s., 108, 133
Psicanálise, 39

Q

Quantificação, 148, 152, 154
Questão histórica, 114, 139 s.

R

Racionalidade, 26-28, 37, 171
Racionalização, 14-15, 18-19, 26-27
Ranke, L. V., 16, 95, 140, 143
Razão, 12, 18, 72, 172
Realidade, 99
Reconstrução *ver* Construtividade
Referência à experiência, 106
Reichel, P., 145
Reppen, K., 13
Resíduo/resquício, 98-100, 121-122
Retórica, 16
Revel, J., 103
Rickert, H., 87
Ricoeur, P., 54

S

Schörken, R., 158
Schwemmer, O., 103
Sentido, 90-91, 136-137, 139-140, 143-144, 147
constituição de, 90 s., 166-167
contexto de, 37, 116, 142, 146, 160
Seyfarth, C., 78
Significado *ver* Sentido
Singularidade *ver* Individualidade
Singularização *ver* Individualização
Sprondel, M., 78
Stegmüller, W., 26, 46
Subjetividade, 42, 81-82, 143 s., 160 s., 164, 172
Subjetivismo, 95-96
Sujeito de referência *ver* Sujeito
Sujeito, 143-144

T

Tempo da natureza, 41, 66, 115
Tempo, qualidade temporal, 31-32, 66 s., 73 s., 87, 94-95, 132 s., 136
Teoria da ciência, 28, 86, 170
Teoria da história, 9, 18 s., 23 s., 40, 56, 63, 69, 73, 78, 80, 91, 98, 102-104, 106, 134, 142, 144, 170-171
Teoria de modernização, 76, 89
Teorias históricas, 52 s., 75-91, 153
função comparativa, 88
função crítica, 89
função descritiva, 84-85
função de periodização, 85
função didática, 89
função diferenciadora, 89
função explanatória, 86

função explicativa, 83
função heurística, 83
função individualizante, 87
Teorias nomológicas, 31
Teorização, 15, 24 s., 80, 105, 152
Tipologia da narrativa, 85
Tipos ideais, 81, 93, 97 s.
Totalidade da história, 55-75
Tradição – resíduo, 94, 121 s., 137-138, 147 s.
Tradição, 99, 121-122, 137

U

Unidade da experiência histórica, 62, 65, 107
Universais históricos, 64 s., 67-68, 73

V

Vasicek, Z., 103
Veto, direito das fontes ao, 125-126
Vida prática, 18

W

Wächter, W., 35
Weber, Max, 66, 75, 77-80, 85, 92-93, 97-99, 141, 157, 165
Wehler, H.-U., 76, 156
White, H., 63, 85, 170
Wiesel, E., 91
Wimmer, F., 158
Winkler, H. A., 88
Wippermann, W., 83